

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf **CLAUDIO** ALEXANDRE DE ALMEIDA FREITAS

A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira.



Rio de Janeiro

2011

Maj Inf **CLAUDIO** ALEXANDRE DE ALMEIDA FREITAS

**A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia
Brasileira.**

Dissertação apresentada à Escola de
Comando e Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Inf Carlos Eduardo de Franciscis Ramos

Rio de Janeiro
2011

Maj Inf **CLAUDIO** ALEXANDRE DE ALMEIDA FREITAS

A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira.

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Carlos Eduardo **De Franciscis** Ramos - Ten Cel Inf - Doutor Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Luiz Fernando Azevedo **Delage** - Ten Cel Inf - Mestre Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Luciano Correia Simões – Ten Cel Inf - Mestre Membro
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

À minha querida esposa Viviane Vieira Freitas e ao meu amado filho Guilherme Alexandre Vieira Freitas, minhas fontes de inspiração e dedicação, pela compreensão nos momentos da ausência, paciência nos momentos de dificuldades e esperança no futuro que há por vir.

AGRADECIMENTOS

Ao Tenente Coronel Carlos Eduardo de Franciscis Ramos, que dedicou preciosas horas de trabalho e lazer na orientação, segura e pontual, da presente pesquisa monográfica. Transmitiu confiança e tranquilidade durante todas as fases de preparação e confecção da dissertação, contribuindo sobremaneira para a sua conclusão.

Aos meus queridos e amados esposa Viviane Vieira Freitas e filho Guilherme Alexandre Vieira Freitas, meus sinceros agradecimentos pelas inúmeras demonstrações de carinhos, incentivos e solidariedade durante esta longa jornada dedicada à preparação do trabalho monográfico. Que Deus nos preserve sempre unidos no amor até o final de nossas vidas.

Aos meus pais, Paulo Roberto Freitas e Jussara de Almeida Freitas, pela educação e ensinamentos transmitidos ao longo da minha vida, formando o alicerce do meu caráter. Impossibilitado de suas presenças em virtude da distância que nos separa, registro os meus agradecimentos pela confiança sempre depositada no meu trabalho e pela torcida no meu sucesso.

À Deus, fonte de todas as coisas visíveis e invisíveis, pela saúde concebida ao longo deste anos, fornecendo-me força e inteligência suficientes para chegar ao final de mais esta jornada acadêmica.

“Sem objetivos bem definidos, somente por acaso chegaremos a algum lugar” (texto dos Programas-Padrão de Instrução do Exército Brasileiro).

“Árdua é a missão de defender e desenvolver a Amazônia, muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados, em conquistá-la e mantê-la” (General Rodrigo Otávio).

RESUMO

O Brasil, país continental, está cada vez mais presente e participativo nos cenários mundiais, que são marcados por um ambiente imprevisível e repleto de desafios e oportunidades. Esta inserção exigirá do País Forças Armadas capazes de garantir as condições necessárias ao atendimento de suas demandas e interesses, seja na esfera nacional ou na internacional. Coerente com a dimensão político-estratégica e com o desenvolvimento do País, a Defesa Nacional está ganhando cada vez mais espaço na agenda política nacional. Neste sentido, o Ministério da Defesa e a Secretaria de Assuntos Estratégicos elaboraram um plano focado em ações estratégicas de médio e longo prazo que procura modernizar a estrutura de defesa - a Estratégia Nacional de Defesa. O Exército Brasileiro, a partir de então, elaborou a Estratégia Braço Forte e, mais recentemente, o Processo de Transformação do Exército. Estas estratégias são planejamentos que visam reorganizar a instituição bem como dotar a Força Terrestre da prontidão necessária e das condições militares para fazer frente a qualquer ameaça e, assim, poder atuar operacionalmente em qualquer área de interesse nacional. A Amazônica, região com características e potencialidades ímpar e vital aos interesses do Estado brasileiro, é uma área com prioridade de defesa. Tal fato fica evidente nas estratégias acima mencionadas, quando se verifica a previsão de um adensamento de unidades militares e um aumento da capacidade de monitoramento, controle e mobilidade de forças. Esta priorização irá concorrer, também, para o desenvolvimento sócio-econômico regional e nacional. Isto posto, esta dissertação traduz um trabalho de pesquisa detalhado sobre a Estratégia Nacional de Defesa e a Estratégia Braço Forte, ambas no contexto da Amazônia Brasileira. Procura-se verificar até que ponto estas estratégias atendem aos preceitos da dissuasão, contribuindo para reduzir os interesses e ameaças estrangeiras.

Palavras-chave: Estratégia Nacional de Defesa; Estratégia Braço Forte e Amazônia.

RESUMEN

Brasil, país continental, es cada vez más presente y participativo en los escenarios globales, que se caracterizan por un entorno impredecible y lleno de oportunidades. Para esto, serán necesarias unas fuerzas armadas capaces de garantizar las condiciones de satisfacer sus demandas e intereses, sea a nivel nacional o internacional. En consonancia con la política-estratégica y el desarrollo del país, la defensa nacional está ganando más espacio en la agenda política nacional. En este sentido, el Ministerio de Defensa y la Secretaría de Asuntos Estratégicos elaboró un plan de acción estratégico centrado en mediano y largo plazo que busca modernizar el sistema de defensa - la Estrategia Nacional de Defensa. El Ejército Brasileño, a partir de entonces, desarrolló la Estrategia Brazo Fuerte y, más recientemente, el Proceso de Transformación del Ejército. Estas estrategias son los planes que tienen como objetivo una reforma de la institución y dotar la Fuerza Terrestre de condiciones militares necesarias para hacer frente a cualquier amenaza, y por lo tanto capaz de actuar operativamente en cualquier área de interés nacional. La Amazonia, con características y funciones distintas y fundamentales a los intereses vitales del Estado brasileño, es un área prioritaria de la defensa. Este hecho es evidente en las estrategias mencionadas anteriormente, percibida por una alta densidad de las unidades militares y una mayor capacidad de seguimiento, control y movilidad de las fuerzas. Esta priorización contribuirá también al desarrollo socio-económico regional y nacional. Dicho esto, este trabajo representa un trabajo de investigación detallada sobre la Estrategia de Defensa Nacional y la Estrategia Brazo Fuerte, las dos en el contexto de la Amazonia brasileña. Será analizado hasta que punto estas estrategias han cumplido con los principios de la disuasión, ayudando a reducir los intereses y las amenazas extranjeras.

Palabras clave: Estrategia de Defensa Nacional, Estrategia Brazo Fuerte y Amazonia.

F 866 Freitas, Claudio Alexandre de Almeida

A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia
Brasileira. / Claudio Alexandre de Almeida Freitas. 2011.

TANTAS f. : il ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior
do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

Bibliografia; f. 157-161

1. Estratégia Nacional de Defesa. 2. Estratégia Braço Forte.
3. Amazônia. I. Título

CDD 35543

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA Ae	Artilharia Anti-Aérea
ABPI	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
AC	Ancoragem
AD	Artilharia Divisionária
Amz	Amazônia
AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
BAvEx	Batalhão de Aviação do Exército
B Com	Batalhão de Comunicações
Bda C Bld	Brigada de Cavalaria Blindada
Bda C Mec	Brigada de Cavalaria Mecanizada
Bda Inf	Brigada de Infantaria
Bda Inf Bld	Brigada de Infantaria Blindada
Bda Inf Mec	Brigada de Infantaria Mecanizada
Bda Inf Mtz	Brigada de Infantaria Motorizada
Bda Inf Pqdt	Brigada de Infantaria Paraquedista
Bda Inf SI	Brigada de Infantaria de Selva
Bda Op Esp	Brigada de Operações Especiais
BFE	Batalhão de Forças Especiais
BI	Batalhão de Infantaria
Bia	Bateria
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
B Log	Batalhão Logístico
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BPE	Batalhão de Polícia de Exército
B Sup	Batalhão de Suprimento
Btl	Batalhão
Btl DQBN	Batalhão de Defesa Química, Biológica e Nuclear
CECMA	Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia
CI	Campo de Instrução
Cia	Companhia
Cia AC	Companhia Anticarro

Cia Com	Companhia de Comunicações
Cia Eng	Companhia de Engenharia
Cia E Cmb	Companhia de Engenharia de Combate
Cia GE	Companhia de Guerra Eletrônica
Cia Intlg Op	Companhia de Inteligência Operacional
Cia Op Psc	Companhia de Operações Psicológicas
Cia PE	Companhia de Polícia do Exército
Cia Sup e Trnp	Companhia de Suprimento e Transporte
Cmdo	Comando
CMA	Comando Militar da Amazônia
CML	Comando Militar do Leste
CMNE	Comando Militar do Nordeste
CMO	Comando Militar do Oeste
CMP	Comando Militar do Planalto
CMS	Comando Militar do Sul
CMSE	Comando Militar do Sudeste
Consci	Conscientização
Cpcd	Capacidade
CReDEx	Centro de Recrutamento e Desmobilização do Exército
CSN	Comunidade Sul-Americana de Nações
Ct	Controle
CTEx	Centro Tecnológico do Exército
DE	Divisão de Exército
Def	Defesa
DMD	Doutrina Militar de Defesa
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
D Sup	Depósito de Suprimento
Dsv	Desenvolvimento
EAD	Ensino à distância
EB	Exército Brasileiro
EBF	Estratégia Braço Forte
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ECH	Expressões-chave
ELN	Exército de Libertação Nacional

EME	Estado-Maior do Exército
E Mi D	Estratégia Militar de Defesa
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
Esqd	Esquadrão
Esqd C	Esquadrão de Cavalaria
Estrt	Estratégia
Etta Mi D	Estrutura Militar de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
Ex	Exército
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
F Cob Estrt	Força de Cobertura Estratégica
F Emp Estrt	Força de Emprego Estratégico
F Emp Ge	Força de Emprego Geral
F Emp Rg	Força de Emprego Regional
F Seg Estrt	Força de Segurança Estratégica
FTer	Força Terrestre
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
F Vig Estrt	Força de Vigilância Estratégica
GAA Ae	Grupo de Artilharia Anti-Aérea
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GESAC	Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão
GLMF	Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
Gpt Eng	Grupamento de Engenharia
HT	Hotel de Trânsito
IAD	Instrumento de Análise de Discurso
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBEx	Instituto Biológico do Exército
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC	Idéia Central
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IME	Instituto Militar de Engenharia
Indu	Indústria
Intg	integração
Log	Logística
MB	Marinha do Brasil
Mbld	Mobilidade
MD	Ministério da Defesa
MEM	Material de Emprego Militar
Mercosul	Mercado Comum do Sul
Mil	Militar
Mis	Missão
Mob	Mobilização
Mon	Monitoramento
Mnt	Manutenção
Nac	Nacional
Obg	Obrigatório
OM	Organização Militar
OMDS	Organização Militar Diretamente Subordinada
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operações
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAP	Programa Amazônia Protegida
PDE	Plano Diretor do Exército
PDN	Política de Defesa Nacional
PE	Polícia do Exército
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
Pel	Pelotão
Pel Com	Pelotão de Comunicações
PEREX	Plano de Reestruturação do Exército
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.

PIB	Produto Interno Bruto
Pltc	Político
PMD	Política Militar de Defesa
PNR	Próprio Nacional Residencial
Pop	População
Pq R Mnt	Parque Regional de Manutenção
PR	Presidência da República
PSP	Programa sentinela da Pátria
QDM	Quadro de Dotação do Material
QDMP	Quadro de Dotação de Material Previsto
RM	Região Militar
Rg	Região
SAE	Seção de Assuntos Estratégicos
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SILog	Sistema de Informação Logística
SIMATEX	Sistema de Material do Exército
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIPLEx	Sistema de Planejamento do Exército
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SPEAI	Secretaria de Política, Estratégica e Assuntos Internacionais
Sv	Serviço
TCA	Tratado de Cooperação Amazônico
TecnI	Tecnologia
Ter	Terreno
TG	Tiro de Guerra
TI	Terras Indígenas
UC	Unidades de Conservação
UE	União Européia
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VANT	Veículo Aéreo Não Tripulado

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Níveis de Planejamento Estratégico Militar

Figura 02 – Organização do Comando Militar da Amazônia

Figura 03 – Mapa da articulação atual do Comando Militar da Amazônia

Figura 04 – Principais ações e objetivos gerais dos planos da Estratégia Braço Forte

Figura 05 – Mapa do Programa Amazônia Protegida 1ª fase

Figura 06 – Mapa de criação de novas Brigadas de Infantaria de Selva do Comando Militar da Amazônia

Figura 07 – Mapa da Amazônia Legal

Figura 08 – Mapa do desmatamento na Amazônia

Figura 09 – Mapa Político da América do Sul

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01 – Percentual de projetos do CMA que favorecem a dissuasão
- Gráfico 02 – Percentual de projetos do CMO que favorecem a dissuasão
- Gráfico 03 – Percentual de projetos do CMS que favorecem a dissuasão
- Gráfico 04 – Percentual de projetos do CMSE que favorecem a dissuasão
- Gráfico 05 – Percentual de projetos do CML que favorecem a dissuasão
- Gráfico 06 – Percentual de projetos do CMP que favorecem a dissuasão
- Gráfico 07 – Percentual de projetos do CMNE que favorecem a dissuasão
- Gráfico 08 – Percentual de diretrizes da END que favorecem a dissuasão

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Instrumento de Análise de Discurso 1

Tabela 02 – Quadro-Síntese

Tabela 03 – Discurso do Sujeito Coletivo

Tabela 04 – IAD1 referente à 1ª questão

Tabela 05 – Quadro-síntese referente à 1ª Questão

Tabela 06 – DSC referente à 1ª Questão

Tabela 07 – IAD1 referente à 2ª questão

Tabela 08 – Quadro-síntese referente à 2ª Questão

Tabela 09 – DSC referente à 2ª Questão

Tabela 10 – IAD1 referente à 3ª questão

Tabela 11 – Quadro-síntese referente à 3ª Questão

Tabela 12 – DSC referente à 3ª Questão

Tabela 13 – IAD1 referente à 4ª questão

Tabela 14 – Quadro-síntese referente à 4ª Questão

Tabela 15 – DSC referente à 4ª Questão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. A METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	27
3. CONCEITOS BÁSICOS PARA A DEFESA DA AMAZÔNIA	36
3.1 GENERALIDADES	36
3.2 CONSIDERAÇÕES DE DEFESA NACIONAL	36
3.3 CONSIDERAÇÕES DE DEFESA NACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO	40
3.4 ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DA AMAZÔNIA	41
3.4.1 Estratégia da Dissuasão	42
3.4.2 Estratégia da Presença	44
3.5 CONCLUSÃO PARCIAL	46
4. A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA	48
4.1 GENERALIDADES	48
4.2 DIRETRIZES DA END	48
4.3 PRIMEIRO EIXO ESTRUTURANTE: REORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS	51
4.4 O SEGUNDO E TERCEIRO EIXOS ESTRUTURANTES	52
4.5 CONCLUSÃO PARCIAL	53
5 A ATUAL ARTICULAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA	55
5.1 GENERALIDADES	55
5.2 HISTÓRICO DA ARTICULAÇÃO DO EB NA AMAZÔNIA	55
5.3 FATORES DETERMINANTES PARA A ARTICULAÇÃO DO EB	57
5.4 ARTICULAÇÃO ATUAL DO EB NA AMAZÔNIA	59
5.5 CONCLUSÃO PARCIAL	61
6. A ESTRATÉGIA BRAÇO FORTE	63
6.1 GENERALIDADES	63
6.2 A ESTRATÉGIA BRAÇO FORTE	63
6.3 O PROGRAMA AMAZÔNIA PROTEGIDA	64

6.4 A NOVA ARTICULAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA	66
6.5 OUTROS PROGRAMAS E PROJETOS DA ESTRATÉGIA BRAÇO FORTE	70
6.6 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	73
6.7 CONCLUSÃO PARCIAL	75
7. AMAZÔNIA BRASILEIRA	77
7.1 GENERALIDADES	77
7.2 ASPECTOS FISIAGRÁFICOS	78
7.3 ASPECTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS	79
7.4 ASPECTOS MILITARES	81
7.5 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA	82
7.6 CONCLUSÃO PARCIAL	84
8 INTERESSE INTERNACIONAL PELA AMAZÔNIA	86
8.1 GENERALIDADES	86
8.2 AS PRESSÕES INTERNACIONAIS	86
8.3 O CONCEITO DE SOBERANIA LIMITADA, DEVER DE INGERÊNCIA E AJUDA HUMANITÁRIA	88
8.4 A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	91
8.5 CONCLUSÃO PARCIAL	92
9. PRINCIPAIS PROBLEMAS E FOCOS DE TENSÕES INTERNAS NA AMAZÔNIA	94
9.1 GENERALIDADES	94
9.2 A AUSÊNCIA DA PRESENÇA DO ESTADO BRASILEIRO NA FRONTEIRA	94
9.3 A EXISTÊNCIA DE GARIMPOS E MINERADORAS ILEGAIS	95
9.4 O DESMATAMENTO ILEGAL	95
9.5 O NARCOTRÁFICO	97
9.6 O CONTRABANDO	97
9.7 AS QUESTÕES INDÍGENAS	98
9.8 O ELEVADO NÚMERO DE ONG	100
9.9 CONCLUSÃO PARCIAL	100

10. PRINCIPAIS PROBLEMAS E FOCOS DE TENSÕES EXTERNAS NA AMAZÔNIA -----	102
10.1 GENERALIDADES-----	102
10.2 BOLÍVIA-----	103
10.3 COLÔMBIA-----	104
10.4 EQUADOR-----	105
10.5 GUIANA-----	106
10.6 GUIANA FRANCESA-----	106
10.7 PERU-----	107
10.8 SURINAME-----	107
10.9 VENEZUELA-----	108
10.10 A INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES SUL-AMERICANOS-----	109
10.11 CONCLUSÃO PARCIAL-----	110
11. ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO -----	113
11.1 GENERALIDADES-----	113
11.2 ANÁLISE DA PRIMEIRA PARTE DA PESQUISA DE CAMPO-----	113
11.3 ANÁLISE DA SEGUNDA PARTE DA PESQUISA DE CAMPO-----	144
11.4 CONCLUSÃO PARCIAL-----	150
12. CONCLUSÃO -----	152
REFERÊNCIAS -----	163
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA 7ª SUBCHEFIA DO EME E OM CMA ---	168
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OM DO CMO -----	174
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OM DO CMS -----	177
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OM DO CMSE -----	180
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA OM DO CML -----	183
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO PARA OM DO CMP -----	186
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO PARA OM DO CMNE -----	189

1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização, iniciado no final do milênio passado, gerou, na atualidade, um cenário internacional indefinido e instável, marcado por novos desafios e oportunidades. Este ambiente é liderado por centros hegemônicos mundiais, nos campos militares, políticos e econômicos, onde se destacam os Estados Unidos da América (EUA), a Europa Ocidental, em especial a Alemanha, França e Inglaterra e o Japão. Em escalada emergente, surgem os países do BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China.

Essa nova ordem mundial caracteriza-se por situações de conflito, competição e cooperação entre os Estados e, até mesmo, entre entidades não estatais, variando em decorrência do grau de interesse dos países envolvidos, da importância do tema em questão e do momento vivido.

O Brasil caminha para a conquista e consolidação do seu espaço nesse cenário, por meio de uma maior estabilidade política e econômica, o que acarreta uma maior projeção internacional. Acordos bilaterais e multilaterais já foram realizados com distintos países, como os EUA, China, Índia, países do Oriente Médio, países da África, União Européia e, principalmente, com países da América do Sul, com destaque para os do Mercado Comum do Sul¹ (Mercosul).

Entretanto, esta inserção brasileira no sistema internacional deve se processar de forma independente e autônoma em relação aos principais centros do poder e estar calcada, sobretudo, na defesa dos interesses nacionais. Assim, é necessário que as políticas de defesa nacional e de desenvolvimento econômico estejam perfeitamente alinhadas.

O Brasil, país emergente, vem ocupando, cada vez mais, posições de destaque nos fóruns e organismos internacionais. Tal fato deve-se ao seu grande potencial geoestratégico e à postura adotada nas questões globais, que se orienta pelos princípios da não-intervenção, da solução pacífica dos conflitos e da observância das normas do direito internacional.

¹ O Mercado Comum do Sul é a união aduaneira (livre comércio intrazona e política comercial comum) de cinco países da América do Sul. Em sua formação original o bloco era composto por quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Desde 2006, a Venezuela depende de aprovação dos congressos nacionais para que sua entrada seja aprovada.

No âmbito regional, o Brasil possui uma posição geopolítica privilegiada, em virtude da centralização e da ligação terrestre que possui com dez países. No contexto da integração sul-americana, o país tem procurado expandir e aprimorar os laços de cooperação política, econômica, militar e científico-tecnológica, sempre que possível, por intermédio do Mercosul.

O crescimento da influência brasileira no contexto mundial poderia provocar reações contrárias em países ou coligação de países que vislumbram a perda do seu espaço dominante ou da sua posição de destaque. Estas reações visariam criar obstáculos para impedir a consecução dos objetivos nacionais brasileiros.

Pode-se destacar, dentre elas, as barreiras comerciais impostas aos produtos brasileiros nos mercados de expressivo valor econômico, as restrições ao acesso de tecnologia de ponta e aos temas ligados ao meio ambiente, no intuito de dificultar o desenvolvimento do potencial sustentável, especialmente os relacionados com a Amazônia.

A Amazônia Brasileira² ocupa uma área de cerca de sessenta por cento do território nacional, abrigando uma enorme quantidade de recursos naturais, variada biodiversidade animal e vegetal, imensa reserva de água doce e possui, ainda, grande importância para a integração e desenvolvimento da América do Sul bem como para a manutenção do equilíbrio climático do planeta.

As peculiaridades deste ecossistema despertam grandes interesses internacionais que remontam desde o período colonial e que, hoje em dia, é uma realidade cada vez mais crescente. Sob o pano de fundo da necessidade de proteção do meio ambiente, os países desenvolvidos pressionam o Brasil, por meio de organismos internacionais, imprensa e organizações não-governamentais, para manter a floresta intocada e para a preservação das comunidades indígenas.

Atualmente, a Amazônia apresenta alguns problemas, internos e externos ao Estado brasileiro, que podem evoluir para áreas de tensão ou de atrito com outros países. Tais problemas, que podem contribuir para a instabilidade regional, podem ser aproveitados por potências mundiais para justificar uma intervenção. Neste sentido, o Brasil precisa estar preparado para fazer frente a possíveis ingerências estrangeiras e, desta feita, garantir a manutenção da integridade e soberania nacional.

² Termo utilizado com base nos os autores Marcos de Amorim Coelho e Lygia Terra, no livro "Geografia do Brasil".

No contexto da crescente presença e influência do Brasil no cenário global, surgem novas condicionantes para a Política de Defesa Nacional (PDN). Voltada para as ameaças externas, a PDN tem por finalidade fixar objetivos para a defesa da nação e orientar o preparo e emprego da capacitação nacional, em todos os níveis e esfera do poder, com o envolvimento dos setores civis e militar.

Estas novas condicionantes dizem respeito à necessidade de reaparelhamento da Forças Armadas (FA), com base no fortalecimento da indústria nacional de defesa, com capacidade de gerar uma produção autônoma dos serviços e materiais de defesa, ao entendimento por parte de classe política da importância do papel das FA e de que a questão da defesa deve ser um interesse nacional, tanto dos militares quanto da sociedade brasileira e, por fim, à criação da capacidade dissuasória do Brasil no plano internacional.

Na busca da conquista e consolidação da posição de destaque brasileira nos âmbitos regional e mundial, é necessário que as FA estejam preparadas para acompanhar as transformações militares, econômicas, sociais, políticas e técnico-científicas do País.

Foi, então, estabelecida pelo Presidente da República, em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END), um trabalho conjunto realizado entre os integrantes do Ministério da Defesa (MD) e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A END foi elaborada com base em três pilares principais: a reorganização das Forças Armadas, a reestruturação da indústria nacional de material de defesa e a política de composição dos efetivos das FA e seu relacionamento com a sociedade.

Essa Estratégia impõe diretrizes para que as FA possam organizar a sua estrutura e o seu conseqüente reposicionamento pelo país, destacando-se a consolidação da presença militar nas fronteiras terrestres, a unificação das Forças Armadas, a necessidade de se possuir mobilidade estratégica, a capacidade de monitoramento e controle do território, a capacidade logística tendo em vista a continuidade das operações e a capacidade de integração nacional e integração com outros países da América do Sul.

O Exército Brasileiro (EB), coerente com a dimensão e a estatura político-estratégica³ que o Brasil pretende ocupar neste novo cenário mundial, para atender ao determinado nas disposições finais da END e para continuar cumprindo com a sua destinação constitucional de defesa da Pátria, de garantia dos poderes constitucionais e de garantia da lei e da ordem, quando acionado por qualquer um dos poderes, consolidou seu planejamento de articulação e equipamento em um documento denominado Estratégia Braço Forte.

A Estratégia Braço Forte (EBF) compreende dois planos: um de Articulação e outro de Equipamento. Ambos proporcionarão a modernização das estruturas físicas do Exército.

O Plano de Articulação compreende os Programas Amazônia Protegida (PAP) e Sentinela da Pátria (PSP). O primeiro programa abrange um conjunto de projetos voltados para o fortalecimento da presença militar terrestre na região Amazônica e o segundo é constituído por projetos destinados à reorganização, à adequação e, principalmente, ao completamento das estruturas operacional e logística dos Comandos Militares de Área.

O Plano de Equipamento será desenvolvido por intermédio de dois Programas, que são o de Mobilidade Estratégica e o Combatente Brasileiro. Este se destina a atender as necessidades futuras, oriundas da visão de futuro do Exército, refletindo em novos Quadros de Dotação de Material, tendo como base a evolução da Doutrina Militar Terrestre e da Ciência e Tecnologia. Aquele visa atender às necessidades correntes, com reposição e completamento dos Quadros de Dotação de Material e Quadros de Dotação de Material Previsto.

“O Brasil quer possuir um Exército? Se quer, é porque reconhece a sua necessidade. Então, tem-se que lhe assegurar as condições de realizar o papel que lhe compete e isso não pode mais ser postergado.” Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra do Brasil (1919-1922) e único civil a desempenhar essa função no período republicano, quando se dirigiu ao Parlamento. (Estratégia Braço Forte, 2009).

Do exposto, infere-se que o crescimento da projeção mundial do Brasil no cenário internacional encontra suporte na capacidade brasileira de se contrapor às reações contrárias de outros países, sobretudo na Amazônia, e, assim, garantir os

³ General de Exército Carlos Alberto Pinto Silva, em seu artigo para a Revista Defesa Nacional no ano de 2008, escreve que a expressão “estatura político-estratégica” é empregada no texto da PDN com o objetivo de orientar os planejamentos realizados pelos diversos setores que contribuem para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional.

interesses nacionais do País. Neste sentido, a PDN e a END, que são os suportes para o desenvolvimento econômico e político do País, apontam os rumos para a melhoria da capacidade operacional das FA e de sua disposição pelo território nacional, baseados nas Estratégias da Dissuasão e da Presença.

A Dissuasão consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revide que apresente. A segunda preconiza a presença militar em todo o território, com a finalidade de garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional.

Coerente com o que foi apresentado anteriormente, o tema do trabalho científico realizado tem como título “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”.

A Defesa do Brasil e a Amazônia são dois temas relevantes que devem ser entendidos pela sociedade como condição fundamental para o desenvolvimento nacional. Os assuntos não dizem respeito apenas aos militares e à população Amazônica, mas sim a toda população brasileira. Eles passaram a fazer parte da Agenda Nacional, contribuindo para a integração entre o poder civil e o militar.

O objetivo da END é modernizar a estrutura nacional de defesa com ênfase em ações de médio e longo prazo, priorizando a presença e a dissuasão na região Amazônica.

As mudanças nas FA e, conseqüentemente, no EB já foram planejadas por meio de estratégias, planos e programas. Desta feita, o problema que norteou este trabalho e que foi investigado contextualiza-se na seguinte questão:

Em que medida a Estratégia Braço Forte, especialmente o Programa Amazônia Protegida, atende às Estratégias da Dissuasão e Presença preconizadas na END ?

O alcance e limite do trabalho podem ser definidos em dois grandes blocos: um Amazônico e outro de ordenamento legal.

O primeiro bloco deteve-se em estudar o arcabouço legal relacionado com as políticas e estratégias nacionais de defesa. Desta forma, foi analisada a Política de Defesa Nacional, porém apenas citadas a Política Militar de Defesa (PMD), a Estratégia Militar de Defesa (E Mi D), a Doutrina Militar de Defesa (DMD), a

Estrutura Militar de Defesa (Etta Mi D) e o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx). Foi, então, verificadas as Estratégias da Dissuasão e da Presença.

Passou-se ao detalhamento da END, da articulação da Força Terrestre (FTer) pelo Comando Militar da Amazônia (CMA) e a Estratégia Braço Forte.

O segundo bloco deteve-se em investigar o panorama atual da Amazônia, suas características fisiográficas, psicossociais, políticas, econômicas e militares. Evidenciou-se o crescente interesse internacional pela região e as pressões exercidas por potências mundiais. Foram, ainda, levantados os principais problemas e focos de tensões, internos e externos, e como eles influem no desenvolvimento econômico e social da região bem como na defesa e segurança nacional.

Foi executada uma pesquisa de campo para, além da comprovação de itens acima listados referente ao Programa Amazônia Protegida, checar como os demais programas da Estratégia Braço Forte – Programa Sentinela da Pátria, Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro - contribuem para a dissuasão nacional em relação à Amazônia.

Ao final, foi realizada uma interface entre a END, o Programa Amazônia Protegida e o panorama atual da Amazônia Brasileira para, então, obter as conclusões que se seguem.

Assim, a justificativa para o tema está no fato de que a questão de defesa tornou-se item essencial para uma melhor inserção do Brasil no sistema internacional, permitindo e contribuindo para o amadurecimento político e econômico do País. A defesa passou a integrar a Agenda Nacional do Presidente da República. É um tema que deve ser estudado tanto pelos militares como pelos civis, a fim de que a massa crítica existente possa ajudar no crescimento de País.

A importância e a contribuição do trabalho, dentre outros fatores, reside nos resultados práticos que ele apresenta, podendo corroborar com o Plano de Articulação das Forças Armadas previsto na Estratégia Braço Forte e, ainda, servir de subsídios para estudos que estão sendo realizados pelo MD e EB.

A END e a Estratégia Braço Forte são relativamente novas, datadas, respectivamente, dos anos de 2008 e 2009. Estão sujeitas a diversas análises, validações, adaptações, melhoramentos e verificações de seus reflexos para as Estratégias da Presença e da Dissuasão.

O estudo realizado teve como referencial teórico os documentos abaixo listados e foi aprofundado pela investigação das mais variadas fontes de consultas

que abordam o tema em questão.

- Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 - Política de Defesa Nacional;
- Decreto nº 6703, de 18 de dezembro de 2008 – Estratégia Nacional de Defesa;
- Diretriz Geral do Comandante do Exército, de 09 de maio de 2007;
- Constituição da República Federativa do Brasil;
- Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999;
- Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
- Estratégia Braço Forte;
- O Processo de Transformação do Exército;
- Poder Nacional e as suas expressões;
- Estratégia da Dissuasão;
- Estratégia da Presença.

“[...] Se as estruturas de comando e controle, a logística e as tropas das três Forças tiverem meios e procedimentos que lhes permitam operar em rede, como preconiza a END, a defesa nacional dará um salto de qualidade. Para isso, os Planos de Equipamento e de Articulação em elaboração pelas FA precisam, efetivamente, serem coordenados pelo MD [...]” (ROCHA PAIVA, 2009).

O objetivo geral da pesquisa científica é analisar a Estratégia Braço Forte, especialmente o Programa Amazônia Protegida, verificando se o mesmo atende os preceitos estabelecidos pelas Estratégias da Presença e da Dissuasão, ambos preconizados na Estratégia Nacional de Defesa.

A fim de atingir o objetivo geral do trabalho, foram perseguidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o panorama atual da Amazônia Brasileira;
- Caracterizar o interesse internacional pela Amazônia;
- Identificar os principais problemas e possíveis focos de tensões, internos e externos, existentes na região e como eles influem nas Estratégias da Dissuasão e da Presença;
- Analisar a Política de Defesa Nacional, a Política Militar de Defesa, a Estratégia Militar de Defesa, a Doutrina Militar de Defesa, a Estrutura Militar de Defesa e o Sistema de Planejamento do Exército.
- Identificar a atual articulação do EB na região Amazônica;

- Identificar os aspectos das Estratégias de Dissuasão e da Presença na região Amazônica;
- Analisar as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, destacando suas implicações para as Estratégias da Dissuasão e da Presença da Força Terrestre na região Amazônica;
- Analisar o Programa Amazônia Protegida, da Estratégia Braço Forte, principalmente no tocante a dissuasão e a presença na Amazônia;
- Verificar como os Programas Sentinela da Pátria, Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro podem contribuir para a dissuasão na Amazônia;
- Analisar e interagir o panorama Amazônico com o Programa Amazônia Protegida, constatando se o mesmo atende às Estratégias da Dissuasão e da Presença do EB na Amazônia, preconizadas pela END;
- Propor, se forem o caso, novas articulações para aperfeiçoar o Programa Amazônia Protegida.

O Programa Amazônia Protegida estabeleceu diretrizes e procedimentos para a rearticulação do EB na Amazônia. Este reposicionamento da Força Terrestre ainda não foi totalmente implementado, o que permite novos estudos sobre o tema em questão. Assim, esta pesquisa científica visa comprovar a seguinte hipótese:

- A Estratégia Braço Forte, especialmente o Programa Amazônia Protegida, atende integralmente as Estratégias da Dissuasão e da Presença preconizadas pela END.

Do exposto, a crescente importância mundial e regional do Brasil aliado às suas dimensões continentais e marítimas requer que as Forças Armadas, neste contexto inserido o Exército Brasileiro, tenham a capacidade de defesa compatível com a estatura político-estratégica do País.

Esses itens, aliado a imprevisibilidade dos conflitos modernos, fez com que os dirigentes do Estado Brasileiro, em seus diferentes níveis de planejamento, elaborassem políticas e estratégias de defesa nacional, traduzidas, dentre outras, na PDN, END e Estratégia Braço Forte.

Assim, a articulação do EB está em constante mudança e transformação de forma a atender os interesses e os objetivos nacionais bem como para adaptar-se a evolução dos sistemas de defesa do Brasil.

2. A METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

A realização do trabalho consistiu de uma metodologia dividida em partes distintas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Inicialmente, foram desenvolvidas as pesquisas bibliográficas e documentais, necessárias para a elaboração do arcabouço teórico, que ficou constante em dois grandes blocos. O estudo de forma exploratória foi fundamental para aquisição de dados e formulação da base doutrinária da monografia.

O primeiro bloco, por assim chamar, diz respeito aos pressupostos legais para a preparação e atuação do Estado brasileiro, Forças Armadas e Exército Brasileiro na defesa e segurança nacional, procurando particularizar no que tange à Amazônia.

O segundo bloco, ainda desenvolvido por intermédio das pesquisas bibliográfica e documental, refere-se à Amazônia, constituindo um panorama atual de sua conjuntura nos cenários nacional, regional e mundial.

Estas pesquisas foram realizadas mediante consulta aos decretos e leis complementares presidenciais, às portarias, diretrizes, manuais, normas, relatórios de conferências, simpósios, trabalhos conjuntos e ordens expedidas pelo Ministério da Defesa, Comando do Exército, Estado-Maior do Exército e Seção de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Cabe destacar, em especial, a verificação da Política de Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa, a Estratégia Braço Forte e o Processo de Transformação do Exército.

Foram, também, pesquisados, dentre outros, os trabalhos acadêmicos – teses e dissertações – livros, revistas, jornais, artigos publicados e opiniões de diferentes autores relacionados com o tema em questão. Cabe ressaltar, do acervo utilizado, as publicações das revistas A Defesa Nacional, PADECEME – Revista de Ciências Militares, Revista “Military Review”, Revista da Escola Superior de Guerra e Exército Brasileiro.

Essas pesquisas ocorreram nas bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), da Escola Superior de Guerra (ESG), da Escola de Guerra Naval e Biblioteca do Exército. Elas foram feitas, também, pela rede mundial de computadores e por arquivos digitais selecionados nas referidas bibliotecas. Foram aproveitados, ainda, os trabalhos produzidos por ocasião do Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, conduzido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos em parceria com a ECEME, no ano de 2010.

Em função da abrangência do assunto e após a formação do referencial teórico, foi realizada uma pesquisa de campo para comprovar as idéias levantadas. As perguntas iniciais do questionário - quatro primeiras - sugerem uma análise qualitativa ao passo que as demais sugerem uma análise quantitativa.

A pesquisa de campo foi realizada com a aplicação de questionários endereçados à 7ª Sub-Chefia do Estado-Maior de Exército (EME), responsável pela elaboração da Estratégia Braço Forte, e aos Grandes Comandos e Grandes Unidades dos Comandos Militares de Área. Cabe ressaltar, que houve uma diferenciação nos tipos de questionários formulados em decorrência da localização geográfica das Organizações Militares.

A pesquisa de campo seguiu a seguinte sistemática:

- Elaboração dos instrumentos de pesquisa – questionário, resultante da seleção e estudo de uma bibliografia balizadora;
- Validação dos instrumentos com a equipe orientadora do trabalho, a fim de obter a coerência necessária para atingir os resultados esperados;
- Aprovação pelo Comando da ECEME dos instrumentos de pesquisa;
- Aplicação dos instrumentos no universo selecionado, por meio da remessa aos destinatários; e
- Tabulação e interpretação, com uma análise crítica das informações obtidas e consolidação das questões de estudo.

O trabalho procurou ser abrangente, selecionando universos distintos e provenientes de Organizações Militares de todo o Brasil. Tal fato visa aproveitar a experiência e conhecimento profissional de diversos grupos, fornecendo maior confiabilidade à pesquisa.

Assim, a população-alvo é formada por um grupo composto pelo Estado-Maior do Exército, particularmente pela 7ª Sub-Chefia, outro por Grandes Comandos e Grandes Unidades do Comando Militar da Amazônia e o último grupo por Grandes Comandos e Grandes Unidades dos demais Comandos Militares de Área. Para os dois primeiros grupos foi criado um tipo de questionário (Apêndice “A”) e para o último foram estabelecidas algumas perguntas distintas (Apêndices “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”) das realizadas no primeiro questionário, coerentemente com as ações estratégicas previstas para cada Comando Militar de Área.

Assim, como amostra, foi selecionado o seguinte universo:

- 7ª Sub-Chefia do Estado-Maior do Exército, em Brasília-DF;

- Comando do CMA, em Manaus-AM;
- Comando da 8ª RM, em Belém-PA;
- Comando da 12ª RM, em Manaus-AM;
- Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista-RR;
- Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira-AM;
- Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, em Tefé-AM;
- Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, em Porto Velho-RO;
- Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá-PA;
- Comando do 2º Grupamento de Engenharia, em Manaus-AM;
- Comando do CMO, em Campo Grande-MS;
- Comando da 9ª RM, em Campo Grande-MS;
- Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados-MS;
- Comando da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Cuiabá-MT;
- Comando da 18ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Corumbá-MS;
- Comando do CMS, em Porto Alegre-RS;
- Comando da 3ª RM, em Porto Alegre-RS;
- Comando da 5ª RM/5ª DE em Curitiba-PR;
- Comando da 3ª DE, em Santa Maria-RS;
- Comando da 6ª DE, em Porto Alegre-RS;
- Comando da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, em Santa Maria-RS;
- Comando da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Pelotas-RS;
- Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Florianópolis-SC;
- Comando da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Cascavel-PR;
- Comando da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, em Ponta Grossa-PR;
- Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Santiago-RS;
- Comando da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Uruguaiana-RS;
- Comando da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Bagé-RS;
- Comando da Artilharia Divisionária da 3ª DE, em Cruz Alta-RS;
- Comando da Artilharia Divisionária da 5ª DE, em Curitiba-PR;
- Comando da Artilharia Divisionária da 6ª DE, em Porto Alegre-RS;
- Comando do CMSE, em São Paulo-SP;
- Comando da 2ª RM, em São Paulo-SP;
- Comando da 2ª DE, em São Paulo-SP;

- Comando da 11ª Brigada de Infantaria Leve (GLO), em Campinas-SP;
 - Comando da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), em Caçapava-SP;

- Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, em Guarujá-SP;
- Comando do CML, no Rio de Janeiro-RJ;
- Comando da 1ª RM, no Rio de Janeiro-RJ;
- Comando da 4ª RM, em Belo Horizonte-MG;
- Comando da 1ª DE, no Rio de Janeiro-RJ;
- Comando da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Juiz de Fora-MG;
- Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, no Rio de Janeiro-RJ;
- Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista, no Rio de Janeiro-RJ;
- Comando da Artilharia Divisionária da 1ª DE, em Niterói-RJ;
- Comando do CMP, em Brasília-DF;
- Comando da 11ª RM, em Brasília-DF;
- Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Cristalina-GO;
- Comando da Brigada de Operações Especiais, em Goiânia-GO;
- Comando do CMNE, em Recife-PE;
- Comando da 6ª RM, em Salvador-BA;
- Comando da 7ª RM/7ª DE, em Recife-PE;
- Comando da 10ª RM, em Fortaleza-CE;
- Comando da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Natal-RN;
- Comando da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Recife-PE.

Para a análise da primeira parte da pesquisa de campo, as quatro primeiras perguntas, que são do tipo aberta e iguais para todos os questionários, utilizou-se a técnica qualitativa⁴ denominada Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), desenvolvida na Universidade de São Paulo e colocada em prática no final da década de 1990.

Na análise das demais perguntas, que são fechadas e de acordo com o Comando Militar de Área, utilizou-se a técnica quantitativa⁵ de tabulação, visto que se procurou identificar quanto e em que proporção as ações estratégicas previstas na Estratégia Braço Forte colaboram para a dissuasão na Amazônia.

⁴ Pesquisa realizada quando se quer conhecer o pensamento de uma comunidade sobre um dado tema, deve responder a pergunta como.

⁵ Pesquisa realizada de modo tradicional e habitual, decompondo o tema em questões com alternativas de respostas, deve responder a pergunta quanto.

Para a compreensão e confecção da análise da pesquisa qualitativa é necessário compreender os seguintes conceitos:

- Expressões-chave (ECH): são pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso que revelem a essência do depoimento do entrevistado. Estas expressões serviram de base para a construção do DSC;

- Ideias centrais (IC): é um nome ou expressão lingüística que descreve o sentido de cada um dos discursos analisados, de forma sintética e precisa;

- Ancoragem (AC): é a manifestação lingüística explícita de uma determinada teoria, conceito ou pressuposto que o autor do discurso se baseia; e

- Discurso do sujeito coletivo: é o discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas ECH que tem a mesma IC ou AC.

Segundo Fernando⁶ e Ana Maria⁷ Lefevre, a elaboração do DSC consiste em submeter o depoimento bruto do entrevistado a um trabalho analítico inicial de decomposição, quando são selecionadas as principais IC e AC, presentes em cada um dos discursos individuais. Após a reunião de todos eles, buscar, de forma sintética, a reconstituição discursiva de determinada representação social.

A nossa solução, a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, busca justamente dar conta da discursividade, característica própria e indissociável do pensamento coletivo, buscando preservá-la em todos os momentos da pesquisa, desde a elaboração das perguntas, passando pela coleta e pelo processamento dos dados até culminar com a apresentação dos resultados. (Fernando e Ana Maria Lefevre, 2005).

Para a coleta de dados, foram criados questionários com perguntas abertas comuns a toda população-alvo e perguntas fechadas, procurando relacionar os programas da Estratégia Braço Forte com os Comandos Militares de Área, de acordo com a abrangência das ações estratégicas. Assim, aplicou-se o questionário constante do Anexo “A” para a 7ª Subchefia do EME e para os Grandes Comandos e Grandes Unidades do CMA e os questionários conforme os Anexos “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G para os Grandes Comandos e Grandes Unidades, respectivamente, do CMO, CMS, CMSE, CML, CMP e CMNE.

Na tabulação e codificação dos dados qualitativos seguiu-se o método do DSC segundo Fernando e Ana Maria Lefevre e descrito abaixo.

⁶ Graduado em Pedagogia pela Universidade de São Paulo, mestre em Semiótica pela Universidade de Paris e doutor em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

⁷ Especialista em Educação em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e Recursos Humanos pela FAAP, mestre e doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

O primeiro passo consiste em analisar as questões isoladamente, copiando integralmente o conteúdo de todas as respostas apresentadas às questões estabelecidas, utilizando-se para tal o Instrumento de Análise de Discurso (IAD) número 1, conforme modelo abaixo:

Tabela 1 – Instrumento de Análise de Discurso 1

IAD 1 – QUESTÃO

EXPRESSÕES-CHAVE	IDEIAS CENTRAIS	ANCORAGEM

Fonte : LEFREVE, Fernando, Lefevre, Ana Maria Cavalcanti . O discurso do sujeito coletivo, um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2ª Ed. Caxias do Sul-RS: Educs, 2005.

No segundo passo destaca-se IC e as AC das ECH, segundo um código de identificação. Para este trabalho, o convencionado foi a identificação em *itálico sublinhado* para a relação ECH-IC e a grafia em *itálico* para representar a ligação ECH-AC.

O terceiro passo, depois de identificadas as IC⁸ e as AC⁹, estas últimas se existirem, consiste em transportá-las para as respectivas colunas na IAD 1.

No quarto passo, as IC e as AC são agrupadas, de acordo com o mesmo sentido ou sentido equivalente ou, ainda, de sentido complementar. Cada grupamento é etiquetado com letras A, B, C, etc.

No passo seguinte, serão criadas IC sínteses para cada grupamento já constituído e nominado, conforme parágrafo anterior, de modo que expressem, da melhor maneira possível, todas as idéias centrais e ancoragens de mesmo sentido.

O sexto passo é a construção do DSC. Para tal, descreve-se o mesmo posicionando as ECH em uma seqüência lógica - do começo, meio e fim ou do mais geral para o mais particular, utilizando-se de conectivos de coesão e eliminando-se as repetições de idéias.

Haja vista a ocorrência de mais de um DSC por questão, na apresentação dos resultados será disposto, inicialmente, um quadro-síntese, que trará as IC sugeridas na análise de cada questão. Logo após, serão expostos os quadros

⁸ Segundo Lefevre, as IC devem ser descritas sobre forma de ações que representem sentido no tempo presente, não constituindo interpretações.

⁹ Segundo Lefevre, as AC só são consideradas se estiverem concretas e explicitamente presentes no depoimento, o que nem sempre acontece.

compostos pelas IC e seus respectivos Discursos do Sujeito Coletivo, de acordo com os modelos que se seguem:

Tabela 2 – Quadro Síntese
QUADRO-SÍNTESE DE IC (Questão 1)

IC nº1	IC nº 2	IC nº 3	IC nº 4	IC nº 5
--------	---------	---------	---------	---------

Fonte : LEFREVE, Fernando, Lefevre, Ana Maria Cavalcanti . O discurso do sujeito coletivo, um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2ª Ed. Caxias do Sul-RS: Educs, 2005.

Tabela 3 – Discurso do Sujeito Coletivo
DSC - IC (Questão 1)

IC nº 1
DSC
IC nº 2
DSC

Fonte : LEFREVE, Fernando, Lefevre, Ana Maria Cavalcanti . O discurso do sujeito coletivo, um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2ª Ed. Caxias do Sul-RS: Educs, 2005.

A segunda parte se valeu da pesquisa quantitativo-descritiva¹⁰. No questionário¹¹ foram elaboradas perguntas fechadas de categoria múltipla escolha. A técnica utilizada foi de perguntas com mostruário, também conhecidas como leque ou cafeterias, na qual as respostas estão estruturadas com a pergunta, devendo o informante assinalar uma ou várias delas que ele julgar corresponder à pergunta.

A técnica de múltipla escolha é facilmente tabulável e proporciona uma exploração em profundidade quase tão boa quanto a de perguntas abertas. A combinação de respostas de múltipla escolha com as respostas abertas possibilita mais informações sobre o assunto, sem prejudicar a tabulação. (MARCONI e LAKATOS, 2008).

Neste contexto, nas perguntas quantitativas do questionário foram elaboradas tendo como opções de resposta um número de proposições consideradas

¹⁰ Segundo Maria da Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, consiste em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chaves. Utilizam-se de métodos formais caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de se fornecer dados para a verificação de hipóteses. Tem por objetivo a coleta sistemática de dados sobre populações, programas ou amostras de populações.

¹¹ Instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por perguntas e sem a presença do entrevistador.

importantes e que, direta ou indiretamente, estão relacionadas com o objeto de estudo deste trabalho e, possivelmente, com a Dissuasão na região Amazônica.

Estabeleceram-se opções de respostas, de acordo com o Comando Militar de Área, que reuniam em subgrupos ou subcategorias, todos os projetos do Programa Amazônia Protegida, no caso para o CMA, ou projetos do Programa Sentinela da Pátria, no caso dos demais Comandos Militares de Área – CMO, CMS, CMSE, CML, CMP e CMNE, possíveis de serem elegidos pelo informante e que tivessem relacionamento com a Estratégia da Dissuasão. Utilizou-se, assim, a técnica de análise de conteúdo por meio de categorias sistemáticas, previamente determinadas e que levam a resultados quantitativos.

Desta forma, o objetivo desta parte da pesquisa foi comprovar ou levantar quais os projetos do Programa Amazônia Protegida ou do Programa Sentinela da Pátria que influem na Estratégia da Dissuasão, em relação à Amazônia.

Após os dados terem sido coletados, revistos e selecionados, passou-se ao processo de codificação¹² dos mesmos. As opções de respostas foram categorizadas em três subgrupos que englobam a finalidade dos projetos dos referidos programas, assim definidos: projetos relacionados com as atividades fins e operacionais do EB, projetos para o suporte de ações subsidiárias e atividades logísticas e projetos direcionados para o público interno do EB.

O primeiro subgrupo enquadra os projetos de adequação e modernização do Comando Militar de Área, das Grandes Unidades e Unidades, da Aviação do Exército e da ocupação de PEF na Amazônia. O segundo, os projetos de adequação e modernização das Regiões Militares, de implantação de Tiros de Guerra e de modernização e ampliação de Campos de Instrução. No terceiro estão os relacionados com a construção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) e adequação da infraestrutura dos Hotéis de Trânsito, Círculos Militares e Áreas de Lazer.

Para a tabulação¹³ valeu-se do sistema manual, o tipo traço-e-risco, visto que é o mais fácil e simples dos procedimentos e que consiste em traçar uma linha convencional, de fácil conjunto, em relação a cada caso compreendido na série que

¹² Operação técnica segundo a qual os dados são categorizados. O processo de codificação engloba duas tarefas: classificação e atribuição de códigos. A partir daí podem ser tabulados ou contados.

¹³ É a arrumação dos dados em tabelas, de maneira a permitir a verificação das relações que elas guardam entre si.

se conta. Desta forma, para cada resposta apresentada será obtido um número que quantificará determinada opção de resposta.

Na análise e interpretação dos resultados utilizou-se o sistema de comparação de freqüências denominado porcentagem¹⁴ e na apresentação dos dados o procedimento por meio de gráficos¹⁵ de barras.

¹⁴ Trata-se de proporções que se multiplicam por 100 ou proporção de um valor dado que pode ser determinado, desde que se saiba quanto corresponde a cada 100.

¹⁵ Representação dos dados com elementos geométricos que permite uma descrição imediata do fenômeno. Representa uma forma atrativa e expressiva, uma vez que facilita a visão do conjunto com apenas uma olhada e possibilita ver o abstrato com facilidade.

3. CONCEITOS BÁSICOS PARA A DEFESA DA AMAZÔNIA

3.1 GENERALIDADES

Neste capítulo, foram verificados, inicialmente, os principais documentos e pressupostos que constituem a base teórica para a defesa nacional e a segurança do Estado Brasileiro, como a Política de Defesa Nacional. Em seguida, serão apresentadas considerações atinentes ao planejamento do Exército Brasileiro. Por fim, foram realizadas observações sobre as Estratégias da Dissuasão e da Presença.

3.2 CONSIDERAÇÕES DE DEFESA NACIONAL

A Política de Defesa Nacional, documento de mais alto nível de planejamento da Defesa Nacional, aprovado pelo Decreto Presidencial número 5484, de 30 de junho de 2005, é uma Política de Estado que tem a finalidade de fixar objetivos e diretrizes para a defesa da Nação bem como orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional, em todos os níveis e esferas do poder, com o envolvimento dos setores militar e civil e de toda a sociedade brasileira.

Inicialmente, a PDN ressalta alguns conceitos básicos para o seu entendimento, dos quais destacam-se os seguintes:

Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;

Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. [grifo nosso] (PDN, 2005, p.2).

Posteriormente, ela apresenta um panorama atual dos ambientes internacional e regional sul-americano, salientado o entorno estratégico do Brasil. Na análise do País, deixa evidente a sua profundidade geoestratégica e a complexidade da tarefa de planejamento geral de defesa. Constata a existência de cenários diferenciados para a defesa e, ao mesmo tempo, estabelece uma política geral e abordagem específica para cada caso.

Assim, da análise da PDN e segundo Carlos Alberto Pinto Silva, a situação do Brasil no sistema internacional indica-o como uma média potência¹⁶, potência regional¹⁷ e superpotência emergente¹⁸. Tal posicionamento vai exigir do País uma estatura político-estratégica compatível com outros países que ocupam esta mesma situação.

Os diversos campos do poder constituem peças fundamentais para a construção desta estatura, dentre os quais se destaca o campo do poder militar. Neste contexto, a PDN deve, então, orientar o planejamento de defesa do Brasil de forma a dotá-lo de capacidade bélica suficiente, com as FA plenamente ajustadas aos interesses e necessidades do País.

Relacionado com o tema deste trabalho acadêmico, cabe, então, ressaltar o que a PDN discorre sobre a Amazônia:

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas [...] **O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras**, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia. [grifo nosso] (PDN, 2005, p.3).

Fruto da análise dos ambientes nacional, regional e mundial, a PDN estabelece seis Objetivos de Defesa Nacional¹⁹ bem como as orientações estratégicas para o País, das quais insere-se os seguintes incisos:

[...] 6.12 Em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional. 6.13 Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, efetiva ação do Estado no desenvolvimento sócio-econômico e ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à

¹⁶ Termo usado no campo das Relações Internacionais para descrever os Estados que não são superpotências ou grandes potências, mas que possuem algum grau de influência global, embora não tenham, obrigatoriamente, dominância sobre qualquer área geográfica mundial.

¹⁷ Termo usado para descrever um país com poder e influências suficientes para exercer determinado controle sobre sua região geográfica.

¹⁸ Termo usado para designar o Estado considerado com potencial para alcançar a condição de superpotência, ou próxima de superpotência, ao longo do século XXI. São quatro nações emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China (os BRIC).

¹⁹ Os Objetivos Nacionais de Defesa são os seguintes:

- I - a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial;
- II - a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior;
- III - a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais;
- IV - a promoção da estabilidade regional;
- V - a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e
- VI - a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

defesa das riquezas naturais e do meio ambiente. (PDN, 2005, p.6).

A PDN dispõe, ainda, de diretrizes estratégicas para a consecução dos Objetivos de Defesa Nacional, das quais os itens que interessam para esta pesquisa acadêmica são:

I - manter forças estratégicas em condições de emprego imediato, para a solução de conflitos; [...] V - aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil; VI - aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da Amazônia brasileira; [...] XV - implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica, com apoio da sociedade, visando, em especial, ao desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira. (PDN, 2005).

O nível político de planejamento de defesa do Brasil também contempla a Política Militar de Defesa. Documento setorial aprovado pelo Ministro de Estado da Defesa, por intermédio da Portaria número 400/SPEAI/MD, de 25 de setembro de 2005, decorrente da Política de Defesa Nacional, de diretrizes específicas do Comandante Supremo das FA e tem por finalidade orientar os planejamentos estratégicos militares das FA e do Estado-Maior Conjunto do Ministério da Defesa.

A Estratégia Militar de Defesa, aprovado pela Portaria Normativa número 578/SPEAI/MD, de 27 de dezembro de 2006, do Ministério da Defesa, orienta o planejamento estratégico das FA, bem como os planos operacionais decorrentes, visando à consecução dos objetivos estabelecidos pela Política Militar de Defesa.

Assim, a E Mi D, ao nortear o planejamento das FA, define uma concepção Estratégico-Militar, as Hipóteses de Emprego (HE), as capacidades desejadas para as FA e as Ações Estratégicas.

A Doutrina Militar de Defesa, estabelecida pela Portaria Normativa número 113/SPEAI/MD, de 01 de setembro de 2007, visa estabelecer os fundamentos doutrinários para o emprego das Forças Armadas em atendimento às demandas de defesa da Pátria e em outras missões previstas na Constituição Federal, nas leis complementares e em outros diplomas legais.

Segundo Reinaldo Nonato de Oliveira Lima²⁰, a formulação da DMD é uma tarefa abrangente, que engloba diversos campos de relacionamento entre o Estado e a sociedade, sujeita a inúmeras variáveis. Sua elaboração deve seguir parâmetro estabelecido pelo mais alto nível decisório – político, até atingir o nível tático, apoiado em dispositivos legais, porém admitindo atualizações coerentes com os

²⁰ Coronel R1 do Exército Brasileiro e diplomado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

fatores conjunturais e com os valores, princípios, conceitos e normas essenciais da nacionalidade.

“[...] nem as autoridades constituídas nem a sociedade (lideranças e executivos nos diversos segmentos sociais) podem se furtar do compromisso inarredável de participar efetivamente das ações de defesa nacional (planejamento, preparo e execução), pois, se não houver vontade, os meios serão inócuos; se não houver os meios, a vontade será mera fantasia; e, se não houver nem um nem outro, o País estará fatalmente à mercê de terceiros.” (Reinaldo Lima, 2007).

Percebe-se, que a E Mi D era o documento de mais alto nível estratégico de planejamento de defesa, fazendo a interface diretamente com a PDN, que já enquadra-se no nível político. Inexistia uma Estratégia Nacional para a defesa que realizasse este inter-relacionamento.

Política²¹ é denominada a arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados. A aplicação desta arte aos negócios internos da nação (política interna) ou aos negócios externos (política externa). Nos regimes democráticos, a ciência política é a atividade dos cidadãos que se ocupam dos assuntos públicos com seu voto ou com sua militância.

Assim, a política define o que fazer, fixa os objetivos e os meios necessários a sua consecução, organiza e governa um Estado, dirigindo as suas ações, internas e externas, em busca do bem comum. Segundo o Manual de Campanha Estratégia, C 124-1, tem-se:

A política prende-se, sobretudo, aos fins que se pretende alcançar, interpreta e formula objetivos e vai além, ao organizar o poder e desenvolvê-lo em benefício da comunidade, traçando os rumos para a condução estratégica. (Manual C124-1, p. 1-2).

Estratégia²² é a forma de pensar no futuro, integrada no processo decisório, com base em um procedimento formalizado e articulador de resultados.

Então ela define o como fazer para atingir os objetivos fixados pela política, daí a definição:

A estratégia estabelece o caminho para se atingir os objetivos fixados pela política [...] A estratégia procura estabelecer uma postura ou um posicionamento que permita atingir os fins desejáveis. Não é, portanto, algo rígido, dogmático ou sujeito a fórmulas. (Manual C124-1, p. 1-2).

²¹ Definição segundo a fonte de consulta Wikipédia – a enciclopédia livre.

²² Definição segundo a fonte de consulta Wikipédia – a enciclopédia livre.

Neste sentido, a END surgiu para completar a lacuna existente entre a PDN e a E Mi D, suprindo as necessidades do nível estratégico.

A Estrutura Militar de Defesa tem por finalidade atribuir às relações de comando e responsabilidade, visando o emprego das FA na ativação de Comandos Operacionais. Ela será ativada, por decisão do Comandante Supremo e será estabelecida a partir da transição das organizações militares, existentes desde o tempo de paz.

A Etm D estabelece os níveis de decisão - político, estratégico, operacional e tático - e os tipos de comandos operacionais.



Figura 01 - Níveis de Planejamento Estratégico Militar.

Fonte: Ciclo de Inteligência Estratégica e Planejamento Estratégico na ECEME no ano de 2011.

3.3 CONSIDERAÇÕES DE DEFESA NACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

No âmbito do Exército Brasileiro, o planejamento estratégico iniciou, de forma sistemática e por intermédio de uma metodologia, com a elaboração e aprovação do

Sistema de Planejamento do Exército. A partir da primeira edição, ocorreram diversas atualizações face à evolução da conjuntura mundial, do aperfeiçoamento das técnicas de planejamento, da necessidade de adequar a doutrina do Exército aos documentos elaborados pelo Ministério da Defesa e da necessidade de alinhamento, no âmbito do Exército, do planejamento administrativo ao planejamento estratégico. Foi o mais novo ordenamento jurídico advindo com a Constituição Federal de 1988.

O SIPLEx é um instrumento de apoio à decisão do Comandante do Exército e catalisados dos diversos planejamentos realizados pelos escalões da Força, com a finalidade de implementar as ações necessárias para que o Exército atinja seus objetivos de curto, médio e longo prazos. Na edição de 2008, última vigente, o Sistema está estruturado em livros com finalidades específicas, o SPLEx 1 - que caracteriza a Missão do Exército, o SIPLEx 2 - que avalia o Exército, o SIPLEx 3 - que estabelece a Política Militar Terrestre, o SIPLEx 4 - que define estratégias para o Exército, o SIPLEx 5 - que estabelece planos para a consecução das estratégias e o SIPLEx 6 - que estabelece o planejamento administrativo do Exército.

A Política Militar Terrestre é resultado da conjugação dos Objetivos Nacionais de Defesa, das orientações e diretrizes estratégicas estabelecidos na Política de Defesa Nacional, dos objetivos e estratégias contidos na Política Militar de Defesa, das ações estratégicas dispostas na Estratégia Militar de Defesa e do que consta na Doutrina Militar de Defesa, tudo relacionado com a missão do Exército e com as indicações de sua avaliação.

O SIPLEx apresenta as concepções estratégicas do Exército e as diretrizes estratégicas que transformam essas concepções em ações concretas.

Para que as Concepções Estratégicas do Exército e os objetivos da Política Militar Terrestre sejam realizados, há a necessidade de se estabelecer as diretrizes estratégicas, que podem ser executivas, normativas e organizadoras dos sistemas. Esse entendimento está relacionado com a END e a Estratégia Braço Forte, que serão estudadas, respectivamente, nos capítulos 4 e 6 deste trabalho.

Os Planos Estratégicos do Exército colocam em prática as ações estabelecidas pelas diretrizes estratégicas.

3.4 ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DA AMAZÔNIA

O Brasil possui dimensões continentais, com grandes variedades fisiográficas, sociais, econômicas e políticas, o que leva a crer que a sua defesa é uma tarefa difícil e que ocorrerá de forma combinada entre as três Forças Armadas - Exército, Marinha e Força Aérea - e condicionada a determinados fatores.

3.4.1 Estratégia da Dissuasão

Por definição, Estratégia da Dissuasão consiste na manutenção de forças militares suficientemente poderosas capazes de desencorajar qualquer agressão militar e em possuir forças aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revide que representam.

A Dissuasão pode ser convencional, quando se relaciona a capacidade de emprego eficaz de meios convencionais, e nuclear, quando se relaciona ao emprego eficaz de um artefato nuclear.

A Dissuasão convencional pode, ainda, ser ofensiva, quando a existência de meios potentes constitui fator de convencimento sobre a inutilidade do adversário de se opor a uma ação que se pretenda realizar, em virtude dos danos que podem ser causados. Ela é defensiva, quando um Estado dispõe de meios suficientemente potentes para conter e revidar a ação inicial do oponente.

A estratégia da dissuasão tem sido aplicada amplamente no cenário geral da política internacional, muitas vezes paralisando (pela avaliação dos custos) os propósitos de agressão dos países mais poderosos. Para que a defesa pela dissuasão seja efetiva é mister que o grau de ameaça oferecido pela vítima seja concreta, revelando vontade férrea de resistir e exibindo meios capazes de realizar esta resistência. (MEIRA MATTOS, 2004).

Há, ainda, outros fatores que contribuem para aumentar a capacidade de dissuasão de um Estado.

Neste contexto, as condições de preparo das Forças Armadas constituem um importante aspecto de dissuasão. Este preparo está relacionado, dentre diversos itens, com a articulação das Forças Singulares pelo território nacional, suas diferentes localizações das Unidades de combate e apoio ao combate, suas condições de apresentarem uma pronta-resposta, a existência de uma tropa armada, equipada e treinada com materiais modernos de emprego militar, os efetivos completos, em pessoal, nos cargos previstos das Organizações Militares e a constante realização de exercícios militares, quer em conjunto, coordenados pelo Ministério da Defesa, quer de forma independente.

Outro ponto de dissuasão pode-se considerar a existência de um sistema de mobilização eficiente, ou seja, uma estrutura militar de guerra preparada, com um plano de transformação das indústrias necessárias ao esforço de guerra, capaz de fornecer todo o apoio logístico para o treinamento e emprego real, como alimentos, fardamentos, viaturas, embarcações, combustível, munição, armamentos e outros diversos tipos de suprimentos.

Os meios de transporte - aviões, helicópteros, embarcações e viaturas - bem como sua infra-estrutura - rodovias, ferrovias, portos e aeroportos – são fundamentais para a garantia da mobilidade estratégica.

As influências da mídia nacional e internacional podem ser exploradas por meio do desenvolvimento de campanhas dos órgãos de comunicação social do governo federal e das FA. Tais divulgações, em favor da defesa nacional, da defesa da Amazônia e da necessidade do imprescindível apoio da população. Outro fator de dissuasão é a realização de operações e entrosamentos das FA com outras forças militares e órgãos civis – Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Civil e Receita Federal. O desenvolvimento de trabalhos conjuntos, como palestra, simpósios, visitas e ações subsidiárias de caráter geral, com outros setores da população - universitários, religiosos, sindicais, políticos, Organizações Não-Governamentais e empresas privadas – conscientizam segmentos da sociedade e potencializam o poder dissuasório de um estado.

A capacidade de mobilização nacional, em pessoal e material, aliada a realização de exercícios com reservistas, inclusive com o completamento total de efetivos das unidades mobilizadas e o deslocamento para outras regiões do Brasil também constitui dissuasão.

O desenvolvimento tecnológico e científico, com projetos do Instituto Militar de Engenharia (IME) e do Centro Tecnológico do Exército (CTEx), a substituição de materiais obsoletos por modernos, o reaparelhamento das FA, o aumento da capacidade de atendimento em campanha dos meios de saúde, o desenvolvimento de pesquisas sobre doenças tropicais, repelentes, soro antiofídico liofilizado pelo Instituto Biológico do Exército (IBEx) e o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e vigilância, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Sistema Integrado de

Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), são fatores que reforçam a capacidade de dissuasão das FA e do País.

Cabe destacar, ainda, que para a execução das tarefas acima listadas e, assim, aplicar a Estratégia da Dissuasão, será necessário que o governo federal disponibilize recursos financeiros para as FA, tornando-os, também, um fator dissuasório. Segundo Rocha Paiva²³, a modernização das FA, pela END, deve ser transformada em lei, a fim de garantir a manutenção de recursos, pois a idéia de um percentual fixo do PIB para investimentos em defesa não foi aceito pela vontade política brasileira.

3.4.2 Estratégia da Presença

A Estratégia da Presença preconiza a presença militar em todo território nacional, quer pela articulação de organizações militares - presença seletiva, quer pela capacidade de se fazer presente por meio de um rápido deslocamento – mobilidade estratégica.

De acordo com o Manual de Campanha C 124-1 Estratégia, tem-se a definição:

A Estratégia da Presença preconiza a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional. (Manual C124-1, 2004).

A idéia de presença de efetivos militares para garantir a manutenção e integridade territorial, em relação ao Brasil, vem desde a época do período colonial, quando os portugueses ocuparam o litoral para impedir as invasões estrangeiras.

As terras conquistadas por Portugal foram mantidas, por meio da construção de fortes e fortificações, que além de favorecer o povoamento regional também barravam o avanço de outras tropas.

E assim foi por toda a história do Brasil, em diferentes períodos, a existência de Unidades Militares pelo território nacional garantiram a posse da terra e foram decisivas para a manutenção da integridade do País.

Desta feita, as Organizações Militares distribuídas pelo território nacional sempre marcaram a Estratégia da Presença. Hoje em dia, esta estratégia também pode ser caracterizada por outros fatores, além da presença de efetivos militares.

²³ General de Brigada R1 do EB, doutor em Ciências Militares pela ECEME, com especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Foi Comandante da ECEME no ano de 2006.

As ações cívico-sociais desenvolvidas pela Marinha do Brasil (MB), pelo EB e pela Força Aérea Brasileira (FAB) junto à população também podem ser encaradas como formas de execução desta estratégia. Dentre as realizadas, destacam-se a assistência médica-odontológica nos hospitais militares e navios-hospitais, as palestras de higiene pessoal, planejamento e organização familiar, prevenção de doenças endêmicas e de sexualmente transmissíveis, a cooperação na distribuição de cestas básicas e material escolar para a população, o lazer, bem-estar e recreação com jogos desportivos.

A presença pode estar na participação do EB em ações subsidiárias para o desenvolvimento nacional, como a construção de estradas, aeródromos, pontes, canais de ligação e outras obras, na realização de operações militares, buscando adensar efetivos, manter a capacidade operativa e a sedimentação de doutrina e na existência de órgãos do governo federal atuando e combatendo ilícitos variados.

Adriana Aparecida Marques²⁴ enfatiza a idéia de que a Estratégia da Presença vai além da distribuição territorial das Organizações Militares pelo país, como ficou evidente na seguinte passagem:

[...] Sobre a estratégia da presença é possível argumentar que se de fato esta estratégia não permite aos militares reivindicar grandes montantes de recursos orçamentários para o investimento em tecnologia, armamentos ofensivos, etc., ela confere prestígio político aos fardados, uma vez que esta estratégia envolve a execução de atividades que não são de natureza militar, como a construção e a manutenção de estradas e a prestação de serviços médicos e odontológicos à população local. (MARQUES, 2007).

Selma Lúcia de Moura Gonzalves²⁵ descreve os papéis específicos de determinadas Organizações Militares, como os Tiros de Guerra, frente à Estratégia da Presença. Esta estratégia pode ser revelada por meio de dois aspectos. O primeiro militar, com a formação de uma reserva mobilizável para a realização de tarefas de defesa territorial, garantia de lei e da ordem, defesa civil e ação comunitária. O segundo, como um componente sociopolítico, que compreende o envolvimento do órgão militar com a sociedade local nos eventos sociais, cívicos e religiosos, aumentando a proximidade da instituição com a população.

O desenvolvimento de ações do governo federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento, Programa Calha Norte, o Projeto Rondon, o SIVAM e

²⁴ Doutora em Ciência Política pelo Departamento de Ciência e Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

²⁵ Doutora em Geografia humana pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

outros também contribuem para a Estratégia da Presença, principalmente na região Amazônica, onde existem grandes vazios populacionais.

Segundo Rocha Paiva²⁶, os propósitos da Estratégia da Presença estão associados aos da Dissuasão, tanto contra as ameaças externas como também contra as internas. A existência de Unidades Militares e os papéis por elas desempenhados na linha de fronteira, nos espaços vazios do interior e nos núcleos populacionais, transmitem uma clara mensagem dissuasória, pela demonstração da vontade de manter a posse da terra, assegurar sua integridade e a paz interna. Assim, para Rocha Paiva, a Presença deve ser considerada como uma ação estratégica incluída na Estratégia da Dissuasão.

3.5 CONCLUSÃO PARCIAL

O Planejamento de defesa do Brasil deve acompanhar a evolução do País, de maneira a manter o poderio militar nacional compatível com a posição por ele ocupado no cenário internacional.

A Política de Defesa Nacional tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política externa do País, a qual se fundamenta na busca da solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da paz e da segurança internacionais. Um dos propósitos da PDN é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros, não apenas das FA.

Verifica-se que a PDN estabelece a Amazônia como prioridade de defesa. Ela orienta o modo de proceder do Estado nessa área, apresentando regras sobre como agir estrategicamente na administração dos conflitos de segurança nacional. É uma política extremamente coerente com as condições econômicas, políticas, geográficas e bélicas do Brasil, tendo, na diplomacia, a base para solução de conflitos, em escala regional e global.

A PMD, como foi visto, estabelece os objetivos e as estratégias de defesa, que serão atingidos pela capacidade de atuação das FA, traduzidas em Hipóteses de Emprego e ações estratégicas, todos definidos na E Mi D. Contudo, havia um

²⁶ General de Brigada R1 do Exército Brasileiro, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Foi Comandante da ECEME no ano de 2006.

espaço existente entre a PMD e a E Mi D, que procurou ser minimizado com a confecção da END e que será estudada em capítulo posterior.

A PMD e a E Mi D contemplam a Amazônia como área prioritária de defesa, em razão de suas potencialidades, recursos naturais e de tudo aquilo que representa para o Brasil e para o mundo.

No âmbito do EB, o SIPLEx é uma excelente ferramenta de planejamento para que a instituição alcance os seus objetivos de curto, médio e longo prazo e, desta forma, atinja os fins a que se destina. A última versão existente é de 2008, entretanto, está previsto uma nova atualização para o ano de 2011.

Foi visto, ainda, que as Estratégias da Dissuasão e da Presença estão intimamente relacionadas, sendo constatados diversos fatores que contribuem para a sua realização e aplicação.

Verificou-se que a Dissuasão e a Presença, para serem efetivas, devem contemplar ações a serem executadas em todos os campos do poder, não apenas no militar, coerentemente com a PDN, a E Mi D e a END.

A articulação do EB pelo território nacional, especialmente no caso deste trabalho, pela Amazônia, irá influenciar fortemente estas estratégias. Resta verificar, até que ponto esta articulação, a existente e a aperfeiçoada pela Estratégia Braço Forte, atende aos anseios da PDN, E Mi D e END. Destaca-se a questão da necessidade de recursos financeiros como fator de influência nas Estratégias da Presença e da Dissuasão, visto que estes recursos condicionarão a articulação do EB pelo território nacional e, assim, pela Amazônia.

4. ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

4.1 GENERALIDADES

Na atualidade, o Brasil posiciona-se de forma a consolidar sua posição de destaque no cenário regional e mundial. Para tanto, é necessário possuir uma estruturação política, econômica, psicossocial, militar e técnico-científica que respaldem as decisões emanadas pelo governo brasileiro.

Neste contexto e relacionada com o campo militar de defesa, foi aprovada pelo Presidente da República, no ano de 2008, a Estratégia Nacional de Defesa. Um tema importante não só para as Forças Armadas, mas para toda a sociedade.

Se o Brasil quiser ascender ao primeiro plano na ordem mundial, precisa de escudo para se defender não só contra as agressões, mas também contra as intimidações. Esse é o objetivo do Plano Estratégico de Defesa. (Roberto Mangabeira Unger²⁷).

4.2 DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

A END, aprovada pelo Presidente da República no ano de 2008, foi elaborada por um Comitê Ministerial presidido pelo Ministro da Defesa, coordenado pelo Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos e integrado pelos Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Ciência e Tecnologia. Este comitê foi assistido pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e seus principais assessores bem como por especialistas, representantes de diversos órgãos públicos e privados e pessoas com profundo conhecimento na área de defesa.

Ela trata de assuntos políticos e institucionais decisivos para a defesa do país e que tenham condições de garantir a continuidade do seu desenvolvimento, fato este tão desejado por toda a nação brasileira. Assim sendo, ela foi idealizada em três eixos estruturantes: a reorganização das Forças Armadas, a reestruturação da indústria brasileira do material de defesa e a política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

As diretrizes da END, que afetam ao Exército Brasileiro em relação a sua presença no território nacional e a sua capacidade de dissuasão, priorizam a região Amazônica e orientam a Força Terrestre no sentido de:

²⁷ Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no ano de 2008, quando da aprovação da END.

- estar preparado para combater nas fronteiras terrestres a fim de dissuadir forças hostis nessas regiões (Diretriz Nr 01 – Dissuasão);
- organizar-se sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença (Diretriz Nr 02 – relaciona-se com a reorganização das FA no campo territorial);
- desenvolver a capacidade nacional de controle do território (Diretriz Nr 03 – relaciona-se com a reorganização das FA no campo operacional);
- desenvolver a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão por intermédio da mobilidade estratégica e reforçada pela mobilidade tática (Diretriz Nr 04 – relaciona-se com a reorganização das FA no campo operacional);
- aprofundar a interdependência entre os aspectos tecnológicos e operacionais da mobilidade para alternar a capacidade de concentração e desconcentração de forças (Diretriz Nr 05 – relaciona-se com a reorganização das FA no campo doutrinário e operacional);
- fortalecer o setor estratégico da cibernética com vista a atender ao conceito de flexibilidade (Diretriz Nr 06 – relaciona-se com a estruturação do potencial estratégico do EB);
- contribuir para a unificação das Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (Diretriz Nr 07 – relaciona-se com a unificação operacional das FA);
- reposicionar o efetivo e organizações militares de acordo com as principais preocupações de defesa, sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do Brasil. O Exército deve possuir uma reserva estratégica no centro do País e reservas regionais nos Comandos Militares de Área, que por sua vez deverão ter as suas jurisdições coincidentes com as das demais forças (Diretriz Nr 08 – relaciona-se com a distribuição territorial das FA);
- adensar a presença nas fronteiras (Diretriz Nr 09 – relaciona-se com a distribuição territorial das FA);
- priorizar a região Amazônica, reafirmando a soberania nacional sobre a mesma (Diretriz Nr 10 – relaciona-se com a importância da Amazônia);
- desenvolver a capacidade logística na região Amazônica (Diretriz Nr 11 – relaciona-se com a importância da Amazônia);

- desenvolver a flexibilidade no combate, inclusive com a utilização de técnicas e táticas de forças não-convencionais (Diretriz Nr 12 – relaciona-se com as capacidades e habilidades dos militares);

- habilitar seus combatentes para atuar em rede, inclusive com militares das outras forças, dominando as tecnologias de ponta dos novos sistemas de armas e com capacidade de adaptação às rápidas mudanças do combate moderno (Diretriz Nr 13 – relaciona-se com as capacidades e habilidades dos militares);

- habilitar os militares de atributos e predicados exigidos pelo conceito de flexibilidade (Diretriz Nr 14 - relaciona-se com as capacidades e habilidades dos militares);

- rever a composição do seu efetivo (Exército Brasileiro), de acordo com o disposto na END (Diretriz Nr 15 – relaciona-se a distribuição territorial das FA);

- estruturar o potencial estratégico em torno de capacidades, ou seja, organizar-se em torno das capacidades e não em torno de inimigos específicos (Diretriz Nr 16 – relaciona-se com a distribuição territorial das FA);

- preparar efetivos para atuar em operações de garantia da lei e da ordem, conforme o previsto na Constituição Federal (Diretriz Nr 17 – relaciona-se com a missão interna das FA);

- estimular a integração com outros exércitos da América do Sul, por meio do Conselho de Defesa Sul-americano e outros organismos de cooperação regional (Diretriz Nr 18 – relaciona-se com a cooperação militar e integração na América do Sul);

- estar preparado para participar de operações de manutenção da paz, com responsabilidades crescentes (Diretriz Nr 19 – relaciona-se com a cooperação militar no sentido da paz mundial);

- aprimorar-se para atender às solicitações internacionais de busca e salvamento (Diretriz Nr 20 – relaciona-se com a cooperação militar para atender aos compromissos internacionais brasileiros);

- desenvolver o potencial de mobilização nacional para assegurar sua capacidade dissuasória e operacional, com o resguardo do território (Diretriz Nr 21 – relaciona-se com a Dissuasão e com participação do povo brasileiro na defesa da soberania nacional);

- contribuir para capacitar a indústria nacional de material de defesa na conquista da autonomia tecnológica (Diretriz Nr 22 – relaciona-se com as capacidades de defesa do país);

- manter o serviço militar obrigatório como condição essencial para mobilização do povo brasileiro em prol da defesa da soberania nacional (Diretriz Nr 23 – relaciona-se com a participação do povo brasileiro na defesa da soberania nacional).

Segundo Eliézer Rizzo de Oliveira²⁸ a Estratégia Nacional de Defesa é um documento afirmativo e audaz que traduz o projeto de construção de um país dotado de novos papéis no plano regional e mundial e que é centrado nos conceitos de Segurança Nacional e Defesa Nacional.

O exame das diretrizes da Estratégia de Defesa Nacional nos permite concluir que o Ministério da Defesa e a Secretaria de Assuntos Estratégicos promovem um processo de modernização (otimização das atuais capacidades em vista de missões habituais) e de transformação (desenvolvimento de novas capacidades e estrutural das Forças Armadas). (OLIVEIRA, 2009).

4.3 PRIMEIRO EIXO ESTRUTURANTE: REORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

O primeiro eixo estruturante da END, que relaciona-se diretamente com este trabalho, define a maneira como o Exército deve se orientar e organizar, para cumprir a sua missão constitucional de defesa da pátria e de garantia da lei e da ordem. A flexibilidade e a elasticidade da Força Terrestre são fatores fundamentais e que influem decisivamente nas estratégias da dissuasão e da presença.

O primeiro é a capacidade de empregar forças militares com o mínimo de rigidez pré-estabelecido e com o máximo de adaptabilidade à circunstância de seu emprego. Assim, o EB não necessita estar presente e possuir organizações militares em todos os rincões do Brasil, mas sim de se fazer presente com sua tropa, quando necessário e por meio da mobilidade.

O segundo é a capacidade de aumentar rapidamente o dimensionamento das forças militares quando as circunstâncias o exigirem, mobilizando em grande escala os recursos humanos e materiais do País. Por ela, o EB deve ter uma força reserva capaz de ser mobilizável e identificada com a Nação brasileira.

²⁸ Doutor em Ciência Política pela Fundação Nacional de Ciência Política (Paris, 1980), professor titular aposentado da Universidade Estadual de Campinas e docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Faculdade de Direito, Campinas, São Paulo).

O módulo Brigada ficou definido como o módulo básico de combate do EB. Ele deverá possuir pessoal com elevada motivação profissional e capacidade operacional, meios de comunicações para operar em rede com outras unidades internas e externas, meios de mobilidade para rápidos deslocamentos, recursos logísticos para dar suporte às operações e meios tecnológicos que visam aumentar o poder de combate.

A defesa da região Amazônica será realizada por este mesmo instrumento - módulo brigada – com foco no monitoramento/controle e mobilidade, acrescida da qualificação necessária ao combate na selva.

Segundo Rocha Paiva²⁹, a nova articulação a ser estabelecida pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, coerente com a END, necessita estar integrada e, ao mesmo tempo, coordenada pela MD. A criação de estados-maiores conjuntos nos diferentes Comandos Militares de Áreas/Áreas estratégicas possibilitará e favorecerá a realização de planejamentos operacionais integrados e, desta maneira, um emprego conjunto nos diferentes teatros de operações, em detrimento da atuação de forma independente e do adestramento singular das FA.

Se as estruturas de comando e controle, a logística e as tropas das três Forças tiverem meios e procedimentos que lhes permitam operar em rede, como preconiza a END, a defesa nacional dará um salto de qualidade. Para isso, os Planos de Equipamento e de **Articulação** em elaboração pelas FA precisam, efetivamente, ser coordenados pelo MD. [Grifo nosso] (ROCHA PAIVA, 2009).

4.4 O SEGUNDO E TERCEIRO EIXOS ESTRUTURANTES

O segundo eixo, que é a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa, visa assegurar que os equipamentos necessários às Forças Armadas sejam atendidos por tecnologias de domínio nacional.

Para tal, as diretrizes estabelecidas pela END são no sentido de priorizar o desenvolvimento de capacitações tecnológicas independentes, criando parcerias com países e empresas estrangeiras para a pesquisa e produção em conjunto e no Brasil, reduzindo a compra de serviços e de produtos acabados no exterior. As considerações comerciais ficarão subordinadas aos interesses estratégicos do País.

²⁹ General de Brigada R1 do Exército Brasileiro, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Foi Comandante da ECEME no ano de 2006.

O terceiro e último eixo, que trata do serviço militar obrigatório, orienta a relação da sociedade com as Forças Armadas, estabelecendo condições para a composição dos seus efetivos de forma que estas reproduzam a própria Nação. É a forma mais importante de garantir a defesa nacional.

As Forças Armadas deverão, ainda em complemento ao Serviço Militar, instituir o Serviço Civil, que fornecerá a formação necessária para a realização de um trabalho social. Será uma espécie de renovação e ampliação dos Tiros de Guerra.

Outros tópicos de destaque neste eixo são a formação de especialistas civis em assuntos de defesa e a representatividade de todos os setores da sociedade no oficialato, mediante o ingresso nas academias militares.

Nós não terminamos. Estamos no meio do caminho. As premissas foram lançadas e agora vem o que consistem essas premissas, o que consistem, por exemplo, as medidas de estímulo à indústria de defesa, [...] o que significa a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no Ministério da Defesa. Agora, é o segundo passo,[...] no sentido da integração e da compreensão da Nação de que a Defesa é um objetivo da Nação e não é o objetivo exclusivamente dos militares [...]" (NELSON JOBIM³⁰, 2009).

4.5 CONCLUSÃO PARCIAL

Na atualidade, o Brasil busca consolidar sua posição de destaque no cenário regional e mundial. Para tanto, é necessário possuir uma estruturação política, econômica, psicossocial, militar e técnico-científica que respaldem as decisões emanadas pelo governo brasileiro.

Na hierarquia dos documentos de defesa e até a promulgação da END, a PDN, que define o que fazer decorrente do estudo dos cenários políticos e ameaças externas, relacionava-se diretamente com a PMD, que define o que fazer decorrente do estudo de cenários militares e ameaças externas. Inexistia um documento que estabelecesse como fazer para atingir os objetivos fixados pela PDN. Neste sentido, a END surgiu para cumprir esta tarefa e diminuir o espaço existente entre a PDN e a PMD.

A END é um projeto Nacional e de Estado, que visa concorrer para proporcionar a necessária capacitação operacional das Forças Armadas para a defesa do Brasil. Ela foi idealizada com base no trinômio monitoramento e controle, mobilidade e presença e se dispõe a atingir este objetivo por meio de três eixos estruturantes: a

³⁰ Ministro de Estado da Defesa no ano de 2009.

reorganização das FA, a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e a composição dos efetivos das FA, no qual se insere o serviço militar obrigatório.

Conforme foi verificado, para atingir este trinômio, a END dispõe de diretrizes que marcam determinantemente a Estratégia da Dissuasão e da Presença a ser seguida pelo Estado brasileiro. Em consonância com estas estratégias exigirá um maior engajamento da sociedade e da classe política com os assuntos de defesa nacional, ao mesmo tempo em que proporcionará uma oportunidade de reaparelhamento, em pessoal e material, das FA, um incentivo à Ciência e Tecnologia, uma valorização da profissão militar e, que é objeto de estudo deste trabalho, uma maior presença militar na Amazônia Brasileira.

Os Planos de Articulação e Equipamento elaborados pelo EB, em decorrência de determinações da END, devem estar baseados nas suas diretrizes, conforme as acima especificadas e, desta maneira, atender aos aspectos da dissuasão e da presença.

Assim, a END é um projeto novo e ousado, que integra estratégias de diversos ministérios e órgãos do governo federal. Surgiu para completar o espaço vazio existente entre a PDN e a PMD bem como para tornar o tema de defesa nacional um interesse todos os cidadãos brasileiros.

5 A ATUAL ARTICULAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA

5.1 GENERALIDADES

Ao longo da História mundial³¹, diversos fatores contribuíram para que a vitória fosse alcançada por um dos lados em conflito. A visão estratégica e tática do chefe, a liderança no combate, a motivação dos soldados, a disponibilidade logística, a superioridade numérica dos efetivos e o desenvolvimento tecnológico são exemplos de fatores que levaram determinados países e exércitos ao sucesso.

Entretanto, o dispositivo militar das tropas e, mais recentemente, a distribuição territorial das organizações militares por determinado espaço geográfico, desde o tempo de paz, foram fundamentais para a sobrevivência, vitória e expansão das nações.

O Exército Brasileiro, coerentemente com a sua missão constitucional, desbravou diversas áreas no País, colaborando com o povoamento e desenvolvimento social e econômico dos mais longínquos rincões. Ao longo do tempo, articulou-se pelo território nacional a fim de atender as necessidades e exigências da nação brasileira. Esta articulação refere-se, então, a localização física das organizações militares pelo Brasil.

5.2 HISTÓRICO DA ARTICULAÇÃO DO EB NA AMAZÔNIA

Na História do Brasil³², as inúmeras riquezas existentes atraíram a cobiça e o interesse de outros países e nações, ocasionando as invasões estrangeiras.

Neste contexto e até o final do século XVIII, foram criadas fortificações no extenso litoral brasileiro bem como nas fronteiras terrestres, que visavam proteger os núcleos de colonização dos ataques estrangeiros. Na Amazônia, os portugueses começaram a desbravar a região e a garantir sua posse por meio da construção de fortes: Forte do Presépio (1616), que deu origem a cidade de Belém-PA, Gurupá-PA (1633), Óbidos-PA (1637), São José do Rio Preto-AM (1669), que deu origem a atual cidade de Manaus-AM, Santarém-PA (1687), Macapá (1688), São Gabriel da Cachoeira-AM (1761), São José de Marabitanas-AM (1764), São Joaquim da Barra-

³¹ Trechos da história mundial que foram baseados nos autores José Jobson da A. Arruda e Nelson Piletti, no livro História Geral e História do Brasil.

³² Trechos da história do Brasil que foram baseados nos autores Luiz Koshiba e Denise Manzi Araripe, no livro "História do Brasil".

RR (1775), São Francisco Xavier de Tabatinga-AM (1776) e Príncipe da Beira-RO (1776).

Com o passar do tempo, os acontecimentos históricos, como, dentre outros, a descoberta de metais preciosos, as Entradas e Bandeiras, os Ciclos do Gado e do Ouro impulsionaram o povoamento e a economia do Brasil colônia. Contingentes militares foram criados e transferidos da Europa para a América para dar segurança ao transporte de riquezas, a cobrança de impostos e atender às necessidades gerais de defesa da Colônia.

Na Amazônia, destaca-se a epopéia do Capitão Pedro Teixeira, que chegou até Quito, no Equador, fazendo o reconhecimento do rio Amazonas e as administrações do Capitão-General Mendonça Furtado e do engenheiro militar Lobo d'Almada, que demarcaram os limites territoriais do Brasil e contribuíram para o povoamento na fronteira.

No Brasil Império, o Exército foi constituído a partir da Constituição de 1824. Era previsto uma organização em vários corpos, desde o Pará até o sul do país, porém os conflitos da época e a constante instabilidade política não permitiram a efetivação total desta estrutura.

Com a Proclamação da República, em 1889, foi criada uma nova organização para o EB, com a implantação de novos efetivos e com a ampliação do número de unidades. Devido às instabilidades e revoltas internas, ficou evidente, cada vez mais, a importância do País possuir uma força capaz de manter a integridade no âmbito nacional.

No início do século XX, destaca-se a atuação do Marechal Rondon, Patrono da Arma de Comunicações, que integrou a Amazônia ao restante do País, por intermédio de linhas telegráficas e que contribuiu para o povoamento da região.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado-Maior do Exército trabalhou na reorganização, reestruturação e aparelhamento da Força Terrestre.

O Projeto Calha Norte³³, nos anos de 1985 e 1986, visava à vivificação da fronteira norte da Amazônia. Embora tenha sido uma iniciativa interministerial, que

³³ Projeto Calha Norte foi idealizado em 1985 durante o governo Sarney e previa a ocupação militar de uma faixa do território nacional situada ao Norte da Calha do Rio Solimões e do Rio Amazonas. Com 160 quilômetros de largura ao longo de 6,5 mil quilômetros de fronteiras com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela e Colômbia, essa faixa abriga quase 2 milhões de pessoas e ocupa 1,2 milhão de km², uma área correspondente a um quarto da Amazônia Legal e a quase 15% da área total do país.

abrangia todos os campos do poder, somente as Forças Armadas tiveram parcela significativa na sua execução. Desta feita, foram instalados diversos Grupamentos, Batalhões, Companhias e Pelotões nas fronteiras norte do País. Em 1986, o Exército possuía mais de seis mil homens na Amazônia.

A partir de 1985, foram realizados grandes estudos pelo Estado-Maior do Exército que resultaram em projetos de reestruturação da Força Terrestre, são eles: FT 90, FT 2000 e FT 21. Tais projetos traduziam um planejamento estratégico prévio e objetivavam realizar mudanças de vulto na organização e articulação do EB.

Na década de 1990, a tendência mundial foi a formação de blocos econômicos regionais, como o Mercado Comum do Sul. O Brasil e a Argentina buscaram o caminho da união, afastando a possibilidade de um conflito sul-americano. Tal fato fez com que a concentração de organizações militares na região Sul não fosse tão significativa e a região da Amazônia passasse a ser prioritária.

Atualmente, a Amazônia é a área estratégica prioritária para o Brasil. Tal fato fica evidente nas políticas, ações estratégicas e programas governamentais que são estabelecidos na atualidade como a Estratégia Nacional de Defesa e a Estratégia Braço Forte. O EB, que já soma mais de vinte e três mil homens no CMA, articula-se de forma a garantir os interesses e os objetivos nacionais bem como a adaptar-se à evolução dos conflitos mundiais.

5.3 FATORES DETERMINANTES PARA A ARTICULAÇÃO DO EB

A Articulação da Força Terrestre é condicionada pela concepção estratégica de emprego do Exército e busca atender, dentre outros fatores, à priorização da área estratégica da Amazônia e à necessidade de manutenção de organizações militares em distintos locais do território nacional, tais como a faixa de fronteira, o litoral e as capitais dos estados federativos, entre outros.

A evolução da estrutura permite ao Exército gerar o **máximo efeito dissuasório**, atender às crises e participar de campanhas militares rápidas e decisivas com os meios existentes ou mobilizados. Permite, ainda, enfrentar um conflito prolongado, caso necessário. (grifo nosso) (SIPLEX 4, 2008, p. 16).

A Força Terrestre está organizada, em tempo de paz, em Grupos de Emprego, que permitem uma rápida modificação para atender às necessidades da Força em situações de crise ou conflito. Esses grupos de emprego estão distribuídos conforme o que se segue abaixo.

As Forças de Segurança Estratégica (F Seg Estrt) estão localizadas ao longo da fronteira terrestre, em áreas estratégicas, como a Amazônia, e que podem se tornar futuros Teatro de Operações.

Elas são constituídas pelas Forças de Cobertura Estratégica (F Cob Estrt), que visam manter a integridade do território nacional e ficar em condições de conduzir operações ofensivas, e pelas Forças de Vigilância Estratégica (F Vig Estrt), que tem por objetivo proporcionar o alerta oportuno da atuação de forças oponentes e que possam comprometer a integridade do território nacional.

As Forças de Emprego Regional (F Emp Rg) também estão localizadas nas áreas estratégicas, contudo em mais profundidade, porém com mobilidade suficiente para atuar em qualquer área.

As Forças de Emprego Estratégico (F Emp Estrt), que são as dotadas de estrutura organizacional completa e com poder de combate suficiente para possibilitar o desequilíbrio estratégico em uma situação de crise ou conflito, estão localizadas no Núcleo Central, no Nordeste Brasileiro e na Bacia do Prata, ocupando pontos de modo a realizar rápidos deslocamentos para qualquer área estratégica do País. Parte desta força é formada pela Força de Ação Rápida Estratégica, que, devido à sua grande mobilidade e flexibilidade, possui condições de emprego imediato.

Existe, ainda, as Forças de Emprego Geral (F Emp Ge), que estão localizadas nas áreas estratégicas do Núcleo Central e do Nordeste Brasileiro. Elas poderão ser empregadas, tanto operacionalmente como no recompletamento de outra força, em qualquer outra área estratégica, dependendo da sua base doutrinária.

O Plano de Reestruturação do Exército (PEREX) procura compatibilizar a estrutura existente do Exército aos objetivos da Política Militar Terrestre e à Concepção Estratégica do Exército, aproximando a organização e articulação da Força Terrestre existente em tempo de paz à prevista para uma situação de crise ou conflito.

Para a defesa da Pátria, a Força Terrestre articula-se em Comandos Militares de Áreas, que englobam as Regiões Militares, as Divisões de Exército e os diversos tipos de Grandes Unidades e Organizações Militares subordinadas.

5.4 A ATUAL ARTICULAÇÃO DO EB NA AMAZÔNIA

O Comando Militar da Amazônia, situado na cidade de Manaus, é o componente da Força Terrestre que engloba as Organizações Militares (OM) dos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima.

Na sua área de jurisdição, localizam-se a 12ª Região Militar, também em Manaus, e a 8ª Região Militar, sediada na cidade de Belém.

Estão situadas no CMA as seguintes Grandes Unidades:

- 1ª Brigada de Infantaria de Selva (F Seg Estrt), em Boa Vista, Roraima;
- 2ª Brigada de Infantaria de Selva (F Seg Estrt), em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas;
- 16ª Brigada de Infantaria de Selva (F Seg Estrt), em Tefé, Amazonas;
- 17ª Brigada de Infantaria de Selva (F Seg Estrt), em Porto Velho, Amazonas;
- 23ª Brigada de Infantaria de Selva (F Emp Rg), em Marabá, Pará;
- 2º Grupamento de Engenharia (F Emp Rg), em Manaus, Amazonas.

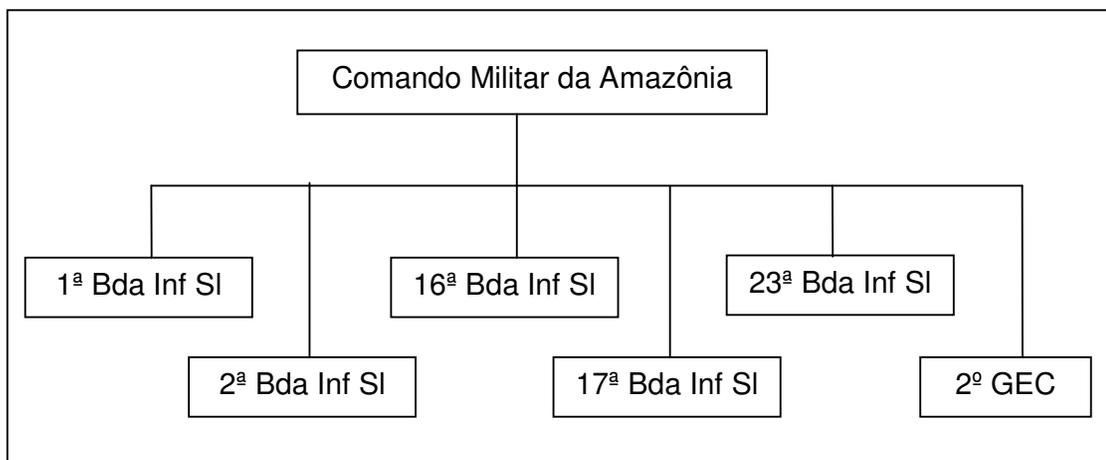


Figura 02 - Organização do CMA.

Fonte: o autor.

Estas Grandes Unidades são formadas por OM de Combate, de Apoio ao Combate e de Apoio Logístico. Existem, ainda, tropas diretamente subordinadas ao CMA e às 8ª e 12ª Regiões Militares, proporcionando a seguinte distribuição:

No Estado do Amazonas, em Manaus, estão o 1º Batalhão de Infantaria de Selva, o 4º Batalhão de Aviação do Exército, a 3ª Companhia de Forças Especiais, a 12ª Companhia de Guardas, a 12ª Companhia de Polícia do Exército, a 1ª

Companhia de Comunicações de Selva, o 12º Batalhão de Suprimento, o Parque Regional de Manutenção e o Centro de Embarcações.

Em São Gabriel da Cachoeira, estão o 5º Batalhão de Infantaria de Selva, a 21ª Companhia de Engenharia Construção, o 2º Pelotão de Comunicações de Selva e o 22º Pelotão de Polícia do Exército.

Em Tefé, o 17º Batalhão de Infantaria de Selva, o 34º Pelotão de Polícia do Exército, o 16º Pelotão de Comunicações de Selva e a 16ª Base Logística.

Em Barcelos, está o 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga, o 8º Batalhão de Infantaria de Selva e, em Humaitá, o 54º Batalhão de Infantaria de Selva.

No Acre, estão o 4º Batalhão de Infantaria de Selva e o 7º Batalhão de Engenharia de Construção, em Rio Branco, e o 61º Batalhão de Infantaria de Selva em Cruzeiro do Sul.

No Amapá, Macapá, está o 34º Batalhão de Infantaria de Selva.

Em Roraima, estão o 7º Batalhão de Infantaria de Selva, o 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva, o 6º Batalhão de Engenharia de Construção, o 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, o 1º Pelotão de Comunicações de Selva, o 32º Pelotão de Polícia do Exército e a 1ª Base Logística. Todas estas OM com sede em Boa Vista.

Em Rondônia, o 6º Batalhão de Infantaria de Selva em Guajará-Mirim, o 5º Batalhão de Engenharia de Construção, a 3ª Companhia do 54º Batalhão de Infantaria de Selva, o 17º Pelotão de Comunicações de Selva, o 17º Pelotão de Polícia do Exército e a 17ª Base Logística, todos em Porto Velho.

No Pará, encontram-se em Belém, o 2º Batalhão de Infantaria de Selva, a 5ª Companhia de Guardas, o 8º Depósito de Suprimento e o Parque Regional de Manutenção. Em Marabá, estão o 52º Batalhão de Infantaria de Selva, o 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva, o 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva, a 23ª Companhia de Comunicações de Selva, o 33º Pelotão de Polícia do Exército e o 23º Batalhão Logístico. Em Altamira está o 51º Batalhão de Infantaria de Selva, em Itaituba, o 53º Batalhão de Infantaria de Selva e, em Santarém, o 8º Batalhão de Engenharia de Construção.

Existem, ainda, por todos os estados e em diversas localidades, as Delegacias do Serviço Militar, os Tiros de Guerra e os Hospitais Militares.



Figura 03 – Mapa da articulação atual do CMA
 Fonte: Palestra do Comandante do CMA na ECEME

5.5 CONCLUSÃO PARCIAL

A articulação das forças militares no território brasileiro, remonta desde os tempos coloniais, quando da ocupação por tropas portuguesas. Conforme visto anteriormente, desde aquela época já se tinha a necessidade de melhor distribuir as forças para neutralizar as ameaças estrangeiras. E assim se sucederam por diferentes períodos da História do Brasil, passando pela Colônia, pelo Império e pela República.

Nota-se que, durante toda a História do Brasil, a necessidade de dissuasão e presença das forças militares, principalmente do Exército, pelo território nacional sempre foi uma constante preocupação dos dirigentes, necessária a manutenção da independência brasileira bem como a garantia da soberania e da integridade física e territorial do país.

Na Amazônia, as terras conquistadas foram mantidas, por Portugal, por meio da construção de fortes e fortificações, que além de favorecer o povoamento regional também barravam o avanço de outras tropas invasoras. Estes fortes

tornaram-se, hoje em dia, grandes cidades nacionais ou regionais e, muitos deles, são importantes quartéis que marcam e guarnecem os extremos limites do País.

Assim, percebe-se que as condicionantes históricas e a profunda identificação com a Nação levaram a presença equilibrada do Exército aos mais longínquos pontos do território brasileiro, onde, até hoje, permanece, vigilante e ativo. A existência de Unidades Militares pelo território nacional para garantir a posse da terra sempre foi vista como decisiva para a manutenção da integridade territorial do País.

A articulação atual do EB é resultante da análise de sua missão, conforme artigos da Constituição Federal e permite visualizar amplas possibilidades de emprego, com ações variadas nos campos interno e externo. Tais fatos levam a um adequado preparo para as múltiplas formas de atuação, em ambientes dos mais diversificados possíveis.

A atual articulação do EB na Amazônia atendeu às necessidades, internas e externas, até a última década do século passado. No entanto, nos dias atuais, as ameaças à soberania brasileira são outras e, como será visto em capítulos posteriores, a Amazônia cresceu de importância no contexto nacional e mundial. Torna-se necessário uma nova rearticulação do EB na região para, desta forma, atender às estratégias da Presença e da Dissuasão.

6 A ESTRATÉGIA BRAÇO FORTE

6.1 GENERALIDADES

Neste capítulo, inicialmente, serão apresentados a Estratégia Braço Forte, o Programa Amazônia Protegida e, como resultante deste último, a nova articulação do EB no Comando Militar da Amazônia. Posteriormente, serão abordados o Programa Sentinela da Pátria, o Programa Mobilidade Estratégica e o Programa Combatente Brasileiro. Ao final, será visto o Processo de Transformação do EB.

6.2 A ESTRATÉGIA BRAÇO FORTE

A Estratégia Braço Forte é um documento do Exército Brasileiro, apresentado em maio de 2009 e feito com base na Estratégia Nacional de Defesa, nos livros do Sistema de Planejamento do Exército e nas diretrizes emanadas pelo Comando do Exército.

Ela é composta por dois Planos, quatro Programas e oitocentos e vinte e quatro Projetos distribuídos em cento e vinte e nove Ações Estratégicas, resultante do trabalho integrado do Estado-Maior do Exército, de todos os Órgãos de Direção Setorial e dos Comandos Militares de Área.

Esta Estratégia buscou, ainda, traçar a trajetória a ser seguida pelo EB até 2030, com vistas a atender as características dos conflitos modernos, dentre outras, a imprevisibilidade, e projetar a Força, interna e externamente, coerente com os interesses e os objetivos nacionais.

O Exército Brasileiro apresenta, neste documento, seu planejamento para atender às determinações da Estratégia Nacional de Defesa, com o propósito de subsidiar o Ministério da Defesa na preparação do Projeto de Lei de Equipamento e de Articulação das Forças Armadas. Expressa firme confiança na implementação das ações aqui planejadas. Trata-se de uma decisão de Estado [...]. (ENZO, 2009).

A Estratégia Braço Forte compreende os Planos de Articulação e de Equipamento. O primeiro será desenvolvido por intermédio dos Programas Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria, o segundo, pelos Programas Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro.



Figura 04 – Principais ações e objetivos gerais dos planos
Fonte: Estratégia Braço Forte (2009, p.12)

6.3 O PROGRAMA AMAZÔNIA PROTEGIDA

O Programa Amazônia Protegida contempla as ações estratégicas do EB para o seu reequipamento e reestruturação na região Amazônica. Ele está dividido em duas fases distintas.

A primeira fase, que será desenvolvida entre os anos de 2010 e 2030, diz respeito à implantação de vinte e oito novos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e à adequação da infra-estrutura e modernização operacional dos 21 PEF já existentes.

Paralelo a estas duas ações, serão realizados projetos científicos e tecnológicos para desenvolver equipamentos militares de fabricação nacional direcionados para o comando e controle, a vigilância e o monitoramento da área de fronteira. Serão, ainda, desenvolvidos projetos para o bem-estar da família militar, como construção de PNR e adequação e atualização tecnológica de instalações

hospitalares, e para a mídia nacional, como a divulgação da PAP e sua importância para a manutenção da soberania nacional na região Amazônica.

O PAP 1ª fase, implantação de novos PEF, possui três pilares fundamentais de sustentação: segurança, desenvolvimento e preservação ambiental. Estes pilares, cada um com características próprias, vão exigir o inter-relacionamento do Exército Brasileiro com outros órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e com a sociedade brasileira, visando o fortalecimento da soberania e da defesa nacional bem como o desenvolvimento da faixa de fronteira.

A participação do Comando da Aeronáutica será no sentido da construção de pistas de pouso para os PEF e na alocação de aeronaves e de horas de vôos, para o transporte de pessoal e de suprimentos. Estas atividades são essenciais para a sobrevivência dos PEF, pois na maioria deles, o avião é o único meio de transporte acessível na região.

A Casa Civil da Presidência da República deverá prestar o apoio com a instalação de antenas parabólicas VSAT³⁴, com subsistemas de rádio e meios optônicos de monitoramento, visto que ela controla o Sistema de Proteção da Amazônia, que utiliza os sistemas acima mencionados. O sistema de comando e controle do Exército será dinamizado.

O Ministério de Minas e Energia fornecerá a eletrificação para os PEF, que poderá ser estendida para a comunidade local. A energia elétrica irá garantir o bem-estar da população local - civis e militares, promover o desenvolvimento sócio-econômico local e atender ao previsto no Programa Luz para Todos, do Governo Federal.

A interlocução do Exército com o Ministério da Justiça ocorre na medida em que aquele necessita de apoio em pessoal deste, quando da realização de missões subsidiárias. Em contrapartida, o EB poderá fornecer, nos PEF, o apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução à Polícia Federal e à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), quando de desempenho de suas atribuições.

O Ministério das Comunicações poderá apoiar com a instalação de telefonia nos PEF, ao mesmo tempo em que estes servirão de pontos de presença para a expansão do Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC).

³⁴ Sigla em inglês Very Small Aperture Terminal (Terminal de abertura muito pequeno).

Com o Ministério da Educação, o EB poderá interagir fornecendo locais e pessoas para ministrarem aulas, ao passo que para tal, precisa receber material e recursos para o Ensino à Distância (EAD).

O EB manterá, ainda, ligação com o Ministério da Meio Ambiente para a Liberação Ambiental para a construção dos PEF e para fornecer educação ambiental para a comunidade fronteiriça; com o Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão para a liberação de recursos extra-orçamentários e com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República para a divulgação do Programa Amazônia Protegida para a sociedade brasileira.

O PAP tem a premissa de multiplicar o poder de combate dos PEF por intermédio da tecnologia, compondo a estrutura dos mesmos com modernos sistemas de vigilância, monitoração e comando e controle. Para tal, o controle do tráfego e do espaço aéreo será realizado por radares de vigilância aéreos com cones de detecção (SABER M 60) e o monitoramento terrestre por meio de torres munidas de sensores optrônicos.

Este programa proporcionará à unidade militar uma mobilidade coerente com a área de sua jurisdição. Assim, prevê o fornecimento de viaturas para as organizações militares onde predomina o transporte terrestre e o fornecimento de embarcação nas regiões que predominam o transporte aquático. A aquisição de helicópteros também é essencial para o aumento da flexibilidade, quando do emprego das unidades.

Outra premissa importante do PAP é o bem-estar da família militar, com o estabelecimento de instalações e materiais que atendam às necessidades de trabalho, alimentar, assistência de saúde, auto-aperfeiçoamento intelectual e lazer. Cabe destacar que será realizada a adequação dos Hospitais do Exército em Manaus, Belém, Porto Velho, Tefé, Marabá, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Boa Vista e Macapá.

Outros fatores que merecem ressalva é a necessidade da progressividade da realização das metas previstas no programa bem como a campanha de divulgação do mesmo, por meio da mídia.

6.4 A NOVA ARTICULAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA

De acordo com o PAP, pode-se projetar a nova articulação do EB no Comando Militar da Amazônia.

Em uma 1ª fase do PAP, é previsto a construção de vinte e oito novos PEF, assim distribuídos:

- No Estado do Acre: localidades de São Salvador, Marechal Traumaturgo, Jordão e Iaco.
- No Estado do Amapá: localidades de Vila Brasil, Queriniutu, Jari e Amapari.
- No Estado do Amazonas: localidades de Demini, Jurupari, Marauaiá, Tunuí, Traíra, Puruê e Bom Jesus.
- No Estado do Pará: localidades de Tiriós, Curiaú, Cafuni e Trombetas.
- No Estado de Rondônia: localidades de Surpresa, Rolim de Mouras e Pimenteiras de Oeste.
- No Estado de Roraima: localidades de Entre Rios, Jacamim, Vila Contão, Serra do Sol, Ericó e Uaiacás.

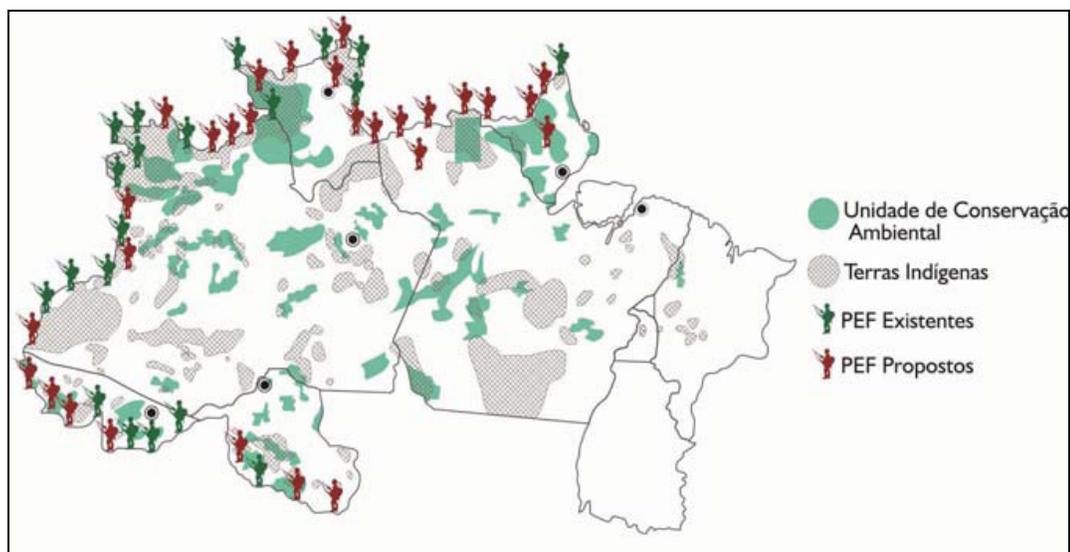


Figura 05 – Mapa do Programa Amazônia Protegida 1ª fase
Fonte: Estratégia Braço Forte (2009, p.21)

A outra ação estratégica do PAP primeira fase é a adequação da infraestrutura e modernização operacional dos PEF existentes, a fim de adequá-los para o cumprimento de suas atividades e proporcionar-lhes o repletamento, em material e equipamento, de parte de suas necessidades essenciais.

Na segunda fase do PAP, serão realizadas duas grandes ações estratégicas: uma adequação da infraestrutura e modernização operacional das organizações

militares não atendidas na primeira fase do PAP e a reestruturação do Comando Militar da Amazônia.

Nesta fase, serão feitos os seguintes aperfeiçoamentos:

- Na 1ª Brigada de Infantaria de Selva: implantação de um Regimento de Cavalaria Mecanizado, de duas Companhias Especiais de Fronteira no 7º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), de uma Companhia de Comunicações (Cia Com), de uma Companhia Anticarro (Cia AC), de uma Companhia de Engenharia de Combate (Cia E Cmb), de um Batalhão de Infantaria de Selva e transformação da Base Logística em Batalhão Logístico (B Log), todos na cidade de Boa Vista;

- Na 2ª Brigada de Infantaria de Selva: implantação de um Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos-AM, de um Pelotão de Comunicações (Pel Com), de um Batalhão Logístico, de duas Companhias Especiais de Fronteira no 5º Batalhão de Infantaria de Selva e de uma Companhia de Embarcações de Combate, todas em São Gabriel da Cachoeira- AM;

- Na 16ª Brigada de Infantaria de Selva: implantação de duas Companhias Especiais de Fronteira no 8º Batalhão de Infantaria de Selva, Tabatinga-AM, de uma Companhia Especial de Fronteira no 61º Batalhão de Infantaria de Selva, Cruzeiro do Sul-AC, transformação da Base Logística em Batalhão Logístico e implantação de uma Companhia de Comunicações e de uma Companhia de Embarcações de Combate, em Tefé-AM;

- Na 17ª Brigada de Infantaria de Selva: transformação da Base Logística em Batalhão Logístico e implantação de uma Companhia de Comunicações em Porto Velho-RO, implantação de uma Companhia Especial de Fronteira no 6º Batalhão de Infantaria de Selva, Guajará-Mirim-RO, implantação de uma Companhia Especial de Fronteira no 4º Batalhão de Infantaria de Selva, Rio Branco-AC, transferência do 54º Batalhão de Infantaria de Selva de Humaitá-AM para Porto Velho-RO, implantação de um Grupo de Artilharia de Campanha, em Humaitá-AM, implantação de um Batalhão de Infantaria de Selva, em Cacoal-AC e de um Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, em Porto Velho-RO.

- Na 23ª Brigada de Infantaria de Selva: implantação de um Grupo de Artilharia de Campanha, em Marabá-PA e de um Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, em Tucuruí-PA.

- No 2º Grupamento de Engenharia: implantação de um Batalhão de Engenharia de Combate, em Manaus-AM, adequação da infra-estrutura da 21ª

Companhia de Engenharia de Construção, transformação do 5º Batalhão de Engenharia de Construção em tipo III e transferência do 7º Batalhão de Engenharia de Construção de Rio Branco-AC para Belém-PA.

- Na 8ª Região Militar/8ª Divisão de Exército: adequação e modernização da infra-estrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt e Hospitais) e implantação de outras OM (GAAAE e Companhia de Embarcações de Combate).

- Na 12ª Região Militar: adequação e modernização da infra-estrutura de OM já existentes (B Sup, Pq R Mnt, Hospitais e CECMA) e implantação de outras OM (B Sup, Pq R Mnt, Hospitais e Cia Sup e Trnp).

- No Comando Militar da Amazônia: adequação e modernização da estrutura organizacional, com a implantação de OM (BIS, BPE, BFE, GAAAE, Bia AAEE, GLMF, Bia Busca de Alvos, Batalhão de Comunicações, Núcleo do Centro Regional Inteligência de Sinais, Batalhão de Embarcações de Combate, Cia Inteligência Operacional, Cia Guerra Eletrônica, Cia Assuntos Cíveis e Cia Operações Psicológicas).

- O PAP 2ª fase prevê, ainda, a implantação de uma Bda Inf SI em Manaus-AM, uma Bda Inf SI em Belém-PA, uma Bda Inf SI em Rio Branco-AC, de um Comando de Aviação do Exército em Manaus (composto por um BAvEx em Belém-PA, um BAvEx em Porto Velho-RO, um Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação, uma Base de Aviação e Companhia de Aviação de Asa-fixa em Manaus-AM), de Tiros de Guerra, construção de PNR e adequação e implantação de campos de instrução, hotéis de trânsito e áreas de lazer no CMA.



Figura 06 – Mapa da criação de novas Bda Inf SI do CMA
Fonte: Estado-Maior do Exército (2009)

6.5 OUTROS PROGRAMAS E PROJETOS DA ESTRATÉGIA BRAÇO FORTE

O Programa Sentinela da Pátria, do Plano de Articulação, compreende projetos para a transferência, transformação e implantação de Unidades Militares nos Comandos Militares de Áreas da Força Terrestre, com exceção do Comando Militar da Amazônia.

Este programa prevê:

- Na área do CML: adequação e modernização da estrutura organizacional da 1ª RM (Rio de Janeiro-RJ) e da 4ª RM (Belo Horizonte-MG), com a adequação de OM existentes (Pq R Mnt, D Sup e Hospitais); implantação de uma Bda Inf Leve no Rio de Janeiro-RJ; transformação do Grupamento de Unidades Escola/9ª Bda Inf Mtz (Rio de Janeiro-RJ) em 9ª Bda Inf Mec e transformação da 4ª Bda Inf Mtz (Juiz de Fora-MG) em 4ª Bda Inf Leve.

- Na área do CMSE: adequação e modernização da estrutura organizacional do CMSE (São Paulo-SP), com a implantação de OM (BPE e B Com); adequação da infraestrutura de OM já existentes da 2ª RM (São Paulo-SP) (D Sup, Hospitais); adequação e modernização da estrutura organizacional da 2ª DE (São Paulo-SP), com a implantação do Centro de Avaliação e Simulação de Combate e Grupo de Operações de Inteligência; transformação da 11ª Bda Inf Leve (Campinas-SP) em 11ª Bda Inf Mec; implantação do Centro de Instrução de Operações Aeromóveis em

Caçapava-SP; adequação e modernização da estrutura de mobilização do CMSE (Industrial, Transportes, Telecomunicações, Serviços e Instalações, Material e Ciência e Tecnologia; ampliação da estrutura de hangares do Comando de Aviação do Exército e adequação e modernização da estrutura de defesa antiaérea do CMSE.

- Na área do CMS: adequação e modernização da estrutura organizacional do CMS (Porto Alegre-RS), com a implantação de um Cmdo de DE, Cmdo de AD e respectivas OM subordinadas (Gpt Eng, GLMF, Cia PE, Bia Busca de Alvos, Cia Intlg Op, Cia GE, Cia Assuntos Civis, Cia Op Psc); adequação e modernização da estrutura organizacional da 3ª RM (Porto Alegre-RS) e da 5ª RM (Curitiba-PR), com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (B Sup, Pq R Mnt, Hospitais); transformação da 8ª Bda Inf Mtz (Pelotas-RS) em 8ª Bda Inf Mec, com implantação de OM (Cia AC, Bia AAAe, Cia Eng e Pel Com); transformação da 14ª Bda Inf Mtz (Florianópolis-SC) em 14ª Bda Inf Leve, com a implantação de OM (Esqd C, Cia Eng, Cia AC, Bia AAAe e Pel Com); transformação da 15ª Bda Inf Mtz (Cascavel-PR) em 15ª Bda Inf Mec, com implantação OM (Cia AC, Bia AAAe e Pel/Cia Com); adequação e modernização da estrutura organizacional da 6ª Bda Inf Bld (Santa Maria-RS), da 5ª Bda C Bld (Ponta Grossa-PR), da 1ª Bda C Mec (Santiago-RS), da 2ª Bda C Mec (Uruguaiana-RS) e da 3ª Bda C Mec (Bagé-RS), todas com a reorganização das OM existentes e implantação de um BAvEx em Florianópolis-SC;

- Na área do CMNE: adequação e modernização da estrutura organizacional da 6ª RM (Salvador-BA), da 7ª RM (Recife-PE) e da 10ª RM (Fortaleza-CE) com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais); transformação da 7ª Bda Inf Mtz (Natal-RN) em 7ª Bda Inf Leve, inclusive com a implantação de OM (Núcleo Logístico e Pel Com) e transformação da 10ª Bda Inf Mtz (Recife-PE) em 10ª Bda Inf Leve.

- Na área do CMO: adequação e modernização da estrutura organizacional do CMO (Campo Grande-MS), com a implantação de um Cmdo de DE, Cmdo de AD e respectivas OM subordinadas (BPE, GLMF, GAAAE, Bia AAAe, Bia Busca de Alvos, Cia Intlg Op, Cia GE, Cia Assuntos Civis, Cia Op Psc); adequação e modernização da estrutura organizacional da 9ª RM (Campo Grande-MS), com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais) e da 4ª Bda C Mec (Dourados-MS); transformação da 13ª Bda Inf Mtz (Cuiabá-MT), em 13ª Bda Inf Mec, inclusive com a implantação de novas OM (Btl Inf, Esqd C, GAC, Btl Log, Cia Com,

Cia Eng); transformação da 18ª Bda Inf Mtz (Corumbá-MS) em 18ª Bda Inf Leve, com a implantação de novas OM (BI, Esqd C, GAC, B Log, Cia Com, Cia Eng) e implantação do 3º BAvEx em Campo Grande-MT.

- Na área do CMP: adequação e modernização da estrutura organizacional do CMP (Brasília-DF), com a implantação de OM (GAA Ae Média Altura, Btl DQBN, Cia Com); adequação e modernização da estrutura organizacional da 11ª RM (Brasília-DF), com a adequação de OM (D Sup) e implantação de OM (Pq R Mnt e Hospitais); transformação 3ª Bda Inf Mtz (Cristalina-GO) em 3ª Bda Inf Mec; transferência da Bda Inf Pqdt do Rio de Janeiro-RJ para Anápolis-GO e adequação e modernização da estrutura organizacional da Bda Op Esp.

Salienta-se, ainda, que o Programa Sentinela da Pátria contempla a implantação de Tiros de Guerra, construção de PNR e a adequação, implantação, modernização e ampliação de campos de instrução, hotéis de trânsito e áreas de lazer, em todos os Comandos Militares de Área.

O Plano de Equipamento compreende os Programas Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro.

O primeiro programa inclui projetos para o completamento de Materiais de Emprego Militar (MEM) das Organizações Militares da estrutura atual do EB.

Este completamento está dividido em três fases: a primeira completa os níveis de MEM Essenciais³⁵, a segunda os Quadros de Dotação de Material Previsto³⁶ (QDMP) e a terceira os Quadros de Dotação de Material³⁷ (QDM).

O segundo programa engloba projetos para o desenvolvimento e aquisição de novos MEM. É constituído por ações estratégicas, principalmente, na área da ciência e tecnologia.

Ele inclui diversos projetos, muitos em parcerias com a indústria nacional, nas áreas de radares de vigilância aérea e terrestre, armas anticarro, sistema tático de comando e controle e guerra eletrônica, equipamento de visão noturna, sistema de

³⁵ Níveis considerados imprescindíveis ao cumprimento das missões operacionais das OM em tempo de paz e conforme consta no Plano Diretor do Exército (PDE). Meta a ser atingida em curto prazo, até 2014.

³⁶ Estabelecem a quantidade de material necessário ao adestramento, ao cumprimento de missões das OM em tempo de paz e à execução das atividades-fins das OM do Sistema de Ensino do Exército e do Sistema Logístico. Meta a ser atingida a médio prazo, 2015 a 2022.

³⁷ Estabelecem a quantidade de material necessário ao cumprimento das missões da Base Doutrinária (OM operacionais) ou para as atividades de segurança ou de instrução das OM que não são Corpos de Tropa. Meta a ser atingida a longo prazo, de 2023 a 2030.

mísseis antiaéreos, morteiros, veículos blindados sobre rodas e veículos aéreos não tripulados (VANT).

A Estratégia Braço Forte contempla, ainda, a reunião de diversos projetos adicionais para garantir a racionalização administrativa e a otimização dos processos e procedimentos. Os projetos adicionais abrangem as seguintes áreas: gestão centralizada de aquisições a cargo do Exército, Sistema Integrado de Gestão (SIG), vigilância eletrônica, infra-estrutura de segurança, reservas de armamento e paióis, contrainteligência, armamento e equipamento de segurança, aperfeiçoamento do Sistema de Material do Exército (SIMATEx), Sistema de Informação Logística (SILog), rastreabilidade de suprimentos, rastreamento de viaturas e Centro de Recrutamento e Desmobilização do Exército (CReDEx).

6.6 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Estado-Maior do Exército elaborou, em 2010, as concepções para dar início ao “Processo de Transformação do Exército”. O documento é resultante de estudos, diagnósticos, formulações e concepções surgidas no próprio EME durante os trabalhos atinentes à END, à Estratégia Braço Forte e ao planejamento do SIPLEx 2011-2014. Foram consultados militares da ativa e da reserva, pertencentes a diferentes OM, oficiais de nações amigas, civis e especialistas em diversos setores.

A posição político-econômica para qual caminha o Brasil no cenário internacional, aliado aos conflitos e situações que ameaçam a paz e a segurança na atualidade exigirão, do País, um Exército que tenha condições de respaldar e garantir as decisões brasileiras na política exterior, atuar em áreas de interesse estratégico e projetar forças com prontidão, mantendo-as por tempo indeterminado.

O capítulo 1 do documento acima referenciado trata da conceituação e do histórico da transformação militar. Aborda, ainda, que as últimas mudanças de vulto ocorridas na FT foram realizadas nas décadas de 1970 e 1980 e que, passados mais de 30 anos, o EB ressentido de estratégias capazes de superar os óbices advindos das restrições orçamentárias e, assim, ter condições de projetar-se no decorrer do tempo.

Os conflitos atuais e os do futuro estão inseridos no campo da tecnologia da informação, robótica, biotecnologia, nanotecnologia, cibernética, capacidades espacial e nuclear e C4ISR (Comando, Controle, Computador, Comunicações, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento).

Segundo o Brigadeiro R1 Jaime Garcia Covarrubias³⁸, do Exército do Chile, as instituições militares estão sujeitas a três tipos de mudança: a adaptação, que consiste em adaptar as estruturas existentes para continuar cumprindo com as tarefas previstas, a modernização, que é a otimização das capacidades para cumprir a missão de uma melhor forma, e a transformação, que é o desenvolvimento de novas capacidades para cumprir novas missões ou desempenhar novas funções em combate. Esta última envolve mudanças mais radicais, com alcances além do campo técnico, ou seja, alcances no nível político.

Sem dúvida, além do nome do processo e antes de começar qualquer mudança de natureza profunda nestas organizações, o primeiro problema ou o fundamental é saber como se compõem as forças armadas e suas bases de apoio. O segundo problema é a falta de compreensão dos fenômenos que envolvem as forças militares. [...] (COVARRUBIAS, 2007).

O capítulo 2 discorre que a transformação do EB, hoje em dia, é uma realidade e grande necessidade. Esta situação foi constatada por ocasião da formação do segundo contingente para o Haiti, em janeiro de 2010, quando a mobilização demorou cerca de três semanas e foram envolvidas oitenta e quatro OM.

Tendo como base a dificuldade de mobilização de forças para o Haiti, surge a seguinte suposição: como está à capacidade do EB para enfrentar ameaças à soberania nacional, fazer frente a conflitos na América do Sul, crises humanitárias mundiais e estabilização de situações adversas internas, como narcotráfico, contrabando, biopirataria, garimpo ilegal, desmatamento e outros relacionados à Amazônia.

O EB vive, hoje em dia, um paradoxo: a desatualização doutrinária, a insuficiência dos sistemas operacionais, a obsolescência e sucateamento dos equipamentos e suprimentos versus o papel de liderança e de relevância do Brasil nos fóruns regionais e mundiais. Como atender a esta situação com os atuais meios que a força dispõe.

Uma das maiores dificuldades a ser vencida para a transformação é a superação da restrição orçamentária imposta às FA e, assim, ao EB. Como fazer a transformação sem recursos financeiros ? Percebe-se que a população brasileira

³⁸ Diretor de Ciências Políticas e Sociológicas da Universidade de Salamanca, na Espanha, em 2007, possui o título de doutorado em História da Civilização do Ocidente Moderno pela Universidade de Paris Soubornne, de mestrado em Ciências Políticas pela Universidade do Chile, bacharel em Ciências Militares pela Academia de Guerra do Chile e é autor e co-autor de livros e artigos de sua especialidade no Chile e no estrangeiro.

deve ser sensibilizada no tocante a importância do EB e suas atuais condições de operacionalidade. A sociedade, como célula fundamental de um sistema democrático, possui o papel de pressionar a classe política governante para que os recursos financeiros do governo federal também sejam investimentos nas FA.

Neste capítulo destaca-se, ainda, a importância da END e da Estratégia Braço Forte, com os seus planos e projetos e conforme já visto em capítulos anteriores deste trabalho. Outro projeto do EB, que ganha destaque perante a opinião pública nacional é o SISFRON, Sistema de Monitoramento Integrado da Fronteira, pois na medida em que realizará a vigilância da fronteira da Amazônia, do Centro-Oeste e do Sul do País, proporcionará soluções práticas para problemas da sociedade e do Brasil, como a contribuição para a preservação ambiental e das comunidades indígenas e uma maior eficiência na resposta operacional e integração das FA e de órgãos dos governos federal e estadual.

O capítulo 3 expõe que a transformação do EB será realizada por meio de vetores. Estes visam superar os fatores críticos decorrentes das deficiências estruturais do EB, que foram detectados durante a confecção da Estratégia Braço Forte e que são resultantes de diversos problemas históricos e conjunturais.

Os Vetores de Transformação são os seguintes: 1º Vetor - Doutrina, 2º Vetor - Preparo e Emprego, 3º Vetor - Educação e Cultura, 4º Vetor - Gestão de Recursos Humanos, 5º Vetor - Gestão Corrente e Estratégica e 6º Vetor – Ciência e Tecnologia e Modernização do Material.

Os planos que nos cabem desenvolver e implementar visam, acima de tudo, à estrutura do Exército para 2030, ou seja, estaremos concebendo o Exército do qual fará parte a atual juventude militar brasileira, e que, com certeza, conterá a Força Terrestre de um Brasil potência. (ENZO, 2010).

Em 2010, o marco inicial desta transformação foi o PROFORÇA, Projeto integrador da Força Terrestre que compreende o conjunto de ações estratégicas para estabelecer as bases da transformação do Exército Brasileiro, a partir de 2012 e com os marcos temporais em 2015, 2022 e 2030.

6.7 CONCLUSÃO PARCIAL

A Estratégia Braço Forte foi criada pelo Exército Brasileiro para atender a uma determinação do Ministério da Defesa, contida na Estratégia Nacional de Defesa.

Ela contempla um planejamento detalhado e completo cujas ações estimam-se estarem concretizadas num longo prazo, em 2030.

O Programa Amazônia Protegida, que integra ações de diversos ministérios e órgãos do governo federal sob a hegemonia do EB, visa concluir a ocupação e a incorporação da Amazônia à nação brasileira por meio de uma nova articulação do CMA.

O PAP 1ª fase estabelece a criação de vinte e oito novos Pelotões Especiais de Fronteira bem com a reestruturação dos já existentes, aumentando as capacidades e condições de vigilância da fronteira terrestre no arco Amazônico. Na 2ª fase, serão reestruturadas e criadas novas organizações militares no CMA.

A EBF contempla, ainda, planos e programas para os outros Comandos Militares – CMO, CMP, CML, CMSE, CMS e CMNE, com grande variedade de criações, aperfeiçoamentos, reestruturações e ações estratégicas, que poderão ter reflexos na Amazônia e no CMA e, assim, também poderem contribuir para a dissuasão brasileira.

Estas inovações contidas nos planos e programas da Estratégia Braço Forte concorrem para a ampliação da presença militar na região bem como para a dissuasão do Brasil em relação a outros países. No entanto, para tal há a necessidade de grandes recursos financeiros para a implementação dos projetos previstos.

A transformação do EB é fundamental para atender às necessidades atuais do Brasil no plano interno e externo. Esta transformação deverá ser realizada aplicando-se à Estratégia Braço Forte os vetores de transformação – Doutrina, Preparo e Emprego, Educação e Cultura, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Corrente e Estratégica e Ciência e Tecnologia. Ainda, neste contexto, há três pressupostos básicos: a manutenção da Estratégia da Presença, a valorização do serviço militar obrigatório e a preservação dos valores e tradições da Instituição.

O EB deve estar preparado, orientado e estruturado para operar no cumprimento dos mais variados tipos de missões, em diferentes áreas e cenários. Para tanto, é necessário transformar-se e ter condições de proporcionar ao país o respaldo na tomadas de decisões para o seu desenvolvimento.

7 AMAZÔNIA BRASILEIRA

7.1 GENERALIDADES

Neste capítulo foi abordado o panorama geral e atual da Amazônia, particularmente a área sob jurisdição brasileira. Um conjunto com semelhanças fisiográficas, econômicas, políticas e psicossociais, entretanto com diferenças em relação ao restante do País. A região foi conquistada com sacrifícios de muitos antepassados, cabendo a sociedade brasileira atual explorá-la de forma adequada para usufruto das futuras gerações. As palavras do General RODRIGO OTÁVIO³⁹ e que estão escritas em todas as entradas das Organizações Militares do EB na Amazônia devem representar o sentimento de todo brasileiro: “Árdua é a missão de defender e desenvolver a Amazônia, muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados, em conquistá-la e mantê-la.”

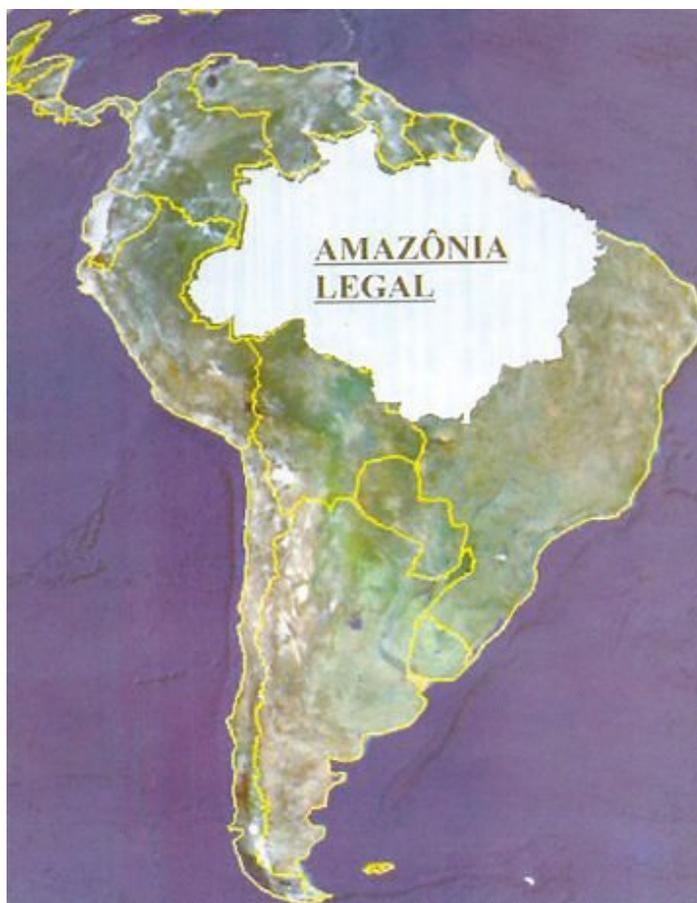


Figura 07 – Mapa da Amazônia Legal
Fonte: www.google.com.br

³⁹ Ex-Comandante Militar da Amazônia.

7.2 ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

A Amazônia Brasileira possui uma área aproximada de 5,2 milhões de km², mais de 11000 Km de fronteiras, forma compacta e ocupa a porção norte do País.

A base geológica da região é composta por uma bacia sedimentar de grande extensão denominada Amazônica, originada no período Cenozoico⁴⁰. Esta bacia possui camadas dispostas horizontalmente, o que evidenciam ausência de movimentos, como o tectonismo⁴¹.

O solo é composto, em terrenos mais elevados, de matérias de granulação fina com a presença de argila e, em terrenos mais baixos, de matérias sedimentares. O mesmo é recoberto por uma espessa camada de material vegetal em decomposição. O subsolo apresenta uma variedade muito grande de riquezas minerais como ouro, prata, pedras preciosas (diamante), cassiterita, bauxita, manganês, caulim, níquel, ferro, tório, urânio, titânio, chumbo, petróleo, gás natural e carvão.

O relevo caracteriza-se por uma imensa planície, a Amazônica, que se estende no sentido leste-oeste, acompanhando a bacia do rio Solimões-Amazonas. Possui uma baixa declividade, com a diferença de apenas 65 metros em uma extensão de mais de 3000 Km. Ao norte desta planície, aparece o Planalto das Guianas e, ao sul, o Planalto Central.

A vegetação dominante é a floresta equatorial e se divide em dois tipos principais: a floresta de terra firme, que ocupa áreas fora do alcance das águas das cheias dos rios e a floresta de terras inundáveis, que se desenvolve nas margens dos principais rios da Planície Amazônica. Apresenta, ainda, áreas de floresta de transição, com vegetação de savana, campos, cerrados, cocais e manguezais.

Quanto a hidrografia, o rio Solimões-Amazonas é a maior bacia hidrográfica do planeta, com cerca de 23000 km de vias navegáveis, possuindo o maior potencial hidroelétrico do Brasil. Destacam-se, ainda, os afluentes Negro, Juruá, Purus, Madeira, Tapajós e Xingu.

O clima é quente e úmido, com pequena variação de temperatura e umidade relativa muito grande. Aparecem duas estações do ano bem definidas: uma das chuvas ou inverno, de outubro a abril, e a outra de seca ou verão, de maio a

⁴⁰Era geológica iniciada a 65 milhões atrás e que inclui os períodos terciários e quaternários.

⁴¹Termo geral relativo a todos os movimentos da crosta terrestre com origem em processos tectônicos e que incluem a formação de bacias oceânicas, continentes, planaltos e cordilheiras.

setembro. As condições atmosféricas podem mudar rapidamente, com tempestades intensas e de curta duração. O índice pluviométrico é elevado e ocorrem ventos que derrubam árvores pelas áreas urbanas e rurais.

A Amazônia, que cobre 5% da superfície mundial e detém um terço das florestas tropicais do planeta, é peça-chave no equilíbrio climático do globo terrestre, visto que as suas árvores, por meio da fotossíntese, absorvem o gás carbônico da atmosfera e reduzem o efeito estufa e, ainda, a água que escapa pela transpiração da vegetação e a que evapora pelos seus mais de dois mil rios e igarapés são essenciais para a formação de nuvens e chuvas.

7.3 ASPECTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

Amazônia Legal⁴² engloba, na divisão político-administrativa, estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que são: Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins.

A sociedade e os partidos políticos estão organizados e integrados coerentemente com a conjuntura nacional. Embora existam, os violentos conflitos por terras do passado estão dando lugar a uma estruturação para a posse da mesma, com a criação de reservas de preservação ambiental. Contudo, os Organismos de Segurança Pública não conseguem fiscalizar adequadamente toda a região, principalmente na faixa de fronteiras, em razão das grandes distâncias existentes.

A extensa linha de fronteira da região com outros oito países Amazônicos – Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Guiana, Bolívia e Guiana Francesa proporciona uma boa ligação terrestre para o relacionamento internacional. Entretanto, a ação de grupos de narcotraficantes, a demarcação de reservas indígenas, as missões religiosas e ambientais, todas estas atividades nas proximidades limítrofes do Brasil podem gerar áreas de fricção e comprometer a soberania nacional. Estes assuntos serão abordados com mais detalhes em capítulos posteriores.

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) assinado por todos os países que fazem parte da região, à exceção da Guiana Francesa, foi uma importante estratégia

⁴²A Amazônia Legal foi delimitada pelo governo em 1966 como sendo a região política para a execução de planos de desenvolvimento e ações de assistência e fiscalização. Engloba nove estados, 59% do território nacional, 23 milhões de habitantes e uma economia de 7,5% do PIB.

de cooperação mútua. O tratado é um excelente passo para a preservação dos recursos naturais bem como para a garantia do princípio da não-ingerência internacional.

A região Amazônica possui uma distribuição territorial da população bastante heterogênea, pois, ao mesmo tempo, encontram-se áreas com elevada concentração humana, como as cidades de Manaus, Belém, Cuiabá e Macapá, também encontram-se áreas com enormes vazios demográficos. No contexto brasileiro, os estados Amazônicos possuem as menores taxas de densidade demográfica⁴³ do País, dos dez estados oito estão nas últimas posições, com destaque para Roraima, com taxa de 2,01 hab/km² e Amazonas, com taxa de 2,21 hab/km².

A miscigenação ocorrida foi grande, com traços preponderantes do índio e, mais recentemente, do nordestino, oriundo dos movimentos migratórios inter-regionais ocorridos a partir de 1970, em virtude do desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, da nova fronteira agropecuária, em Rondônia, Mato Grosso e Pará e da garimpagem, em Roraima. A região concentra 85,26% das terras indígenas⁴⁴ do país, englobando 223,5 mil índios de diversas etnias.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴⁵ dos Estados Amazônicos, Região Norte e Nordeste principalmente, são os piores do Brasil, refletindo a qualidade de condições de vida da maioria das pessoas. Tal desempenho é justificado pela dificuldade de acesso a educação, com uma taxa de analfabetismo⁴⁶ de 10,9% e falta de qualificação da mão-de-obra. O elevado número de doenças devido a uma deficiente rede de saneamento básico, o número reduzido de profissionais da área de saúde, de hospitais e clínicas médicas somados a uma taxa de mortalidade infantil maior que a média nacional também comprova a situação deficitária.

A região Amazônica possui vários problemas, de ordem econômica, social e cultural, dentre outros, a disputa pela posse de terras entre índios, colonos, grileiros, garimpeiros e fazendeiros, que muitas vezes leva a violência e a homicídios, o desmatamento, o contrabando, a atuação de Organizações Não Governamentais

⁴³ Definição segundo a fonte de consulta Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁴⁴ Índices segundo a fonte de consulta Almanaque Abril 2009.

⁴⁵ O IDH é um índice criado pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e calculado para diversos países desde 1990. Originalmente proposto para medir a diferença entre países, foi adaptado para ser aplicado também a Estados e municípios. O índice pode variar de 0 a 1.

⁴⁶ Fonte: Almanaque Abril 2009.

(ONG), o narcotráfico, ausência do Estado e a biopirataria. Estes problemas serão vistos no capítulo 9.

Atualmente, as principais atividades econômicas dizem respeito ao extrativismo vegetal e mineral, a agropecuária e a indústria.

O pólo industrial da Zona Franca de Manaus foi criado em 1967 e reúne cerca de 550 empresas, entre elas multinacionais montadoras de motocicletas e fabricantes de televisores, celulares, computadores e eletroeletrônicos em geral, que empregam diretamente 100 mil trabalhadores. A Zona Franca detém 80% da produção do estado do Amazonas e confere a Manaus o posto de sétimo maior Produto Interno Bruto⁴⁷ (PIB) municipal de país.

Os minérios como bauxita, ouro, ferro e cassiterita representam um patrimônio de 15 trilhões de dólares. A exploração desses recursos é muito importante para o desenvolvimento econômico da região.

A Amazônia detém os maiores estoques de biodiversidade do planeta. O potencial de madeiras, frutos tropicais, óleos para cosméticos e substâncias vegetais que encontram uso em medicamentos são as mais variadas possíveis. Estima-se que apenas cerca de 10% das espécies vegetais são conhecidas. A floresta ainda é pouco aproveitada e a biotecnologia da região é deficiente, porém há um grande campo para atuação futura.

Produtos como açaí, guaraná, cupuaçu, castanha-do-pará e palmito pupunha são retirados da mata e beneficiados no próprio país. Estes itens, produzidos em escala industrial, já são sucesso nos grandes centros urbanos, nacionais e mundiais.

O agronegócio é outra importante atividade econômica da região. A agropecuária no Pará, Rondônia, Acre e norte do Mato Grosso cresce em ritmo duas vezes mais rápido do que a média nacional.

7.4 ASPECTOS MILITARES

Embora as Estratégias da Presença e da Dissuasão terem sido estudadas no Capítulo 3, a seguir serão destacados aspectos para emprego de efetivos militares.

A observação humana é um aspecto que sofre grandes restrições devido, principalmente, à alta densidade da cobertura vegetal. No interior da selva, a observação horizontal limita-se a uma distância que pode variar de 20 a 30 metros e

⁴⁷ Definição segundo a fonte de consulta Almanaque Abril 2009.

a observação vertical reduz-se a clareiras, praias, leito dos rios, eixos de estradas e localidades.

As limitações de visibilidade refletem-se diretamente na execução dos tiros. Os campos de tiro para as armas de trajetória tensa são curtos, impondo a necessidade de melhoramentos, como a construção de túneis de tiro para aumentar seus alcances. Os campos de tiro para as armas de trajetória curva sofrem restrições no tocante a condução dos fogos.

A região é extremamente favorecida em cobertas e abrigos, decorrente à grande densidade da vegetação de selva, aos socavões⁴⁸, às árvores e troncos de grande espessura que poderão estar caídos no solo.

Embora essas vantagens existam, o monitoramento por satélites impõe a necessidade de dispersão das tropas em operações.

Os principais obstáculos são os rios, os igarapés⁴⁹, as áreas alagadas como os igapós⁵⁰, pântanos e barrancos. As condições meteorológicas aliadas ao tipo de solo podem constituir outro obstáculo, pois a tabatinga⁵¹, quando molhada pelas chuvas torrenciais comuns na região, transforma-se em uma espécie de liga que dificulta o deslocamento a pé e até mesmo impede o movimento de viaturas.

Os acidentes capitais em área de selva são as estradas, os rios, as clareiras, as localidades, pontes, pistas de pouso, aeroportos e portos fluviais.

Em operações na selva, as vias de acesso são os eixos terrestres, como estradas, trilhas e a própria selva, e os eixos fluviais, como os rios, igarapés e lagos. As vias aéreas são consideradas alternativas para se atingir determinados pontos.

7.5 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

O desenvolvimento sustentável⁵² é, segundo a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório

⁴⁸ Grande cova, esconderijo.

⁴⁹ Pequeno rio, as vezes navegável.

⁵⁰ Mata inundada ou trecho da floresta onde a água, após a enchente dos rios, fica por um tempo estagnada.

⁵¹ Argila mole, untuosa.

⁵² Definição segundo a fonte de consulta Wikipédia – a enciclopédia livre.

de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. É dividido em três componentes: ambiental, econômico e sócio-político.

O Brasil, assim como os demais países sul-americanos, herdou de sua antiga metrópole um modelo de povoamento e desenvolvimento estruturado na relação sociedade-natureza, onde o crescimento econômico ocorria de forma linear e infinita, baseado na contínua obtenção de terras e de recursos naturais. Tanto é que, hoje em dia, os países da América Latina ocupam posição periférica na economia mundial, como fornecedores de recursos naturais ou matéria-prima.

A Amazônia é palco de uma cobiça internacional, que será estudada no capítulo 8 e de diversos problemas e tensões internas e externas, que serão vistas, respectivamente, nos capítulos 9 e 10. Paralelamente a estes fatores, atuam na região outros agentes, como a mídia nacional e internacional e ONG de conservação ambiental, que fazem repercutir diversos destes aspectos na opinião pública brasileira e mundial.

Bertha Becker⁵³ destaca que o modelo predatório de exploração econômica vigente até fins do século passado, não são mais admitidos pela sociedade, que exige mudanças para um desenvolvimento sustentável.

Hoje, o imperativo é modificar esse padrão de desenvolvimento que alcançou o auge nas décadas de 1960 a 1980. É imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do saber das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido. Essa riqueza tem de ser melhor utilizada. Sustar esse padrão de economia de fronteira é um imperativo internacional, nacional e também regional. Já há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo [...] (BERTHA K BECKER, 2004).

A busca pela integração da Amazônia no século XX levaram à construção de rodovias e estas à expansão das telecomunicações, que, por sua vez, permitiram as articulações locais, nacionais e globais. Ocorreu o crescimento demográfico urbano e o povoamento em torno das estradas. Contudo, tais fatos também trouxeram

⁵³ Graduada em Geografia e História pela antiga Universidade do Brasil (1952), doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1970). Realizou pós-doutorado no "Department of Urban Studies and Planning" do Massachusetts Institute of Technology (1986). Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Laboratório de Gestão do Território - LAGET/UFRJ. É membro da Academia Brasileira de Ciências e Doutor "Honoris Causa" pela Universidade de Lyon III.

mazelas no nível ambiental, como a destruição da floresta, e no nível social, como as desigualdades entre as classes. A economia extremamente extrativista foi cedendo lugar às indústrias, à agropecuária e à exploração de madeiras.

Não cabe mais ao Brasil ficar destruindo a floresta para desenvolvê-la, é necessário investir em inovação, ciência, tecnologia e pesquisa para um desenvolvimento tecnológico da região.

O desenvolvimento sustentável na Amazônia poderá ocorrer devido ao potencial natural que possui em três áreas: a biológica, a hidrológica e a geológica. A primeira justifica-se pelo fato da região abrigar um terço das florestas tropicais úmidas do planeta e, desta forma, mais de 50% da diversidade biológica e genética existente. A segunda, pois a bacia hidrográfica estende-se por mais de 6 milhões de km² e reúne mais de 1000 afluentes. A terceira pela variada capacidade agrícola do solo e pelas enormes reservas minerais no subsolo.

O Governo Brasileiro lançou, em 2008, o Plano Amazônia Sustentável, que é um plano federal em parceria com os governos dos estados da região amazônica - Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O plano tem como objetivo definir as diretrizes para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. Ele não é um plano operacional, mas estratégico, que contém as diretrizes gerais e as recomendações para sua implementação.

As diretrizes do Plano Amazônia Sustentável devem ser observadas pelos ministérios e órgãos federais por ocasião da confecção de seus planos e projetos, como é o caso do Ministério da Defesa, na implementação do Programa Calha Norte e do Projeto Rondon.

7.6 CONCLUSÃO PARCIAL

A Amazônia possui uma biodiversidade variada e incalculável, proveniente, dentre outros, da floresta tropical e da bacia fluvial. Sua importância para a natureza resume-se no fundamentalismo que possui para a estabilização do clima global.

As sociedades políticas estão amadurecidas e atingiram um nível capaz de trocar os graves confrontos territoriais por soluções pacíficas e que atendam os interesses de todos os brasileiros.

No contexto internacional, a integração regional dos países Amazônicos deve ser buscada como uma maneira de se poder fazer frente aos centros de poder mundial.

A região está povoada, embora ainda existam áreas com baixa densidade demográfica. Deve-se, sim, adotar políticas públicas que combatam os desequilíbrios sociais existentes, reduzindo sua postura deficitária em relação ao restante do país.

A economia ainda encontra grandes espaços para o crescimento, contudo há disputas entre os setores da indústria, da agropecuária, da exploração madeireira e da produção familiar. Atualmente, cada estado adota uma política econômica que mais lhe convenha, de acordo com a sua capacidade e características.

O ambiente operacional da Amazônia exerce influência na realização das operações militares, condicionando o emprego de qualquer força na região. Os fatores fisiográficos agem diretamente nas operações militares na selva e na estruturação da força terrestre na região, restringindo o emprego dos armamentos, dos equipamentos, do pessoal, das táticas e das técnicas de combate.

Ultimamente um novo modelo de exploração econômica da floresta Amazônica vem sendo realizado: o desenvolvimento sustentável. É um modelo para competir com as atividades ilegais e predadoras. A exploração é realizada por manejo florestal, onde os cortes das árvores são feitos por procedimentos técnicos que aumentam a eficiência da produção e reduzem os impactos ambientais, preservando a mata para ser explorada novamente.

Na realização deste desenvolvimento sustentável, a sociedade e o governo do Brasil devem atentar para as legislações e normas nacionais e internacionais, de forma a não permitir que as potências internacionais e empresas estrangeiras criem situações que comprometam a soberania do País.

Isto posto, a Amazônia é uma região com singular características e elevada importância para o Brasil e para o mundo, porém não deve estar isolada do restante do País e sim integrada. Os óbices e particularidades existentes devem ser tratados de forma a contribuir com o desenvolvimento local e combater as pretensões externas.

8 O INTERESSE INTERNACIONAL PELA AMAZÔNIA

8.1 GENERALIDADES

O mundo está em constante transformação e evolução e, conseqüentemente, as grandes potências mundiais precisam se adaptar a essa transformação a fim de suprirem as suas necessidades políticas e econômicas. Os principais problemas que são vislumbrados neste novo milênio encontram prováveis soluções na Amazônia.

Estas soluções estão associadas a uma série de características peculiares da região, tais como: o imenso vazio demográfico, o maior banco genético do planeta, a biodiversidade rica e incomparável, um quinto da disponibilidade de água doce, um terço das reservas florestais e riquezas incalculáveis no subsolo. Tais fatores despertam a cobiça internacional pela Amazônia e estão disfarçados em diversos organismos nacionais e internacionais, governamentais ou não.

8.2 AS PRESSÕES INTERNACIONAIS

A cobiça internacional pela Amazônia tem sua origem na época do Brasil Colônia, com incursões holandesas, francesas e inglesas no século XVII. Desde então, várias tentativas de ingerência na região foram realizadas, porém estas tentativas ganharam proporções maiores a partir da metade do século passado.

Em 1949, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) tentou criar o Instituto da Hiléia Amazônica, no qual haveria uma perda total da soberania brasileira na região com uma presença maciça de países europeus e dos Estados Unidos da América. Anos depois, na década de 1960, o Instituto Hudson, dos EUA, sugeria a criação do Programa dos Grandes Lagos, segundo o qual a Amazônia seria inundada com a finalidade de facilitar a navegação na área.

Em 03 de julho de 1978, foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônico⁵⁴ (TCA), pelos seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru,

⁵⁴ TCA ou Pacto Amazônico é um instrumento jurídico de natureza técnica que tem por objetivo promover o desenvolvimento harmonioso e integrado da bacia amazônica, de maneira a permitir a elevação do nível de vida dos povos daqueles países, a plena integração da região amazônica às suas respectivas economias nacionais, a troca de experiências quanto ao desenvolvimento regional e o crescimento econômico com preservação do meio-ambiente. Para tanto, o tratado prevê a cooperação entre os membros para a promoção da pesquisa científica e tecnológica, a utilização racional dos recursos naturais, a criação de uma infra-estrutura de transportes e comunicações, o fomento do comércio entre populações limítrofes e a preservação de bens culturais.

Suriname e Venezuela. A França tentou participar do referido pacto, justificando seu ingresso pelo fato da Guiana Francesa ser um departamento francês, o que não foi aceito.

Em março de 1989, em Haia, nos Países Baixos, houve uma importante reunião denominada “Questão Ecológica Mundial”. O Grupo Amazônico como um todo não foi convidado e, assim, não participou, apenas o Brasil esteve presente. No mesmo ano, citado por Rocha Paiva (2006, p.58), o Vice-Presidente dos EUA, Al Gore, declarou: “ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”.

Na Convenção de Montego Bay, Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 1992, surgiu à tese norte-americana do patrimônio comum da humanidade ou soberania relativa, repartida ou acordada, que queria transformar a Amazônia em uma terra comum a todos os países, com perda da soberania por parte daqueles que a integram e com a possibilidade de exploração das riquezas pelo grupo dos sete países mais ricos do mundo: os EUA, o Japão, a Alemanha, o Reino Unido, a França, a Itália e o Canadá – o G7. Ainda em 1992, citado por Rocha Paiva (2006, p.58), o Primeiro Ministro da Inglaterra, John Major, disse:

As nações devem entender o domínio da lei ao que é comum a todos no mundo. As campanhas ecologistas internacionais sobre a região Amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região.

Em 1994, citado por Pedrosa⁵⁵ (2005, p.75), o Secretário dos EUA, Henry Kissinger, declarou:

Os países industrializados não poderão viver de maneira como existiram até hoje se não tiverem a sua disposição os recursos naturais não-renováveis do planeta. Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores de consecução de seus intentos.

Mais recentemente, citado por Pedrosa (2005, p.76) e Rocha Paiva⁵⁶ (2006, p.59), Pascal Lamy, Comissário da União Européia (EU), proferiu em discurso na ONU:

⁵⁵ Coronel R1 do Exército Brasileiro, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Foi instrutor da ECEME.

⁵⁶ General de Brigada R1 do Exército Brasileiro, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Foi Comandante da ECEME no ano de 2006.

A Amazônia e outras florestas tropicais do planeta deveriam ser consideradas bens públicos mundiais e submetidas à gestão coletiva – ou seja, gestão da comunidade internacional.

Percebe-se que inúmeras são as declarações de líderes mundiais com pretensões na Amazônia e as pressões internacionais exercidas sobre o Brasil. Tais ocorrências comprovam os interesses em dificultar o desenvolvimento da região, que facilitaria a consecução de seus objetivos.

Pode-se, ainda, descrever a atuação de parlamentares europeus, junto à Comunidade Econômica Européia, no sentido de interromper o Projeto Grande Carajás; a criação de parques e nações indígenas multinacionais e independentes, como a “nação yanomâmi”; as exigências específicas ao Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento, dificultando a concessão de empréstimos com base na defesa do meio ambiente e as ações do Congresso dos EUA junto ao Banco Mundial, no sentido de impedir empréstimos para a realização de projetos, como o Programa Piloto para a Amazônia.

Ademais às pressões internacionais já salientadas, há outros fatos que comprovam o interesse das potências mundiais pela região Amazônica, como a presença do Comando Sul do Exército dos EUA no Panamá; a construção de aeródromos e bases militares ao redor da Amazônia Legal, em países como a Colômbia; a apresentação de desenhos animados, com o “Homem Aranha” e “Super Homem”, que lutam contra posseiros, fazendeiros e o Governo Brasileiro para salvar a Amazônia; o estágio de guerra na selva realizado por cadetes da Academia Militar do Exército francês na Guiana Francesa e a exploração sensacionalista e distorcida do incêndio ocorrido em Roraima, em 1998, quando o mesmo tratamento não foi dado a incêndios maiores, como os que ocorrem no Canadá e na Austrália.

8.3 O CONCEITO DE SOBERANIA LIMITADA, DEVER DE INGERÊNCIA E AJUDA HUMANITÁRIA.

Soberania⁵⁷ é, internamente, o poder do Estado para fazer cumprir, pelas pessoas, todas as leis e ordens dentro do seu território. Externamente, significa a

⁵⁷O manual da Escola Superior de Guerra define soberania como o termo que significa a manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais Nações, em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em assuntos internos, nem a participação em atos desta natureza em relação a outras nações.

relação de igualdade entre os países, não havendo dependência ou subordinação entre eles.

A Teoria da Soberania Limitada foi um conjunto de teorias socialistas criado por Leonid Ilitch Brejnev⁵⁸, para governar a União Soviética, tanto interna quanto externamente, durante a segunda metade do século passado. Esta doutrina, expansionista e agressiva, foi utilizada em 1968, durante as manifestações de luta pela liberdade, na Tchecoslováquia, durante a chamada "Primavera de Praga".

Esta teoria defendia a hegemonia soviética no mundo comunista, limitando a independência de partidos comunistas em outros países bem como a saída de qualquer estado do Pacto de Varsóvia⁵⁹. Ela tinha como pano de fundo a defesa da paz e causou diversas guerras em nome da hegemonia soviética, como as revoluções socialistas em Angola e Moçambique, a invasão do Afeganistão, a Guerra do Vietnã, o apoio soviético à Indira Gandhi na Guerra do Paquistão e outros golpes fracassados em localidades dos países Belize, Guatemala, Congo, Benim.

Em 1992, na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, surgiu o conceito de soberania relativa pelos EUA.

A tentativa norte-americana de impor aos demais países o termo soberania limitada fica evidente, também, na decisão da Suprema Corte dos EUA ao autorizar que o poder executivo, as polícias e as forças armadas pudessem prender qualquer cidadão em qualquer parte do mundo, para ser julgado em tribunais daquele país.

A teoria americana continha, ainda, a proposta do ex-secretário de Defesa dos EUA e ex-presidente do Banco Mundial Robert MacNamara, para que os países do terceiro mundo reduzissem, em até dois terços, o efetivo de militares. O terço restante destinaria-se-ia a defesa interna, ao combate do crime organizado e ao narcotráfico. A defesa externa destes países ficaria a cargo de forças multinacionais da ONU.

Segundo Rocha Paiva, existe, ainda, o conceito de Soberania Compartida, pela qual não haveria uma invasão, conquista ou ação militar direta sobre a Amazônia, mas sim a posse nominal pelo Brasil. Este ficaria com a administração e parte dos

⁵⁸ Nasceu em 1906, foi Secretário-Geral do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no período de 1964 até 1982 e Presidente deste país de 1977 a 1982, quando faleceu.

⁵⁹ Pacto de Varsóvia ou Tratado de Varsóvia foi uma aliança militar formada em 14 de Maio de 1955 pelos países socialistas do Leste Europeu e pela União Soviética, países estes que também ficaram conhecidos como bloco socialista. O tratado correspondente foi firmado na capital da Polônia, Varsóvia, e estabeleceu o alinhamento dos países membros com Moscou, estabelecendo um compromisso de ajuda mútua em caso de agressões militares.

lucros das riquezas, cabendo o grosso destes para a comunidade internacional ou grandes potências.

O conceito de dever de ingerência apareceu na França, em Paris, entre os dias 17 e 20 de dezembro de 1991, quando da realização da Conferência Mundial das Organizações Não Governamentais. O presidente francês, ao fazer o uso da palavra, referiu-se ao dever de ingerência da comunidade internacional para a preservação e proteção do meio ambiente, sugerindo, inclusive, a criação de uma autoridade supranacional. Na ocasião, para Mitterrand e na relação entre os Estados, a obrigação de não-ingerência cessa no lugar preciso onde há risco da não-assistência.

Anos antes, em 1989, citado por Rocha Paiva (2006, p.58), Mitterrand já havia dito a assertiva: “o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”.

As Convenções de Genebra, realizadas em 1949, a cerca do Direito Internacional Humanitário, como o tratamento devido aos prisioneiros de guerra e a proteção de enfermos e doentes de guerra, das vítimas da fome, de epidemias e de conflitos étnicos, tiveram aceitação universal. Entretanto, os seus dois protocolos adicionais de 1977, por limitarem a soberania dos Estados, não foram assinados por diversos países.

A ajuda humanitária⁶⁰ é uma forma de solidariedade ou cooperação, geralmente destinada às populações pobres ou as que têm sofrido uma crise humanitária, como as provocadas por catástrofes naturais ou guerras. Esta forma de ajuda ocorre para atender às necessidades básicas ou de urgência, como fome, saúde, reconstrução das infra-estruturas, educação, proteção à criança e populações desfavorecidas e outras.

Ela pode ser econômica ou material e provir, dentre outros, de Estados, organismos internacionais, como a ONU, empresas particulares, ONG e organizações religiosas.

Neste contexto e disfarçado como uma causa humanitária capaz de provocar comoção da comunidade internacional, os países ou coligação de países tentariam justificar uma intervenção militar na Amazônia, como para a proteção dos índios ou a preservação do meio ambiente.

⁶⁰ Definição segundo a fonte de consulta Wikipédia – a enciclopédia livre.

Como exemplos destes tipos de intervenções, pode-se citar: o apoio dos EUA às tropas da Etiópia, na invasão da Somália, em 2006, para a manutenção do Governo Federal de Transição neste último país; a invasão estado-unidense do Afeganistão, em 2001, para a captura de terroristas após os atentados de 11 de setembro, a despeito da resolução contrária da ONU e a Segunda Guerra do Golfo, de março de 2003 até agosto de 2010, quando uma coalizão militar de países liderados pelos EUA invadiu o Iraque, devido a um suposto desenvolvimento de armas nucleares por este país.

8.4 A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

ONG⁶¹ são associações do terceiro setor⁶² da sociedade civil, com finalidades públicas e sem fins lucrativos, que desenvolvem ações em diferentes áreas, como meio ambiente, combate à pobreza, assistência social, saúde, educação, reciclagem e desenvolvimento sustentável. Geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para modificar determinados aspectos da sociedade. Cabe ressaltar que elas não possuem valor jurídico.

Estas organizações, a maioria das vezes, realizam suas atividades sem qualquer fiscalização por parte do Estado, tanto financeiramente como em relação ao tipo de atividades que realizam. É bem verdade que, muitas delas, realizam um trabalho correto e que contribui para o Bem Comum do País, porém outras buscam atender aos interesses de determinadas pessoas, grupo de pessoas, nações ou países e que, por vezes, são contrários aos interesses nacionais.

A partir da década de 1990, houve um aumento bastante significativo do número de ONG na região Amazônica. Este fato ocorreu em virtude da supervalorização, segundo a Constituição Federal de 1988, do meio ambiente e dos índios e pelo aumento da influência das ONG junto aos parlamentares e autoridades do governo. Foram criadas diversas reservas indígenas e áreas de preservação ambiental, que acabaram por prejudicar e comprometer o desenvolvimento regional.

Os recursos para atuação das ONG são provenientes do Governo Brasileiro, de empresas privadas, da venda de produtos e de doações da população em geral.

⁶¹ Definição segundo a fonte de consulta Wikipédia – a enciclopédia livre.

⁶² Terceiro setor é uma terminologia sociológica que dá significado a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. São organizações sem vínculos diretos com o Primeiro setor (Público, o Estado) e o Segundo setor (Privado, o Mercado). De um modo mais

Seus integrantes trabalham, geralmente, de forma voluntária e em parceria com os órgãos públicos. Às vezes, os serviços são realizados em locais distantes, onde o Estado está pouco presente.

Por outro lado, existem ONG que recebem recursos financeiros, pessoais, materiais e, até mesmo intelectuais, de governos estrangeiros ou de empresas multinacionais, para desenvolverem projetos e pesquisas científicas dotadas de elevada tecnologia. Muitas vezes, os fins a que se destinam estas pesquisas são desconhecidos e os resultados não são divulgados, ocorrendo uma sonegação de informação para os órgãos nacionais.

Quais são os principais atores nesse projeto internacional ? Os movimentos ambientalistas, onde se destacam as ONGs nacionais e internacionais, a cooperação internacional técnica, financeira, científica em grandes projetos, como é o caso do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), do LBA e do Prohem, além de organizações religiosas de todos os tipos, assim como de agências de desenvolvimento de governos estrangeiros e também de empresas voltadas para o seqüestro de carbono e/ ou madeira certificada [...] (BERTHA K BECKER, 2004).

Caminhando, ainda, neste sentido, os interesses de países estrangeiros também estão disfarçados em ONG com fins anarquistas. Estas conseguem chamar a atenção da opinião pública nacional e internacional, por intermédio da mídia, para assuntos que denigrem a imagem do Brasil junto à comunidade mundial. Muitas notícias vinculadas em relação ao desmatamento e a preservação da floresta e dos índios são tendenciosas e transmitem uma falsa idéia sobre o País além de inibir as ações dos órgãos públicos.

8.5 CONCLUSÃO PARCIAL

O interesse dos Estados em determinadas áreas estão, muitas vezes, encobertos por órgãos ou empresas, nacionais ou internacionais, governamentais ou não. Estas entidades utilizam-se de assuntos polêmicos, como as questões ecológicas, para convencer a opinião pública mundial da necessidade de ajuda humanitária, justificando uma intervenção pelo dever de ingerência.

As pretensões internacionais pela Amazônia são antigas e, hoje em dia, tornaram-se bastante ameaçadoras à soberania nacional. As grandes potências mundiais tentam investir politicamente sobre o Brasil e, em particular, sobre a

Amazônia, não preocupados com os seus problemas, mas sim nas riquezas que poderão usufruir no caso de uma intervenção.

Inúmeras declarações, propostas e atitudes de líderes mundiais junto aos órgãos globais, como a Organização das Nações Unidas, tentam restringir as ações do governo brasileiro na Amazônia, de forma que o Brasil seja conduzido a dividir sua administração baseado na tese da soberania limitada.

Outra latente ameaça à soberania nacional são as ações de ONG que estão a serviço das grandes potências mundiais. Suas atividades visam obter vantagens com a exploração clandestina da Amazônia bem como criar um ambiente favorável, denegrindo a imagem do País e conduzindo a opinião pública para uma intervenção internacional no País. Os dirigentes dos três poderes nacionais – Executivo, Legislativo e Judiciário precisam saber identificar, diferenciar e atuar sobre as ONG, que, muitas vezes, trazem benefícios para aqueles com interesses obscuros na Amazônia.

A região Amazônica, nos últimos anos, tem representado uma constante preocupação para as autoridades brasileiras, nas quais se incluem as Forças Armadas. Em face destes crescentes perigos e ameaças, o Estado brasileiro necessita aumentar sua presença na região, desenvolver e integrar a Amazônia ao restante do país para, assim, dissuadir qualquer iniciativa estrangeira e garantir a soberania nacional.

9. PRINCIPAIS PROBLEMAS E FOCOS DE TENSÕES INTERNAS NA AMAZÔNIA

9.1 GENERALIDADES

A Amazônia, que ocupa território em estados da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil e mais oito países da América do Sul, engloba variada e complexa fisiografia, heterogeneidade social, peculiaridades políticas, grande potencial econômico e condicionantes militares de emprego.

Tais diversidades e circunstâncias refletem internamente na região, produzindo problemas e possíveis focos de tensões. Neste Capítulo, será estudado quais são estes focos e problemas e as suas repercussões para o Brasil.

9.2 A AUSÊNCIA DA PRESENÇA DO ESTADO BRASILEIRO NA FRONTEIRA

O Brasil possui uma área aproximada de 3,8 milhões de km², quase 60% do território nacional, e cerca de 11000 Km de fronteira com os países que possuem território na Amazônia. Verificam-se áreas onde o efetivo dos órgãos federais, como a Receita Federal, a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio e a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), e órgãos estaduais, como a Polícia Militar, é bastante reduzido e, desta feita, a fiscalização de possíveis ilícitos fica bastante prejudicada, o que favorece a ocorrência dos mesmos.

Há regiões onde a presença do Estado é quase nula. Por exemplo, no município de Tabatinga, Amazonas, na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, tem-se uma Polícia Militar com um pequeno efetivo de militares, para cuidar de uma área de 3000 km².

Em contra-partida, o Exército Brasileiro destaca os Pelotões Especiais de Fronteiras para vigiar os limites do Brasil com outros países. Nas áreas interioranas, tem-se as Brigadas de Infantaria de Selva com as Unidades de emprego operacional em ambiente de selva. No capítulo 5 deste trabalho foi verificado a organização atual do EB na Amazônia.

Há que se destacar que na Amazônia nada se faz sozinho. A atuação conjunta e o perfeito entendimento da necessidade de integração do Exército com as demais Forças (Marinha e Aeronáutica), e com as Instituições e os Órgãos do Poder Público (Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Militar Estadual, FUNASA, FUNAI, IBAMA, DNIT, Ministério das Cidades, entre outros) e, também, com a população da área é que permitem que estas ações tenham alto índice de sucesso. (MATTOS, 2010).

9.3 A EXISTÊNCIA DE GARIMPOS E MINERADORAS ILEGAIS

O garimpo⁶³ é uma atividade econômica bastante comum na Amazônia e que se não for realizada adequadamente é bastante prejudicial ao meio ambiente, pois o mercúrio utilizado no processo de exploração do ouro é letal à vida dos seres vivos.

A impunidade do desrespeito às normas existente conduz a existência de uma elevada quantidade de garimpos e de mineradoras ilegais, tais como os do Estado do Amapá, ao longo do rio Madeira, no Estado de Rondônia, no interior do Estado do Acre e na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela.

Estas atividades provocam graves problemas sociais, como a prostituição infantil, enfermidades na população e disputas pela posse de terras entre os garimpeiros, índios e fazendeiros.

Contudo, a mineração controlada e profissional realizada por empresas sérias, como a Vale do Rio Doce, associadas a uma fiscalização atuante pelos Órgãos Públicos, permitem a correta exploração dos recursos naturais da região, abundantes e essenciais para o desenvolvimento do Brasil.

9.4 O DESMATAMENTO ILEGAL

A taxa anual de desmatamento na região da Amazônia cresceu significativamente entre os anos de 1990 e 2003, principalmente na região conhecida como “arco do desmatamento” ou “arco do fogo”⁶⁴.

A expansão da agropecuária, o chamado avanço da fronteira agrícola nacional, nos Estados do Mato Grosso, Pará, Rondônia e Acre fez com que as queimadas fossem realizadas de forma desordenada e a área que, anteriormente era coberta por floresta, hoje é utilizada para pastagens ou para o cultivo da agricultura mecanizada. O Brasil é um dos líderes mundiais em produção de grãos, em especial a soja, e com o aumento dos preços destas “commodities”⁶⁵ no mercado internacional, o desmatamento, que tem se reduzido nos últimos anos, poderá voltar a crescer.

⁶³ O garimpo é uma forma de extrair riquezas minerais (pedras preciosas e semipreciosas são mais comuns) utilizando-se, na maioria das vezes, de poucos recursos, baixo investimento, equipamentos simples e ferramentas rústicas. Segundo a legislação brasileira vigente sobre mineração, a atividade garimpeira é considerada uma forma legal de extração de riquezas minerais desde que atenda a determinadas regras e obrigações.

⁶⁴ Compreende os estados do Pará, Tocantins, Mato-Grosso e Rondônia.

⁶⁵ Commodity é um termo de língua inglesa que, como o seu plural commodities, significa mercadoria, é utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias.

Outra relevante causa de desmatamento é o corte de árvores por madeiras clandestinas nos estados do Acre e Rondônia, para o contrabando de madeira nobre para países da Europa, EUA e Japão e a extração de madeira ilegal para a produção de carvão, no Amapá.

O crescimento das cidades e a abertura de estradas, rodovias e ferrovias também contribuem para o desmatamento, porém realizadas de forma planejada são fundamentais para o desenvolvimento regional e a integração com o país.

O manejo florestal e os planos de ação dos governos federais e estaduais, por intermédio de órgãos como o IBAMA, surgiram como solução para a redução dos índices de desmatamento, fato esse que já começa a ocorrer. Como exemplo, a concessão de empréstimos pela Caixa Econômica Federal apenas para empreendimentos imobiliários que comprovem o uso de madeira legal.

A Constituição Federal de 1988 favoreceu o surgimento das reservas de preservação ambiental, para combater os crimes ecológicos e conservar o meio ambiente.

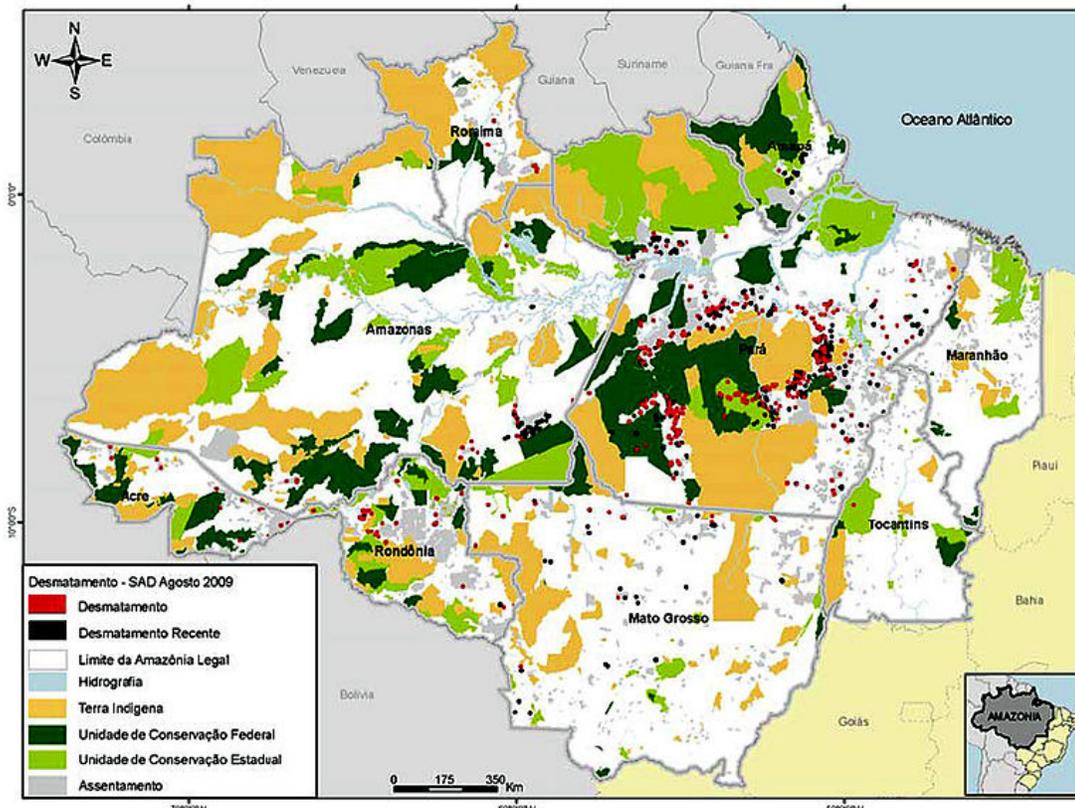


Figura 08 – Mapa do desmatamento na Amazônia

Fonte: Wikipédia, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Desm_amazon.

9.5 O NARCOTRÁFICO

O Brasil tem procurado adotar uma política consistente no que diz respeito ao controle de drogas e combate ao narcotráfico⁶⁶. As prioridades têm sido coibir o abuso e a demanda nas fronteiras, por intermédio do aumento do efetivo dos Órgãos Públicos e por acordos bilaterais com outros países.

As rotas do tráfico podem ser domésticas, internacionais ou mistas. Nos dois últimos casos o Brasil funciona como um corredor, visto que a droga passa pelo país e o seu destino final são os Estados Unidos e a Europa.

As entradas do narcotráfico são, principalmente, pelos Estados de Rondônia e Mato Grosso, vindo da Bolívia; pelos rios Juruá e Javali, na altura da cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, vindo do Peru; pelos rios Solimões e Içá, Estado do Amazonas, vindo da Colômbia, maior país produtor de cocaína, e pela fronteira seca entre Brasil e Venezuela, vindo da capital federal desse país – Caracas.

O consumo e o tráfico de drogas acarretam graves problemas sociais como crimes, corrupção, dependência química e violência. Ainda, o plantio de maconha em algumas áreas contribui para o desmatamento ilegal bem como para o empobrecimento da população e sua exploração por grupos marginalizados.

O narcotráfico é, ainda, utilizado por movimentos de guerrilha ou grupos fora da lei, na Colômbia, no Peru e na Bolívia, para subsidiar suas atividades.

9.6 O CONTRABANDO

O contrabando⁶⁷ é outro grave problema que ocorre comumente na Amazônia e favorecido pelas grandes distâncias entre as sedes dos órgãos do poder público e pelo imenso espaço territorial que existe para fiscalização.

Dentre o contrabando de produtos importados, pode-se destacar o de bebidas alcoólicas e de eletroeletrônicos na fronteira entre Brasil e Bolívia, o de mercadorias européias que entram pela Guiana Francesa, o de armas de fogo, que são trocados por drogas e ingressam no país pelo Suriname e Colômbia e o de gasolina e bebidas alcoólicas, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Estes contrabandos, na maioria das vezes, são financiados pelo narcotráfico, tem como destino o comércio informal e servem também para a lavagem de dinheiro.

⁶⁶ Narcotráfico ou tráfico de drogas é o tráfico de substâncias ilícitas, entorpecentes.

⁶⁷ Contrabando é a prática ilegal do transporte e comercialização de mercadorias e bens de consumo de venda proibida por lei.

A biopirataria⁶⁸, contrabando do material da flora e da fauna do Brasil para a exploração comercial em outro país, sem pagamento de royalties⁶⁹, atende a uma gama muito variada de pessoas com interesse em obter espécies animais e vegetais da Amazônia. Este fato aliado aos avanços tecnológicos e a facilidade para o registro de patentes de propriedade intelectual no âmbito internacional fizeram com que esta atividade ilegal crescesse bastante nos últimos anos.

Os receptores, como cientistas, pesquisadores, laboratórios, zoológicos, colecionadores particulares, multinacionais e, até mesmo, governos de outros países, contribuem para que este comércio ilegal seja executado, geralmente, por meio de pessoas disfarçadas que atuam como membros de ONG, de grupos em missões religiosas, turistas ou cientistas.

Como exemplo, pode-se citar o jaborandi, planta somente encontrada no Brasil, que teve a sua patente registrada pela indústria farmacêutica alemã Merk, em 1991. O cupuaçu, planta tradicional da Amazônia, também teve patentes registradas pela empresa Asahi Foods, do Japão, entre 2001 e 2002 e pela empresa inglesa de cosméticos Body Shop, em 1998.

Os órgãos públicos procuram combater a biopirataria por meio de ações da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), por realizações de debates em fóruns e seminários, por promulgação de projetos de lei que definam as regras de utilização dos recursos naturais, pelo treinamento de funcionários do IBAMA nos aeroportos e portos da Amazônia e pela conscientização da população.

Há também o contrabando praticado por madeireiras clandestinas, que realizam a exploração predatória e causam graves prejuízos ao ecossistema. Muitos destes contrabandos são financiados por grupos estrangeiros e, até mesmo, por países com interesse na madeira da região.

9.7 AS QUESTÕES INDÍGENAS

Os povos indígenas no Brasil são formados por um grande número de grupos étnicos cujas raízes remontam a descoberta do país, em 1500. Na Amazônia, eles organizam-se em tribos pequenas, independentes, seminômades, com grande

⁶⁸ A biopirataria é a exploração, manipulação, exportação e/ou comercialização internacional de recursos biológicos que contrariam as normas da Convenção sobre Diversidade Biológica, de 1992.

⁶⁹ Royaltie é o termo utilizado para designar a importância paga ao detentor ou proprietário ou um território, recurso natural, produto, marca, patente de produto, processo de produção, ou obra original, pelos direitos de exploração, uso, distribuição ou comercialização do referido produto ou tecnologia.

variedade cultural e lingüística e cuja atividade principal é a caça, a pesca e uma agricultura pouco desenvolvida. Há que se destacar que algumas etnias possuem laços históricos que atravessam as fronteiras políticas e adentram em países vizinhos, o que poderá gerar problemas futuros de soberania para o Brasil.

Na Amazônia, há um elevado número de reservas indígenas⁷⁰ demarcadas e muitas delas são de grandes extensões e sobre importantes reservas minerais. Na maioria das vezes, estas terras são demarcadas de forma emotiva, por pressões de grupos ambientalistas ou da imprensa mundial, sem a realização de um estudo prévio - científico e jurídico e sem debates entre os segmentos da sociedade brasileira.

Como exemplo, destaca-se a demarcação da reserva indígena Yanomami, no estado de Roraima, em 1992, pois, além da grande extensão (nove milhões de hectares) e de estar situada sobre ricas jazidas minerais, possui uma área contínua a fronteira com outro país e parcela da reserva está localizada na faixa de segurança de fronteira de 150 Km.

Outras demarcações geram controvérsias na sociedade e no Estado, como a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, com quase 1000 Km de perímetro, homologada pelo Presidente da República, em 2005, que resultou em anos de polêmicas, em torno do tema de desocupação e de indenização, entre os índios, os fazendeiros e os governos federal e estadual, até mesmo com ações no Supremo Tribunal Federal.

Outras terras indígenas possuem diversas etnias, como as que vivem na “região conhecida como a cabeça do cachorro⁷¹”, no Estado do Amazonas. Outras são bastante problemáticas, como a etnia “Cintas-largas”, no Estado de Rondônia e Mato Grosso, que constantemente entram em conflito com os garimpeiros.

⁷⁰ O Brasil tem atualmente cerca de 600 terras indígenas, que abrigam 227 povos, com um total de aproximadamente 480 mil pessoas. Essas terras representam 13% do território nacional, ou 109,6 milhões de hectares. A maior parte das áreas indígenas - 108 milhões de hectares - está na chamada Amazônia Legal. Quase 27% do território amazônico hoje é ocupado por terras indígenas, sendo que 46,37% de Roraima correspondem a estas áreas.

⁷¹ Região conhecida como Cabeça do Cachorro é uma área situada no extremo noroeste do Brasil, Estado do Amazonas, em região de fronteira com a Colômbia. É assim conhecida por causa do desenho formado pela linha da fronteira brasileira com seus países vizinhos, que lembram o formato da cabeça daquele animal, quando está com a boca aberta.

9.8 O ELEVADO NÚMERO DE ONG

Conforme já visto anteriormente, a existência de inúmeras ONG, muitas com objetivos obscuros e financiadas por governos ou empresas estrangeiras, são criadas sob o pretexto de realizarem missões religiosas, pesquisas científicas, auxiliarem as comunidades indígenas ou contribuírem para a preservação ambiental. Estas ONG exploram as riquezas presentes na mata, principalmente sua biodiversidade, fomentam as disputas e intrigas entre os índios, os não-índios e as autoridades e órgãos locais, estaduais e federais. Tais ações tem por finalidade manter a Amazônia intocada, a margem do desenvolvimento e da integração nacional.

9.9 CONCLUSÃO PARCIAL

Os principais problemas que podem se tornar focos internos de tensões na região estão associados às grandes distâncias e à baixa eficiência da atuação dos órgãos do poder público, federais e estaduais.

A precária presença do Estado Brasileiro, traduzida no reduzido efetivo em diversas partes da Amazônia, dificulta a fiscalização e possibilita a ocorrência de delitos nocivos à população e ao desenvolvimento e integração da região. Esta situação é agravada na faixa de fronteira, onde, às vezes, tem-se apenas a presença do Exército Brasileiro.

Estas facilidades aliadas à impunidade dos transgressores possibilitam a ocorrência de contrabandos, do narcotráfico, de garimpos ilegais e questões indígenas.

A disputa pela posse de terras entre índios, garimpeiros, fazendeiros, madeireiras, mineradoras, narcotraficantes e aproveitadores gerou uma questão fundiária complexa e de difícil solução. Estas disputas associadas aos delitos acima listados causam diferentes problemas sócio-econômicos.

O elevado número de ONG, com os interesses mais variados possíveis, de origem estrangeira e escondidos por detrás da bandeira de preservação do meio ambiente ou de defesa da causa indígena, também consiste em um problema de elevado potencial interno. A situação agrava-se, pois estas ONG estão ocupando os espaços vazios deixados pela ausência do poder público e chegando nos mais longínquos rincões da floresta.

Analisando as áreas de preservação ambiental e as terras indígenas, percebe-se que estão sobrepostas sobre importantes reservas de recursos naturais. Soma-se o fato destas Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI) limitarem a atuação do Poder Público, federal e estadual. Tornar a Amazônia intacta é o objetivos destas ONG.

A partir de 1992, houve um acréscimo importante na criação de terras indígenas (TI) e unidades de conservação (UC). Hoje estas áreas correspondem à extensão territorial da Alemanha e França reunidas, perfazendo 12% do território nacional [...] Se analisarmos o Estado de Roraima, destaca-se que 60% do seu território são constituídos de TI. Tal fato poderá inviabilizar seu desenvolvimento e, paulatinamente, causar o esvaziamento populacional [...] onde estão sobre forte influência de ONG, várias sem nenhum compromisso com o Brasil. (ROCHA PAIVA, 2006).

Assim, estes delitos causam insatisfações na população, prejudicam o desenvolvimento e a integração da Amazônia ao restante do Brasil bem como contribuem para a instabilidade da região e, no futuro, podem ser aproveitados por potências internacionais para justificar uma intervenção. Eles influem diretamente nas Estratégias da Presença e da Dissuasão a serem adotadas pelo Estado brasileiro.

10. PRINCIPAIS PROBLEMAS E FOCOS DE TENSÕES EXTERNAS NA AMAZÔNIA

10.1 GENERALIDADES

A Amazônia estende-se por nove países sul-americanos: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e o Departamento da Guiana Francesa. Ela possui características e peculiaridades semelhantes que, por vezes, se contradizem com as diferenças internas e particularidades dos países integrantes.

Neste capítulo foi estudado a conjuntura destes países, no que tange, principalmente, aos principais problemas externos ao Brasil e que refletem na região.



Figura 09 – Mapa Político da América do Sul
Fonte: www.maps.google.com.br

10.2 BOLÍVIA

O Estado Plurinacional da Bolívia situa-se no centro-oeste da América do Sul. A sua porção sudeste é formada pela região do Chaco pantanoso e a oeste é cortada pela Cordilheira dos Andes, onde localizam-se o árido altiplano andino e as cidades mais importantes, como a capital La Paz. A faixa norte e leste é composta por terras baixas, cobertas pela floresta Amazônica.

A nação boliviana sofreu, historicamente, pesadas perdas territoriais, como a região que fornecia uma saída para o mar, na Guerra do Pacífico (1879-1884), para o Chile, o estado do Acre para o Brasil (1903) e territórios para o Paraguai, na Guerra do Chaco (1932-1935). Estes fatos contribuíram para a pobreza atual do país assim como provocaram um grande ressentimento no seu povo. Atualmente, a Bolívia ainda mantém disputas fronteiriças e reivindicações territoriais com vistas a uma saída para o mar, com Chile e Peru.

No campo interno, o Presidente Evo Morales segue uma linha de nacionalização da exploração dos principais recursos econômicos do país, o gás natural e o petróleo, dos serviços de telecomunicações e de abastecimento de água. Nos últimos anos, o país foi marcado por confrontos, manifestações e greves entre os partidários do presidente e os dos prefeitos de oposição, em torno de questões relativas à autonomia de departamentos e ao repasse do imposto sobre a exploração do gás. Chegou-se à beira de uma guerra civil e da possível separação do Departamento de Santa Cruz.

Na política externa, O Brasil tenta manter boas relações externas com a Bolívia, em que pese os impasses e indisposições ocorridas por ocasião da nacionalização das riquezas minerais e a consequente crise com as empresas estrangeiras, como a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). Os dois países compartilham os benefícios da exportação de insumos energéticos, como o gás natural, por meio de um gasoduto e da construção das hidroelétricas do rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, que, além da capacidade energética gerada, possibilitará a interligação entre os estados fronteiriços dos dois países e uma saída fluvial da Bolívia para o oceano Atlântico.

O Presidente Evo Morales tem também boas relações com a Venezuela e com Cuba, seguindo o alinhamento da ideologia socialista. Contudo, teve atritos com os EUA, devido a expulsão do embaixador deste país em 2008, por acusação de

conspiração. O país procura atrair investimentos estrangeiros e desenvolve uma tímida repressão do narcotráfico.

10.3 COLÔMBIA

A República da Colômbia está localizada no noroeste do continente sul-americano, possui uma área aproximada de 1,1 milhão de km². A maioria dos centros urbanos está nos Andes, porém alguns também abrangem o território amazônico.

O país é palco do conflito armado mais duradouro do continente, que surgiu em 1964. Desde então, os órgãos de segurança pública lutam contra esquerdistas da Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia⁷² (FARC), do Exército de Libertação Nacional (ELN) e contra grupos paramilitares, como o Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). Nos últimos anos, estes grupos perderam bastante sua capacidade de atuação devido à forte política interna de combate a guerrilha iniciada pelo então presidente de direita Álvaro Uribe e seguida pelo seu sucessor atual Juan Manuel Santos. Consequentemente e em 2008, o governo obteve importantes sucessos, como a morte de três membros do secretariado das FARC e o resgate da senadora Ingrid Betancourt.

Los golpes recibidos por las FARC la colocan en una profunda crisis estratégica. Sobre esta base, el futuro del grupo terrorista podría orientarse em três direcciones: (1) la búsqueda de una salida negociada com El gobierno colombiano; (2) um paulatino proceso dedesintegraciónque podría terminar em el colapso de la organización; y (3) una transformación estratégica de La guerrilla hacia El terrorismo urbano. (Ortiz, 2010).

A Colômbia realiza uma política internacional de aproximação com os EUA, principalmente por intermédio do Plano Colômbia, que é uma ajuda militar e econômica de combate ao narcotráfico. A produção de drogas, em especial a cocaína, ocorre na floresta Amazônica e é a maior do mundo. O País possui bases militares americanas em seu território, o que é um fato ameaçador para a Brasil.

Em contrapartida, possui uma turbulenta relação exterior com os vizinhos Venezuela e Equador. Estes dois adotam posições radicais de extrema esquerda socialista e são suspeitos de abrigarem em seus territórios acampamentos das

⁷² FARC é uma organização de inspiração comunista, autoproclamada guerrilha revolucionária marxista-leninista, que opera mediante táticas de guerrilha e lutam pela implantação do socialismo na Colômbia. As FARC foram criadas em 1964 como aparato militar do Partido Comunista Colombiano. Na década de 1980 envolveu-se no tráfico ilícito de entorpecentes.

FARC. Ultimamente e por algumas vezes, as relações diplomáticas da Colômbia com estes países foram rompidas e tropas militares mobilizadas nas fronteiras. A Colômbia possui, ainda, problemas de definição fronteira com a Venezuela.

A Colômbia possui boas relações diplomáticas com o Brasil, em fase de ascensão, sobretudo no campo econômico. Ambos os países possuem grandes reservas de recursos naturais e, desta forma, possibilidades de desenvolverem parcerias na área de energia - biocombustíveis, petróleo e gás natural. Atualmente, a Colômbia é um excelente exportador de carvão para o Brasil.

Outro fato de destaque interno com repercussão na Amazônia foi o protesto da Organização Nacional de Indígenas da Colômbia, ocorrido em outubro de 2008, em virtude de assassinatos de lideranças indígenas.

10.4 EQUADOR

A República do Equador é um país da América do Sul que não possui fronteiras com o Brasil. O seu território é cortado pela Cordilheira dos Andes no sentido norte-sul e a leste, ocupando cerca de um quarto de sua superfície, está a selva Amazônica, região com importantes reservas de petróleo.

O presidente esquerdista Rafael Correa tomou posse em janeiro de 2007. A partir de então, começou a travar uma luta contra o Congresso. Em julho de 2008, uma nova Constituição, que aumenta os poderes do presidente e limita a exploração de petróleo por empresas estrangeiras, foi aprovada após a ocorrência de várias manifestações internas.

No campo externo, o Equador aproxima-se da Venezuela e da Bolívia, seguindo a mesma linha de transformações políticas em curso nestes dois países. Afastou-se dos EUA, interrompendo as conversações para um tratado de livre comércio.

O Equador possui problemas de fronteiras com o Peru, na Cordilheira do Condor. A coordenação deste processo de paz, estabelecida pelo Protocolo do Rio de Janeiro, é realizada pelo Brasil, o que aproximou as relações entre ambos os países.

Contudo, em 2008, houve demonstrações de deterioração das relações entre o Brasil e o Equador em virtude deste último ter determinado o embargo de todos os bens da construtora Odebrecht no país, a ocupação militar das obras onde atuava e a proibição da saída do país de quatro representantes da empresa, além de recorrer à corte internacional para a suspensão do pagamento da dívida junto ao Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Para corroborar com o estreecimento destas relações, o Equador ameaçou, no mesmo ano, nacionalizar jazidas de petróleo que eram exploradas pela PETROBRAS.

10.5 GUIANA

A República Cooperativa da Guiana localiza-se no norte da América do Sul e foi o único país de colonização inglesa na região, tornando-se independente em 1966. A maior parte do território é plano e coberto pela floresta Amazônica. Na fronteira com o Brasil e a Venezuela, possui uma região montanhosa.

A Guiana busca sua consolidação democrática em um clima de estabilidade política e relativo crescimento econômico. Contudo, ainda é muito dependente do setor primário, que é responsável por mais de 30% do PIB do país.

Na política externa, o país realizou acordos com a França, EUA, Inglaterra e Canadá para o combate ao narcotráfico. Há, ainda, presença de militares que realizam ações sociais, apoio sanitário e apoio médico à população.

Em 2009, as relações com o Brasil, no campo do comércio bilateral, foram incrementadas por meio do término da construção da ponte internacional que liga os dois países.

A Guiana possui questões fronteiriças que geram controvérsias diplomáticas com a Venezuela e com o Suriname. Com este último, obteve um laudo em seu favor, da ONU, em 2007.

10.6 GUIANA FRANCESA

A Guiana Francesa é um departamento ultramarino francês e assim o único território da União Europeia na América do Sul continental. A maior parte do seu espaço terrestre é coberto pela floresta Amazônica.

A sua economia baseia-se, principalmente, na pesca e na extração mineral. Há uma notável imigração ilegal, principalmente de brasileiros, haitianos, surinameses, todos atraídos pela possibilidade de obter renda em Euros.

A construção da ponte sobre o rio Oiapoque, na BR-153, ligando o Brasil ao departamento francês aumentará as relações comerciais brasileiras, que poderão ter uma porta de entrada na UE mais direta, com menos custo e menos burocracia.

Recentemente, a Guiana Francesa ficou conhecida por abrigar uma base de lançamento de foguetes e satélites da Agência Espacial Europeia.

10.7 PERU

A República do Peru situa-se a oeste da América do Sul. A Cordilheira dos Andes divide o território em três regiões: o litoral desértico, o altiplano andino e a Amazônia peruana, onde estão as nascentes do rio Amazonas.

Internamente, o ano de 2008 foi marcado por greve geral devido à insatisfação popular com o atual governo de Alan Garcia e por protestos indígenas, com bloqueio de estradas e instalações energéticas, em decorrência dos decretos presidenciais em favor da abertura de investimentos privados em áreas tribais da Amazônia. Na região sudeste do país aumentaram os combates entre os militares e grupos armados ligados ao narcotráfico.

Externamente, o país busca um maior alinhamento com os EUA, por meio de um tratado de livre comércio. Possui questões fronteiriças com o Equador, desde o período colonial, na selva Amazônica, e nos limites marítimos do oceano Pacífico, com o Chile.

Divide com a Colômbia e o Brasil a região amazônica das três fronteiras, onde situam-se as cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa do Yavari (Peru).

A rodovia interoceânica Brasil-Peru, em fase de construção, ligará os oceanos Atlântico e Pacífico, significando um grande avanço nas relações comerciais e turísticas entre os dois países e na infra-estrutura para a integração da Amazônia e América do Sul.

10.8 SURINAME

A República do Suriname situa-se no norte do continente sul-americano. Foi uma colônia holandesa e tornou-se independente em 1975. Durante anos foi governada por um forte regime militar, realizando eleições presidenciais após pressões internacionais dos EUA e da Holanda.

O Suriname é um dos principais produtores mundiais de bauxita, tem sua economia baseada na exploração e no beneficiamento desse minério. A região da Amazônia ainda é pouco explorada, fornecendo matéria prima à indústria madeireira.

O Suriname apresenta disputas de fronteiras marítimas com a Guiana. A resolução da ONU, em 2007, decidiu em favor desta última, que permaneceu com o dobro da área disputa.

As relações exteriores com o Brasil ainda são inexpressivas. Há projetos para a integração dos dois países, como a construção de um canal de escoamento da produção brasileira no Atlântico, que ligará o interior do Pará até o Suriname.

10.9 VENEZUELA

A República Bolivariana da Venezuela está localizada no norte da América do Sul. Ao oeste e à norte existem duas cadeias montanhosas, ao centro há uma região plana e, ao sul, estende-se a floresta Amazônica. O lago Maracaibo, maior do continente sul-americano, concentra a exploração do petróleo, principal atividade econômica do país.

O Presidente Hugo Chávez assumiu o governo em 1998 e logo promulgou a nova Constituição, na qual ampliava os poderes do presidente, mudava o mandato de cinco para seis anos, com direito a re-eleição, eliminava o Senado e instituiu o sistema unicameral, promovia o monopólio do petróleo e reforçava a seguridade social.

Em 2002, criou leis que desapropriavam os latifúndios e estatizavam o direito de pesca. No ano de 2005, afirmou sua intenção de promover a chamada “Revolução Bolivariana”, uma forma de instituir o socialismo do século XXI. Adotou novas medidas, como a reforma agrária, a maior participação estatal na exploração do petróleo, o controle de empresas falidas por empregados e a estatização de empresas de telecomunicações, de siderúrgicas e de empresas de cimento.

Esses anos todos foram marcados pelo aumento do número de greves e manifestações contrárias e a favor do presidente. Hoje em dia, a Venezuela tem uma população oprimida e dividida, cada vez mais pobre e insatisfeita com a conjuntura do país.

No campo externo, Hugo Chávez afastou-se dos EUA, chegando a expulsar de seu país o embaixador norte-americano, em solidariedade ao presidente boliviano Evo Morales. Aproximou-se politicamente de Cuba, militarmente da Rússia e, como forma de buscar o desenvolvimento da energia nuclear, alinou-se com a China, a Rússia e o Irã. Chávez é, ainda, suspeito de abrigar guerrilheiros das FARC no território venezuelano. O país possui indefinições de fronteira com a Colômbia e com a Guiana, decorrentes do período colonial.

Em que pese o alto índice de instabilidade interna, as relações com o Brasil cresceram assustadoramente nos últimos anos, com destaque nas áreas

comerciais, com o processo de ingresso da Venezuela no Mercosul; na integração física e energética, como o apoio de técnicos brasileiros especialistas em grandes hidrelétricas para evitar apagões naquele país, e na cooperação das comunidades fronteiriças com a melhoria da qualidade de vida da população local.

Percebe-se, nos últimos anos, que a Venezuela desenvolve uma política bastante conturbada, marcada, no campo interno, por protestos e insatisfações populares e, no campo externo, por incidentes diplomáticos e afrontamentos à comunidade internacional.

10.10 A INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES SUL-AMERICANOS

A globalização, iniciada no final do século passado, aproximou os países por intermédio das telecomunicações - internet. As informações passaram a circular com grande rapidez, facilitando as trocas comerciais e, conseqüentemente, impulsionando o crescimento econômico das nações. Estas, então, organizaram-se regionalmente em blocos de cunho econômico, como, dentre outros, o Mercosul (1994), a UE (1992), Acordo de Livre Comércio da América do Norte (1994), a Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (1992) e a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (1989).

Hoje em dia, a sobrevivência dos países no contexto internacional passa por todos os campos do poder – econômico, político, psicossocial, militar e técnico-científico. A prosperidade e o bem estar das nações exigem a superação de desafios e diferenças, que somente serão possíveis com a integração regional.

Os primeiros passos oficiais para a integração regional, principalmente dos países Amazônicos, ocorreram com a criação, em 03 de julho de 1978, do Tratado de Cooperação Amazônico. Em 1995, a fim de fortalecê-lo institucionalmente e dar-lhe personalidade internacional, o TCA foi transformado em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A emenda ao tratado foi aprovada em Caracas, Venezuela, em 1998, o que permitiu estabelecer, a partir de então, a Secretaria Permanente do OTCA, em Brasília.

Mais recentemente, em 2004, na cidade de Cusco, Peru, e em 2008, na cidade de Brasília, foi assinado, pelos países sul-americanos, respectivamente, a declaração e o tratado para a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), anteriormente designada por Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN). Esta organização internacional será uma zona de livre comércio continental

que unirá as duas organizações de livre comércio sul-americanas, Mercosul e Comunidade Andina, além do Chile, Guiana e Suriname, nos moldes da UE.

Conforme foi visto nos itens anteriores dos países Amazônicos, outras ações para o fortalecimento da integração regional é a interconexão dos meios e da infraestrutura de transporte e a cooperação energética. Neste sentido, o Brasil tem realizado construções, cooperações, intercâmbios e acordos bilaterais com os países fronteiriços na Amazônia.

As águas da bacia amazônica são de circulação internacional e os rios são as vias de comunicação mais antigas utilizadas na região. A interligação intermodal é um grande avanço e também concorrerá para a integração Amazônica.

Outro importante elemento de integração é a existência de cidades de ambos os lados das fronteiras, como Santa Helena do Vaivém (Venezuela) e Pacaraima, em Roraima, Letícia (Colômbia) e Tabatinga, no Amazonas, e Guayaramirim (Bolívia) e Guajaramirim, em Rondônia. Nestas cidades já existem as relações e intercâmbios comerciais, materiais e de pessoas, que ajudam ao desenvolvimento das comunidades locais e da Amazônia em geral.

10.11 CONCLUSÃO PARCIAL

A Amazônia ocupa um grande espaço territorial na América do Sul. As peculiaridades desse bioma aliadas à diversidade política, cultural, econômica e psicossocial dos países que a integram podem favorecer a ocorrência de tensões e problemas na região.

As possíveis áreas de fricção entre os países e que podem resultar reflexos para a Amazônia são os seguintes.

A Bolívia ainda mantém como objetivo permanente a necessidade de possuir uma saída para o oceano Pacífico, seja pelo Chile ou pelo Peru e guarda ressentimentos com o Paraguai decorrentes da Guerra do Chaco.

A Colômbia possui problemas internos decorrentes da atuação das FARC em seu território, potencializados pelo narcotráfico. Há divergências com o Equador e Venezuela pelo fato destes países abrigarem bases da guerrilha, situação diplomática agravada com este último em virtude de impasses na definição das fronteiras.

O Peru possui indefinições fronteiriças com o Equador - Cordilheira do Condor – e nos limites marítimos do oceano Pacífico com o Chile.

A Guiana apresenta pendências com o Suriname e com a Venezuela, no que tange a definição dos seus limites territoriais.

As ações radicais e de cunho socialista dos governos da Venezuela, Equador e Bolívia, promoveram uma onda de esquerda no continente sul-americano, o que causou, ao longo da última década, uma série de manifestações, greves e insatisfações populares. Estas políticas adotadas contribuíram para gerar incertezas e inseguranças na região, tornando-a vulnerável a ocorrência de conflitos e às influências e ações externas.

A existência de bases de lançamento de foguetes na Guiana Francesa bem como a presença de militares norte-americanos, canadenses e ingleses na Guiana favorece e poderá facilitar, no futuro, diversas ações das potências mundiais que possuem interesses na Amazônia.

A existência do narcotráfico na Amazônia, praticamente em todos os países componentes, com destaque para a Colômbia, Peru e Bolívia, causa uma grande instabilidade na região.

Os incidentes diplomáticos ocorridos entre o Brasil e a Bolívia e entre o Brasil e o Equador, relacionados, respectivamente, a estatização e compra da PETROBRAS e pelo não pagamento da dívida do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), geraram indisposições e mal-estar entre os países.

No contexto sul-americano, a Amazônia tem uma posição geopolítica importante, pois encerra nove soberanias do continente.

Embora os problemas existam, conforme visto anteriormente, a integração regional Amazônica deve ser buscada, dentre outros, por intermédio do fortalecimento de organismos regionais, como o OTCA e a UNASUL, pela cooperação energética, pela interligação e infra-estrutura de transportes, pelo incremento das relações nas regiões de fronteira e pelo aumento, em geral, do número de acordos, reuniões e intercâmbios entre os países Amazônicos.

Esta integração regional Amazônica poderá fortalecer o Mercosul e as economias dos países sul-americanos, criando condições de se contraporem aos outros blocos econômicos existentes. Tal fato aumentará o peso da participação desses países nas decisões mundiais, possibilitará o estabelecimento de projetos e políticas conjuntas de desenvolvimento sustentável e de exploração do grande potencial Amazônico e ajudará no combate das atividades ilícitas existentes e na solução dos problemas regionais.

Somente com a integração regional é que os países vencerão seus óbices internos e externos, superarão suas diferenças e, juntos, poderão enfrentar os interesses internacionais pela Amazônia.

Assim, nota-se que as peculiaridades e diversidades dos países que integram a Amazônia poderão causar indisposições entre os países, que podem se transformar em crises que aprofundam a instabilidade regional. Para se contrapor a tal insegurança, o Brasil necessita estar presente na região e buscar uma dissuasão de forma que estes problemas não afetem sua soberania e seus impactos no desenvolvimento da Amazônia sejam o menor possível.

11. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

11.1 GENERALIDADES

A pesquisa de campo foi realizada por meio de um questionário, que constou de uma primeira parte qualitativa⁷³, com quatro perguntas abertas e uma segunda parte quantitativa⁷⁴, com oito perguntas fechadas.

Inicialmente, será apresentada a pesquisa qualitativa, por intermédio da construção do Discurso do Sujeito Coletivo. Na sequência, a quantitativa.

Após cada apresentação dos dados coletados referente a uma questão, será descrita a sua análise.

11.2 ANÁLISE DA PRIMEIRA PARTE DA PESQUISA DE CAMPO

Coerentemente com a metodologia exposta no capítulo 2, será apresentada a análise da primeira parte da pesquisa de campo.

Para a construção do DSC utilizou-se o quadro da IAD 1, quadro-síntese das IC e quadro dos DSC. Cabe ressaltar, que, por ocasião da tabulação e, no caso específico deste trabalho, as idéias-centrais e as ancoragens estão destacadas, respectivamente, em itálico-sublinhado e em itálico.

Foram enviados 55 questionários para a população-alvo, dos quais 29 Organizações Militares responderam a pesquisa, sendo que desses últimos, 24 informantes responderam a 1ª parte da pesquisa, que corresponde ao DSC.

Questão número 1 - Atualmente existem diversos problemas e focos de tensões internas na Amazônia, como a pequena presença do Estado nas áreas de fronteira, o elevado número de garimpos e mineradoras ilegais, o desmatamento ilegal, o narcotráfico, o contrabando, as questões indígenas, o elevado número de ONG e a atuação de movimentos sociais (MST, MAB, outros). Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica?

Tabela 04 – IAD 1 referente à 1ª Questão

EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS	ANCORAGENS
7ª SubChefia do EME - <i>Esses problemas podem afetar as estratégias</i>	A região Amazônica necessita de um	A influência das tensões internas

⁷³ Pesquisa realizada quando se quer conhecer o pensamento de uma comunidade sobre um dado tema, deve responder a pergunta como.

⁷⁴ Pesquisa realizada de modo tradicional e habitual, decompondo o tema em questões com alternativas de respostas, deve responder a pergunta quanto.

<p><i>da Presença e da Dissuasão na região Amazônica pela disseminação da percepção de que <u>aquela região necessita de um maior aporte de recursos de defesa</u>. Portanto, tais problemas reforçam os argumentos favoráveis a ambas as estratégias.</i></p>	<p>maior aporte de recursos de defesa. A</p>	<p>nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>
<p>23ª Bda Inf SI – <u>A importância estratégica da região</u> de responsabilidade da Grande Unidade, no contexto nacional (Usina Termoelétrica, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Carajás, Serra Sul, Estrada de Ferro Carajás e ALPA, entre outras) <u>deveria contemplar nossas OMDS com maior número de recursos, pessoal e material,</u></p>	<p>A importância estratégica da região deveria ser contemplada com maior número de recursos, pessoal e material. A</p>	
<p>CMO - De uma maneira geral, todos os <u>problemas levantados, bem como, os focos de tensões internas dificultam a consecução da estratégia da presença, prejudicando desta forma o emprego da estratégia da dissuasão</u> na Região Amazônica</p>	<p>Dificuldade de consecução das Estratégias da Presença e da Dissuasão devido aos problemas internos. B</p>	<p>A influência das tensões internas nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>
<p>9ª RM – A Constituição Federal de 1988, juntamente com as Leis Complementares Nr 97 e 117, ampara a presença das FA em qualquer parte do território nacional, assim como existe lei específica que ampara a sua presença em terras indígenas e/ou de preservação ambiental. <u>Desta forma, a Estratégia da Presença, salvo melhor juízo, não sofrerá influencia direta dos problemas levantados. Quanto a Estratégia da Dissuasão, todos os problemas levantados poderão influenciar, positiva ou negativamente, de acordo, por exemplo, com o sucesso ou não das operações de GLO.</u> A imagem de “solucionador dos problemas” pode contribuir positivamente para a Dissuasão naquela região.</p>	<p>Os problemas levantados influem na Estratégia da Dissuasão e não influi na Presença.</p>	<p>A influência das tensões internas nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>
<p>13ª Bda Inf Mtz - A Estratégia da Presença trata-se de um vetor fundamental de apoio ao Estado Brasileiro na tarefa histórica de ocupar, integrar, proteger e desenvolver o</p>	<p>Utilização de recursos em ações subsidiárias, ao passo que deveriam ser utilizados na</p>	

<p>território brasileiro. <u>Os vários problemas citados na pergunta são de responsabilidade de órgãos governamentais</u> de áreas diversas da defesa. Entretanto, devido à pequena presença do Estado na região amazônica, <u>o Exército Brasileiro se vê obrigado a atuar, de forma mais intensa, em ações subsidiárias, o que acarreta na utilização de recursos que, a priori, deveriam ser empregados nas atividades-fim da Força. Esse fato traz reflexos negativos para a implementação, na sua totalidade, das Estratégias da Presença e da Dissuasão na região amazônica.</u></p>	<p>Defesa. A</p> <p>Os problemas levantados são de responsabilidades de outros Órgãos Governamentais. C</p>	
<p>CMS - <u>Os problemas levantados são conflitos de natureza diversa, cuja administração compete aos diversos órgãos ou agências civis do governo, nas sua três esferas (municipal, estadual e federal) ou do judiciário.</u> Não são problemas afetos aos militares. porém, a Lei Complementar 136 prescreve como ação subsidiária (de segunda importância) o emprego do Exército em situações especiais, quando aqueles órgãos civis estão impedidos de exercer as suas funções. Em áreas anecúmenas a presença do Exército, muitas vezes é a única manifestação do Estado na região. Nestes casos a estratégia da presença é muito importante.</p>	<p>Os problemas levantados são de responsabilidades de outros Órgãos Governamentais. C</p>	
<p>3ª DE - Sim. Com certeza, <u>os problemas e focos de tensões internas na Amazônia podem influir nas estratégias da presença e da dissuasão na região Amazônica.</u> Esses óbices, muitas vezes, motivam o emprego das unidades canalizando à tendência da localização da tropa, implantando PEF e OM. Direcionam o tipo de instrução a ser ministrado (GLO e defesa externa), já que cada ameaça corresponde a um tipo de emprego.</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>	<p>A influência das tensões internas nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>
<p>6ª Bda Inf Bld - Acredito que nas áreas mais críticas já existem OM do EB. Entretanto, nos locais mais afastados, a</p>	<p>A região Amazônica necessita de um maior aporte de</p>	<p>A influência das tensões internas nas Estratégias</p>

<p>Força deve marcar sua presença de maneira constante. Para isso deve <u>dispor de equipamentos e suprimentos suficientes que lhe permitam atuar nessas áreas, inclusive deslocando grandes efetivos para intervir</u> quando da ocorrência de problemas mais graves. Isso possibilitaria marcar a presença e contribuir para a dissuasão. Acredito, pela minha experiência na Amazônia, que a Força ainda não dispõe desses recursos em quantidade que permita tal mobilidade (viaturas, embarcações e aeronaves) e proporcione a efetiva presença, mesmo em locais afastados das sedes das OM.</p>	<p>recursos de defesa, tanto em material como em pessoal. A</p>	<p>da Presença e da Dissuasão. B</p>
<p>2ª Bda C Mec - Acredito que esses problemas podem trazer reflexos ou consequências para as citadas Estratégias. Os problemas trazem em seu bojo a necessidade de se aumentar a presença de tropas naquela região, bem como aperfeiçoar nossa Estratégia de Dissuasão. No entanto, cabe destacar que esses problemas podem também enfraquecer a presença da Força Terrestre naquele ambiente operacional, fruto de interesses políticos e internacionais. Por outro lado a atuação de movimentos sociais, a pequena presença do Estado nas áreas de fronteira e o desmatamento ilegal reforçam a idéia da Estratégia da Presença, com o objetivo de permitir a manutenção e garantia da lei e da ordem.</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>	<p>A influência das tensões internas nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>
<p>5ª Bda C Bld – Em relação <u>a Estratégia da Presença</u>, estes problemas levam a necessidade de uma política de incentivo à ocupação territorial e à economia da região, com o objetivo de aumentar a densidade demográfica e motivar a ida de brasileiros de outras regiões do País para a região Amazônica. Em relação <u>a Estratégia da Dissuasão</u>, a vertente preventiva reside em ações diplomáticas como instrumento de solução de conflitos, mas não sem a existência de FA capacitadas com credibilidade e apta a</p>	<p>Definição das Estratégias da Presença e da Dissuasão.</p>	

gerar um efeito dissuasório.		
CMSE - A expectativa é que esses fatores contribuam para <u>umentar a importância das estratégias na região.</u>	Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B	
2ª DE - <u>Os problemas e focos de tensões internos citados influenciam as Estratégias da Presença e Dissuasão, condicionando os planejamentos do Exército Brasileiro (EB) em todos os níveis.</u> No campo militar, o EB tem executado medidas que apontam para a elevada prioridade à Amazônia, como: transferência de GU e Unidades para a região; mobilização de PEF na Faixa de Fronteira; realização de operações de grande envergadura em ambiente de selva; entre outras. Saliente-se que a preocupação com a Amazônia não é somente uma questão militar, devendo ser contemplada como uma prioridade de Estado. Nesse sentido, há necessidade de constante acompanhamento dos programas e projetos governamentais, como o Programa Calha Norte e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).	Os problemas e focos de tensões internos citados influenciam as Estratégias da Presença e Dissuasão, condicionando os planejamentos do Exército Brasileiro em todos os níveis. B	
2ª RM – Estes problemas <u>podem influir nas estratégias da presença e da dissuasão.</u>	Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B	
11ª Bda Inf L – As estratégias de Presença e de Dissuasão, como políticas de Estado, têm que levar em conta toda <u>esta problemática regional.</u> Não se pode esquecer, como bem ressaltado pelo autor, que a pequena presença do Estado é um ponto crucial dos problemas lá encontrados, e isto <u>não será resolvido apenas pelas Forças Armadas.</u> Outro ponto que tem que ficar bem claro é o papel de polícia do Estado, para resolver problemas de polícia e o papel do Exército, para resolver problemas de soberania. Só	Os problemas levantados são de responsabilidades de outros Órgãos Governamentais. C	

<p>cabe atuar nestas áreas de polícia quando os órgãos que tem este papel (polícias federal, estaduais, órgãos de fiscalização - IBAMA, FUNAI, etc) não tiverem mais recursos para atuar e houver comprometimento da soberania.</p>		
<p>1ª Bda AAAe - No que tange aos campos do poder a região amazônica apresenta vazios de poder, principalmente no que se refere à presença do Estado. No entanto, no que se refere ao campo militar e ao campo econômico diversas ações estão sendo tomadas já há algum tempo por parte do governo com o objetivo de povoar e de gerar recursos com a preocupação em preservar o meio ambiente.</p>		
<p>1ª RM – Estes problemas <u>influem diretamente na Estratégia da Presença e da Dissuasão</u>, uma vez que a não presença do Estado naquela área, propicia o surgimento e a manutenção de atividades ilegais. Por meio da real implementação de tais Estratégias, estas atividades ilegais poderão ser combatidas.</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>	<p>As tensões internas influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>
<p>4ª RM - A disposição de nossas tropas na região amazônica (Presença), por si só, já serve como fator inibidor de tentativas de ações pelos atores que você citou nas perguntas 1 e 2 (Dissuasão). <u>A influência dessas tensões se dá, de maneira direta em ambas as estratégias</u>, na medida em que em razão de sua mobilidade e migração para diferentes pontos da região amazônica, bem como emprego de determinadas técnicas e meios materiais, obriga a Força Terrestre a se atualizar e também migrar para tal área, de modo a contrapor-se a tais focos de tensões garantindo nossa soberania, os poderes constitucionais, a lei e a ordem.</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>	<p>As tensões internas influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>
<p>4ª Bda Inf Mtz – Fruto, principalmente, da pequena participação do Estado e, em alguns casos, de sua total ausência, é previsível, à semelhança do que já ocorre, <u>uma expressiva participação da</u></p>	<p>Utilização de recursos em ações subsidiárias, ao passo que deveriam ser utilizados na</p>	

<p><u>estrutura militar nas ações subsidiárias na região Amazônica</u>, face à atuação de alguns dos atores já elencados neste questionamento.</p>	<p>Defesa. A</p>	
<p>CMP – <u>Estratégia da Presença</u>: necessidade de implantação do dispositivo, ações e mentalidades de proteção e segurança a fim de evitar o acontecido no caso “Traíra”, em fevereiro de 1991. <u>Estratégia da Dissuasão</u>: necessidades de medidas operativas, exercendo o poder de polícia, nos locais onde a tropa se fizer presente.</p>	<p>Definição das Estratégias da Presença e da Dissuasão.</p>	
<p>11ª RM - Os problemas apresentados, na minha concepção, trazem à tona haver a necessidade de uma maior presença do Exército Brasileiro na Amazônia, visto que os efetivos atuais não parecem estar adequados às demandas daquela região estratégica. Assim sendo, <u>os problemas influirão sobremaneira</u>, fazendo com que o Governo Federal determine o aumento de tropas na citada área ao longo dos anos.</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. B</p>	
<p>Bda Op Esp – Estes problemas denotam a incapacidade do Estado brasileiro de formular, coordenar e implementar políticas públicas (incluindo política de segurança e defesa) eficazes destinados a promover o desenvolver sócio-ambiental sustentável da Amazônia Legal.</p>		
<p>CMNE – O principal óbice apresentado refere-se aos deslocamentos que se fazem necessários para a realização de exercícios, operações e patrulhamentos especialmente no contexto da Estratégia da Dissuasão.</p>		
<p>7ª Bda Inf Mtz - Inicialmente, cabe destacar que as Estratégias da Presença e da Dissuasão estão voltadas, principalmente, para o campo externo. No que diz respeito à Estratégia da Presença, o problema da pequena presença do Estado nas áreas de fronteira será reduzido a partir do <u>momento em que instituições se fizerem mais atuantes nessas regiões</u>.</p>	<p>Os problemas levantados são de responsabilidades de outros Órgãos Governamentais. C</p>	

Quanto à Dissuasão, o quadro atual mostra que a ação governamental tem sido insuficiente na Amazônia.		
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: o autor.

Segue o quadro-síntese das idéias centrais:

Tabela 05 – Quadro-síntese referente à 1ª Questão

IC	Conteúdo
A	A região Amazônica necessita de um maior aporte de recursos de defesa.
B	Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão.
C	Os problemas levantados são de responsabilidades de outros Órgãos Governamentais.

Fonte: o autor.

Serão apresentados os discursos do sujeito coletivo das idéias centrais relativas à questão número 1.

Tabela 06 – DSC referente à 1ª Questão

IC "A"	A região Amazônica necessita de um maior aporte de recursos de defesa.
DSC	<p>Os problemas levantados que afetam a região Amazônica disseminam a percepção da necessidade de um maior aporte de recursos de defesa, aspecto este favorável às Estratégias da Presença e da Dissuasão.</p> <p>A importância estratégica da região Amazônica, no contexto nacional, evidencia a necessidade de se contemplar as OM com maior número de recursos, pessoal e material.</p> <p>A utilização de recursos do Exército Brasileiro em ações subsidiárias, devido à pequena presença de órgãos governamentais na região, e que deveriam ser utilizados nas atividades-fim, traz reflexos negativos para a implementação, na sua totalidade, das Estratégias da Presença e da Dissuasão.</p> <p>O EB deve marcar sua presença, de forma mais constante, nos locais mais distantes, pois nas áreas mais críticas já existe a presença de OM. Para tal é necessário dispor de equipamentos e suprimentos suficientes que lhe permitam atuar nestas áreas, inclusive com deslocamentos de grandes efetivos, o que possibilitaria marcar a presença e contribuir para a dissuasão.</p> <p>A pequena participação do Estado na região Amazônica, em alguns casos sua total ausência, ocasiona uma expressiva participação da estrutura militar em ações subsidiárias.</p>
IC "B"	Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão.
DSC	<p>Os focos de tensões internas dificultam a consecução da Estratégia da Presença, prejudicando desta forma o emprego da Estratégia da Dissuasão.</p> <p>Os problemas e focos de tensões internos citados influenciam as Estratégias da Presença e Dissuasão, condicionando os planejamentos do EB em todos os níveis. Tais planejamentos apontam para a elevada</p>

	<p>priorização da Amazônia, inclusive com a realização de diversas ações estratégicas pela Instituição. Eles reforçam a necessidade de se aumentar a presença de tropas na região, com a implantação de PEF e OM, canalizam sua localização e direcionam o tipo de instrução a ser ministrado, como GLO e defesa externa.</p> <p>A influência dessas tensões se dá de maneira direta, pois ocorrem em diferentes pontos da região Amazônica, bem como empregam determinadas técnicas e meios materiais. Estas circunstâncias obrigam a atualização da Força Terrestre bem como o deslocamento para determinada área, de modo a contrapor-se a tais focos de tensões garantindo nossa soberania, os poderes constitucionais, a lei e a ordem.</p> <p>A falta da presença do Estado na área propicia o surgimento e a manutenção de atividades ilegais. Por meio da real implementação de tais estratégias, estas atividades ilegais poderão ser combatidas.</p> <p>Os efetivos atuais não parecem estar adequados às demandas daquela região estratégica. Assim sendo, os problemas influirão sobremaneira, fazendo com que o Governo Federal determine o aumento de tropas ao longo dos anos na área Amazônica.</p>
IC "C"	Os problemas levantados são de responsabilidades de outros Órgãos Governamentais.
DSC	Os problemas levantados são conflitos de diversas naturezas e decorrem da pequena presença do Estado na região. Sua administração compete aos diversos órgãos ou agências civis do governo, nas suas três esferas (municipal, estadual e federal) ou do judiciário. O emprego do Exército ocorre em situações especiais, quando os órgãos civis estão impedidos de exercer as suas funções. As Forças Armadas só cabem atuar como polícia quando os órgãos que tem este papel (polícias federal, estaduais, órgãos de fiscalização - IBAMA, FUNAI, etc) não tiverem mais recursos para atuar e houver comprometimento da soberania.

Fonte: o autor.

Da análise da pesquisa realizada, segundo os sujeitos dos DSC, pode-se inferir que a região Amazônica necessita, dentro do contexto nacional e dos Comandos Militares de Área, de um maior aporte de recursos de defesa. Desta forma, as OM do CMA seriam reforçadas com recursos, material e pessoal e, conseqüentemente, dotadas de equipamentos e suprimentos para atuarem, de forma mais constante, nas áreas mais afastadas e onde não existem OM. Todos estes fatos favorecerão as estratégias da Presença e da Dissuasão.

Verifica-se também, que o emprego do EB em ações subsidiárias, devido à pequena participação do Estado, faz com que recursos que deveriam ser utilizados na atividade-fim, são gastos neste tipo de ação, o que é desfavorável e pode prejudicar, segundo os sujeitos, a dissuasão.

Os diversos problemas e focos de tensões internas na Amazônia, como a pequena presença do Estado nas áreas de fronteira, o elevado número de garimpos

e mineradoras ilegais, o desmatamento ilegal, o narcotráfico, o contrabando, as questões indígenas, o elevado número de ONG e a atuação de movimentos sociais dificultam a consecução da Estratégia da Presença, prejudicando desta forma o emprego da Estratégia da Dissuasão. Esta influência direta foi comprovada pela pesquisa, acrescentando que tais fatos condicionam os planejamentos do EB, com previsão de realização de ações estratégicas nesta região, que é prioritária.

Constatou-se que os problemas levantados são de responsabilidade de outros órgãos governamentais e que, devido à pequena presença do Estado na Amazônia, o EB assume o papel e função destes órgãos, o que pode prejudicar o desenvolvimento de sua atividade-fim, influenciando nas estratégias.

Questão número 2 - Atualmente existem diversos problemas e possíveis focos de tensões externas (em países vizinhos), na Amazônia, como a indefinições de fronteiras e instabilidade política em países sul-americanos, narcoguerrilha e outros. Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

Tabela 07 – IAD 1 referente à 2ª Questão

EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS	ANCORAGENS
7ª SubChefia do EME - De maneira similar ao impacto dos problemas listados no item anterior, esses problemas podem afetar as estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica pela disseminação da percepção de que <u>aquela região necessita de um maior aporte de recursos de defesa</u> . Portanto, tais <u>problemas reforçam os argumentos favoráveis a ambas as estratégias</u> . A emboscada feita pelo Sendero Luminoso a uma patrulha do Exército Peruano, em 04 Jun 11, dão maior visibilidade a essa percepção.	A região Amazônica necessita de um maior aporte de recursos de defesa. D	Os problemas listados reforçam os argumentos favoráveis às estratégias da Presença e da Dissuasão. E
23ª Bda Inf SI – Sim. A 23ª Bda Inf SI é a reserva estratégica da Amazônia, por isso, em qualquer hipótese de conflito na faixa de fronteira da região ela será empregada dentro da reação imediata, conforme o SIPLEx.	--	--
CMO - Da mesma forma que os problemas internos, os problemas levantados e os focos de tensões externas <u>dificultam a consecução da</u>	Dificultam a consecução da estratégia da presença,	

<p><u>estratégia da presença, prejudicando o emprego da Estratégia da Dissuasão</u> na Região Amazônica.</p>	<p>prejudicando desta forma o emprego da estratégia da dissuasão. E</p>	
<p>9ª RM – Mantendo o atual “status quo”, ou seja, a normalidade, estes <u>problemas levantados não comprometem as Estratégias da Presença e da Dissuasão. Só influenciarão estas Estratégias caso eles ameacem a soberania e a segurança nacionais.</u> Tal ameaça provavelmente será localizada em uma área determinada e terá duração no tempo delimitada. Esta interferência na Estratégia da Dissuasão, caso ocorra, poderá torná-la menos eficaz.</p>	<p>Os problemas levantados não comprometem as Estratégias da Presença e da Dissuasão. Só influenciarão estas Estratégias caso eles ameacem a soberania e a segurança nacionais. F</p>	
<p>13ª Bda Inf Mtz - Os diversos problemas e possíveis focos de tensões externas na Amazônia confirmam a <u>necessidade de ações que proporcionem o incremento do poder militar naquela região, contribuindo, significativamente, com as estratégias em tela.</u></p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>
<p>CMS - A presença na Amazônia obedece a um dispositivo de expectativa, com uma linha avançada de vigilância de pelotões, batalhões e brigadas mais a retaguarda. Estas ocupam pontos estratégicos, normalmente obedecendo ao determinismo hidrográfico da Região. <u>Como os problemas são difusos, mais importante é a capacidade de presença seletiva (capacidade de estar presente onde for necessário),</u> que é facilitada por este dispositivo inicial de expectativa.</p>	<p>Como os problemas são difusos, mais importante é a capacidade de presença seletiva (capacidade de estar presente onde for necessário). G</p>	
<p>3ª DE - <u>As localizações futuras dos pelotões de fuzileiros destacados e dos PEF estão ligados às possíveis ameaças à integridade territorial brasileira,</u> por meio de narcotraficantes e civis, quando da realização do tráfico de drogas.</p>	<p>Os problemas levantados influem na Estratégia da Presença. E</p>	
<p>6ª Bda Inf Bld - Essa resposta tem ligação com a anterior. No caso da narcoguerrilha, essa é dissuadida pelo</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da</p>	

<p>aparato descrito anteriormente. Com relação aos países vizinhos, creio que os problemas entre eles não se constituem em ameaças à nossa soberania. De qualquer maneira, <u>forças ponderáveis, dotadas da mobilidade já citada,</u> contribuem para a dissuasão, em uma improvável crise.</p>	<p>Presença e da Dissuasão. E</p>	
<p>2ª Bda C Mec - Da mesma forma, problemas dessa ordem podem trazer instabilidade regional, afetando os países limítrofes. <u>Desta forma, cresce de importância o aperfeiçoamento das Estratégias da Presença e Dissuasão no ambiente Amazônico,</u> o que vai ao encontro da atual Estratégia Nacional de Defesa, com seus diversos Planos, Programas e Projetos, dos quais se destacam os programas Amazônia Protegida, Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro.</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>
<p>5ª Bda C Bld – Estes problemas aumentam o nível de preocupação e tensão já existentes e comuns na região. Não é raro a entrada em território brasileiro, através da selva Amazônia de estrangeiros envolvidos em ilícitos no seu no país. <u>Tal fato influencia nas Estratégias da Presença e da Dissuasão uma vez que a presença do Estado não é suficiente e a Dissuasão nesta situação é mínima.</u></p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>
<p>CMSE - Assim como os fatores internos apontados na primeira pergunta, estes fatores externos <u>também devem contribuir para aumentar a importância das estratégias na região.</u></p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>
<p>2ª DE - Os problemas e focos de tensões externos citados reforçam a necessidade de se defender e proteger a Amazônia. Não se deve perder de vista o interesse internacional pela região, na medida em que segmentos da mídia, algumas ONG e até mesmo representantes de potências internacionais têm procurado mobilizar a opinião pública mundial em favor da causa da internacionalização da</p>	<p>Medidas voltadas para fortalecer a cooperação multilateral entre os países-membros da OTCA, inclusive na área militar, são fundamentais para contrapor eventuais ameaças. H</p>	

<p>Amazônia. Assim, <u>medidas voltadas para fortalecer a cooperação multilateral entre os países-membros da OTCA</u> (Colômbia, Bolívia, Brasil, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), <u>inclusive na área militar, são fundamentais para contrapor eventuais ameaças.</u></p>		
<p>2ª RM – Sim, estes problemas podem <u>influir nas estratégias</u> da presença e da dissuasão.</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>
<p>11ª Bda Inf L – Cada possível foco de tensão tem que ser avaliado por sua extensão e probabilidade, para integrar as Hipóteses de Emprego daquele Comando Militar de Área. Não é cabível não haver planejamentos para atuar contra possíveis ameaças a nossa soberania (mesmo que sejam pouco prováveis). Neste contexto, instabilidades institucionais, onde vemos um recrudescimento da democracia em proveito de grupos políticos que tentam se perpetuar no poder, são fatores a serem considerados na elaboração de nossas Hipóteses de Emprego.</p>		
<p>1ª Bda AAAe - Uma série de problemas nas fronteiras brasileiras, principalmente no que se refere à disputa em outros países por terras, tráfico, minerais e outras podem ocasionar um problema ao Brasil, que tem sido contornado com a ação diplomática da política externa.</p> <p>As ações do Ministério da Defesa a estratégia da presença vem sendo alcançada pelo crescimento regional e ao mesmo tempo com a preservação do meio ambiente da região amazônica.</p> <p>Já a estratégia da dissuasão está sendo buscada por meio da Estratégia Nacional de Defesa e das diversas ações empreendidas pelas Forças Armadas no que se refere ao melhoramento dos sistemas vigentes focados em três eixos: o cibernético, o nuclear e o espacial.</p>		
<p>1ª RM – A Presença do Estado naquela</p>	<p>Os problemas</p>	

<p>região se faz importante no contexto da política externa. <u>Problemas em país vizinhos poderá ocasionar tensões na região Amazônica</u> com reflexos para o País.</p>	<p>levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>	
<p>4ª RM - A disposição de nossas tropas na região amazônica (Presença), por si só, já serve como fator inibidor de tentativas de ações pelos atores que você citou nas perguntas 1 e 2 (Dissuasão). Numa análise mais aprofundada, veremos que a definição do atual dispositivo leva em consideração tais focos de tensão. <u>A influência dessas tensões se dá, de maneira direta em ambas as estratégias</u>, na medida em que em razão de sua mobilidade e migração para diferentes pontos da região amazônica, bem como emprego de determinadas técnicas e meios materiais, obriga a Força Terrestre a se atualizar e também migrar para tal área, de modo a contrapor-se a tais focos de tensões garantindo nossa soberania, os poderes constitucionais, a lei e a ordem.</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E</p>	
<p>4ª Bda Inf Mtz – É possível que estes focos de tensões <u>exercam influência no posicionamento das forças</u>, o que ocorrerá considerando a necessidade de se contrapor às possíveis ameaças. Acredita-se que <u>essas ameaças não têm potencial para comprometer a Estratégia da Dissuasão</u>, considerando o poder de combate atualmente existente na Amazônia e, muito menos, se considerarmos os recursos adicionais contemplados com a Estratégia Braço Forte.</p>	<p>Os problemas influem na Estratégia da Presença e não na Estratégia da Dissuasão.</p>	
<p>CMP – Aumento da presença militar no sentido de patrulhamento e demarcação de fronteiras, necessidade de constituir a presença de representação de todos os poderes do Estado em cada local onde for empregada a estratégia.</p>	<p>O problemas levantados são de responsabilidades de todos Órgãos Governamentais, não só militar. I</p>	
<p>11ª RM - À semelhança da questão anterior, os problemas apresentados deverão conduzir o Governo Federal a</p>	<p>Os problemas levantados influem nas Estratégias da</p>	

determinar <u>o aumento do efetivo do Exército Brasileiro, em anos vindouros, na Amazônia</u> , particularmente na faixa de fronteira.	Presença e da Dissuasão. E	
Bda Op Esp – os problemas regionais, em sua maioria, tem o caráter transnacional, agravados, em uma região, onde as fronteiras étnicas transcendem as fronteiras políticas. Assim sendo, <u>os problemas sumariamente citados na questão 2 interagem e potencializam os problemas apresentados no item 1.</u>	Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E	
CMNE – Os exercícios e operações desenvolvidos nas fronteiras, em qualquer nível, estão sujeitos a contatos com elementos envolvidos em atividades de guerrilha ou narcotráfico, podendo gerar atritos que venham a inviabilizar atividade militar ou até mesmo gerar baixas nas tropas do EB, particularmente por ocasião do patrulhamento das fronteiras pelos PEF, podendo se deparar com elementos guerrilheiros estrangeiros ou não homiziados em nosso território.		
7ª Bda Inf Mtz - Mantendo <u>as duas estratégias em alta prioridade</u> . Atualização constante das hipóteses de emprego.	Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E	Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão. E

Fonte: o autor.

Segue o quadro-síntese das idéias centrais:

Tabela 08 – Quadro-síntese referente à 2ª Questão

IC	Conteúdo
D	A região Amazônica necessita de um maior aporte de recursos de defesa.
E	Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão.
F	Os problemas levantados não comprometem as Estratégias da Presença e da Dissuasão. Só influenciarão nestas Estratégias caso eles ameacem a soberania e a segurança nacionais.
G	Como os problemas são difusos, mais importante é a capacidade de presença seletiva (capacidade de estar presente onde for necessário).
H	Medidas voltadas para fortalecer a cooperação multilateral entre os países-membros da OTCA, inclusive na área militar, são fundamentais para contrapor eventuais ameaças.

I	O problemas levantados são de responsabilidades de todos Órgãos Governamentais, não só militar.
---	-------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: o autor.

Serão apresentados os discursos do sujeito coletivo das idéias centrais relativas à questão número 2.

Tabela 09 – DSC referente à 2ª Questão

IC “D”	A região Amazônica necessita de um maior aporte de recursos de defesa.
DSC	Os problemas levantados que afetam a região Amazônica disseminam a percepção da necessidade de um maior aporte de recursos de defesa, aspecto este favorável às Estratégias da Presença e da Dissuasão.
IC “E”	Os problemas levantados influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão.
DSC	<p>Os focos de tensões externas dificultam a consecução da Estratégia da Presença, prejudicando desta forma o emprego da Estratégia da Dissuasão. Assim, eles afetam de maneira direta essas estratégias, ou seja, tanto influem como contribuem para o aumento de sua importância e aperfeiçoamento.</p> <p>Os diversos problemas e possíveis focos de tensões externas na Amazônia têm caráter transnacional - onde as fronteiras étnicas transcendem as fronteiras políticas e pode trazer instabilidade regional, o que reflete nos países limítrofes, aí incluído o Brasil, aumentando o nível de preocupação comum existente na região. Tais fatos confirmam a necessidade de ações que proporcionem o incremento do poder militar na região, como a instalação de PEF (Estratégia da Presença), que está ligada às ameaças à integridade territorial brasileira.</p> <p>No caso da narcoguerrilha, o EB deve marcar sua presença nos locais mais distantes, pois nas áreas mais críticas já existe a presença de OM do EB. Para tal é necessário dispor de equipamentos e suprimentos suficientes que lhe permitam atuar nestas áreas, inclusive com deslocamentos de grandes efetivos (este é o aparato descrito na pergunta anterior pelo mesmo sujeito do discurso coletivo). Com relação aos países vizinhos, os problemas não constituem em ameaças à soberania. Em uma improvável crise, forças ponderáveis dotadas de mobilidade, contribuem para a dissuasão.</p> <p>A disposição de tropas na região Amazônica serve como fator inibidor de tentativas de ações pelos atores citados na pergunta. Em virtude da alta prioridade que é dada às duas estratégias e a região, esses problemas conduziram o governo federal a aumentar o efetivo do EB em anos vindouros na Amazônia.</p>
IC “F”	Os problemas levantados não comprometem as Estratégias da Presença e da Dissuasão. Só influenciarão nestas Estratégias caso eles ameacem a soberania e a segurança nacionais.
DSC	Os problemas levantados só influenciarão as Estratégias da Presença e da Dissuasão se ameaçar a soberania e a segurança nacionais, o que será em uma área determinada e por tempo delimitado.
IC “G”	Como os problemas são difusos, o mais importante é a capacidade de presença seletiva (capacidade de estar presente onde for necessário).

DSC	A capacidade de presença seletiva – estar presente onde for necessário por meio de mobilidade – é mais importante e, ao mesmo tempo, facilita pelo dispositivo de expectativa das OM (PEF, Batalhões e Brigadas) da região Amazônica.
IC “H”	Medidas voltadas para fortalecer a cooperação multilateral entre os países-membros da OTCA, inclusive na área militar, são fundamentais para contrapor eventuais ameaças.
DSC	Os problemas e focos de tensões externos citados reforçam a necessidade de se defender e proteger a Amazônia. Contudo, o interesse internacional pela região leva aos países-membros do OTCA a fortalecer a cooperação multilateral entre eles, inclusive na área militar.
IC “I”	Os problemas levantados são de responsabilidades de todos Órgãos Governamentais, não só militar.
DSC	Os problemas levantados conduzem a necessidade de constituir a representação de todos os poderes do Estado em cada local onde for empregada a estratégia.

Fonte: o autor.

Conforme visto nos DSC, verifica-se que os problemas de natureza externa também condicionam e influem a execução das Estratégias da Presença e da Dissuasão.

Inicialmente, essas tensões confirmam a necessidade de um maior aporte de recursos de defesa nas OM da Amazônia, pois, na maioria das vezes, elas vão além das fronteiras políticas, englobando áreas de mais de um país. Podem provocar uma instabilidade regional, com reflexos nestes países limítrofes. A ocorrência desta instabilidade pode ser minimizada pela cooperação multilateral entre os países membros do OTCA, inclusive na área militar.

Constatou-se que, pela grandiosidade da região não é possível estar presente com efetivos militares em todos os locais, cresce de importância a mobilidade estratégica e, assim, o EB ter condições de estar presente onde se fizer necessário.

Há sujeitos do DSC que destacam que os problemas externos somente irão interferir nas estratégias se comprometerem a soberania e a segurança nacional, mesmo assim, seria por tempo e local determinados.

Por fim, foi visto que esses problemas são de responsabilidade de todos os órgãos do governo, constatando o a necessidade destes se fazerem presentes em diferentes locais da Amazônia.

Questão número 3 - O Programa Mobilidade Estratégica, decorrente da Estratégia Braço Forte, destina-se a atender às necessidades correntes para reposição e complemento dos Quadros de Dotação de Material e dos Quadros de

Dotação de Material Previsto. O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

Tabela 10 – IAD 1 referente à 3ª Questão

EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS	ANCORAGENS
7ª SubChefia do EME - Sim. <u>Qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater (e este Programa é um exemplo disso),coopera para a Dissuasão.</u>	Qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater coopera para a Dissuasão. J	A importância do Programa Mobilidade Estratégica K
23ª Bda Inf SI – <u>A reposição e repletamento do QDM e do QDMP contribuem para o aumento da operacionalidade de nossa tropa,</u> influenciando de maneira positiva para o referido programa.	O repletamento contribui para o aumento da operacionalidade da tropa e assim coopera com a Dissuasão. L	
CMO – Sim. O fato de existir um programa voltado para a mobilidade estratégica na Região Amazônica demonstra a importância que é dada ao tema Defesa da Área. Pelo simples fato de se <u>levantar os óbices e buscar soluções para os diversos problemas encontrados</u> <u>contribui-se favoravelmente para o crescimento e desenvolvimento da Estratégia da Dissuasão na Amazônia.</u>	Iniciativas que melhorem a capacidade da Força para combater cooperam para a Dissuasão. J	
9ª RM – <u>Este programa contribuirá para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia somente se o material previsto (QDM e QDMP) destinado às OM</u> (principalmente as localizadas na faixa de fronteira) <u>chegarem ao destino para o que o adestramento da tropa possa ser realizado já com esta disponibilidade.</u> Cabe lembrar que, para a dissuasão, há a necessidade de existência de tropa capaz de contrapor a ameaça na mais curto prazo.	A reposição e o repletamento dos QDM e QDMP cooperam com a Dissuasão. L	A importância do Programa Mobilidade Estratégica. K
13ª Bda Inf Mtz - Sim, contribui. <u>A reposição e o repletamento dos QDM e QDMP aumentam o poder relativo de combate</u> das tropas brasileiras, o que certamente coopera com a Estratégia da Dissuasão.	A reposição e o repletamento dos QDM e QDMP aumentam o PRC e coopera com a Dissuasão.	

	L.	
CMS - Sim. A medida que os <u>sistemas operacionais são completados e os MEM são repostos</u> , aumenta a capacidade dissuasória.	A reposição e o completamento dos QDM e QDMP cooperam com a Dissuasão. L	
3ª DE - Sim. <u>As modificações do QDM e QDMP trarão mais modernidade e flexibilidade</u> para o combate às ameaças externas à Amazônia.	As modificações do QDM e QDMP cooperam com a Dissuasão. L	
6ª Bda Inf Bld - Considero que sim. Acredito ser esta a direção a ser seguida para marcar a presença nas áreas mais remotas da Amazônia. As dimensões da região impedem sua ocupação como um todo. Assim, <u>dotar as OM de mobilidade para se fazer presente no local e momento desejado</u> , além de se constituir em uma forma mais eficaz de atuação, tendo em vista o fator surpresa, provavelmente, é mais econômica que a implantação de grande quantidade de novas OM.	Dotar as OM de mobilidade para se fazer presente no local e momento desejado. M	
2ª Bda C Mec - Sim. <u>O Programa visa dotar o Exército com equipamentos, armamentos, meios de transporte e suprimentos, em quantidade compatível com a demanda e com o nível de modernização</u> que proporcionem à Força Terrestre um adequado poder de dissuasão.	A reposição e o completamento dos QDM e QDMP cooperam com a Dissuasão. L	
5ª Bda C Bld – Sim. Acredito que este programa contribua para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia graças ao seu caráter emergencial dentro do Macroprojeto Emergencial-2014.		
CMSE - Sim. Contribuirá para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia na medida que, à vista das demais nações, dará melhores condições de execução da concepção estratégica de emprego do Exército, por meio da caracterização dos conceitos da <u>resposta imediata, reação ampliada e superioridade decisiva</u> .	O Programa concorrerá para a execução da resposta imediata, reação ampliada e superioridade decisiva. N	
2ª DE - Sim, <u>a reposição e completamento de QDM e QDMP visam aumentar o poder de combate das</u>	A reposição e o completamento dos QDM e QDMP	

<p><u>Unidades operacionais.</u> Nesse sentido, a Estratégia de Dissuasão pressupõe a “manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revide que representam.”</p>	<p>visam aumentar o poder de combate das OM e cooperam com a Dissuasão. L</p>	
<p>2ª RM – Contribui, porque permite <u>modificar favoravelmente o PRC</u> nos locais em que se for necessário.</p>	<p>Aumentam o PRC e coopera com a Dissuasão. L</p>	
<p>11ª Bda Inf L – É lógico que todo programa com o objetivo de rearmar as forças armadas tem um forte componente dissuasório, particularmente no quesito propaganda, e neste viés atende alguns quesitos da nossa estratégia. Entretanto, isso por si só não garante a sua implementação, nem resolve os problemas estruturais que possuímos em nossas OM na Amazônia. Como parte de um projeto maior, é um bom começo, inclusive por seu fator motivador para a tropa que lá se encontra.</p>		
<p>1ª Bda AAAe - Além dos planejamentos constantes dos meios necessários ao completamento dos sistemas operacionais das Brigadas; o aumento da mobilidade tática e estratégica da Força Terrestre sobretudo das forças de ação rápida e das forças estacionadas na região amazônica, os denominados “núcleos de modernidade”. A nova família de blindados, os mísseis, os radares antiaéreos, a produção de munição e o armamento, equipamento individual respaldam a estratégia da presença e da dissuasão.</p> <p>Desta forma, o programa Mobilidade Estratégica que é decorrente da Estratégia Braço Forte, em que pese os custos e os projetos planejados pela força, <u>sem dúvida contribuem para a dissuasão na Amazônia.</u></p> <p>Os estudos de Estado-Maior concernentes à logística para a região em relação às classes de suprimento são fundamentais para o programa.</p>	<p>A reposição e o completamento dos meios necessários para atuação da Força cooperam com a Dissuasão. L</p>	<p>A importância do Programa Mobilidade Estratégica. K</p>

<p>1ª RM – Se este programa estiver voltado <u>para o completamento das Grandes Unidades existentes na Amazônia, contribui sim para a Estratégia da Dissuasão, uma vez que o incremento de MEM</u> naquelas GU fortalecerá a força terrestre na área e contribuirá para a defesa nacional.</p>	<p>O completamento dos MEM das Grandes Unidades na Amazônia coopera com a Dissuasão. L</p>	
<p>4ª RM - Esse programa, como é do seu conhecimento, visa <u>dotar o Exército com equipamentos, armamentos, meios de transporte e suprimentos, em quantidade compatível com a demanda e com nível de modernização que proporcionem à Força Terrestre</u> um adequado poder de dissuasão. Tal poder, sem dúvida alguma, foi elaborado de modo a contemplar e colaborar positivamente para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia, contribuição essa evidenciada por características de eficiência operacional, mobilidade para projeção de força, interna e externamente, flexibilidade, modularidade e interoperabilidade.</p>	<p>A dotação do Exército com equipamentos, armamentos e meios militares coopera com a Dissuasão. L</p>	
<p>4ª Bda Inf Mtz – Com certeza contribui, na medida que o <u>completamento das dotações previstas nas QDM das OM da Amazônia concorre para o aumento do poder de combate</u> da F Ter na região.</p>	<p>O completamento dos QDM e QDMP aumenta o poder de combate e coopera com a Dissuasão. L</p>	
<p>CMP – Sim, a medida que contribui para a formação e capacitação dos efetivos para que possam ser empregados na área.</p>	<p>A dotação dos meios contribui para a capacitação dos efetivos. O</p>	
<p>11ª RM - Sim. Na medida em que são <u>adquiridos novos materiais de emprego militar, aumenta-se a projeção do Brasil</u> frente particularmente aos seus vizinhos. Por conseguinte, o poder dissuasório é potencializado. Destaca-se que por ser o CMA prioridade dentro do Exército, a alocação de meios para aquele Grande Comando deve levar possíveis forças adversas a repensarem suas ações em território brasileiro.</p>	<p>A dotação dos meios contribui para a projeção internacional do Brasil. P</p>	
<p>Bda Op Esp – Em uma região tão vasta</p>		

<p>como a Amazônia Legal, carente de infraestrutura, sobretudo, na Amazônia Ocidental e considerando as limitações em meios das forças armadas, a Mobilidade Estratégica torna-se, necessariamente, um requisito básico para a defesa da Amazônia Legal. Entretanto não possui conhecimento acerca do Programa Mobilidade Estratégica e, portanto, me reservo o direito de não tecer maiores comentários.</p>		
<p>CMNE – Sim. A mobilidade estratégica, traço marcante das diretrizes da END, vem a preencher a lacuna existente causada pela falta de meios na ocupação da Amazônia que, embora seja prioridade no âmbito do EB, carece de maior efetivo para mobiliar as fronteiras da região. Desta forma, a previsão de emprego de OM FAR na região Amazônia dá força e amplia o espectro de operacionalidade na defesa da Amazônica que passa a contar com as melhores tropas operacionais do EB atuando em seu território.</p>		
<p>7ª Bda Inf Mtz - Sim. <u>Aumentando a operacionalidade das tropas</u> situadas na região amazônica.</p>	<p>Qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater coopera para a Dissuasão.</p> <p style="text-align: center;">J</p>	

Fonte: o autor.

Segue o quadro-síntese das idéias centrais:

Tabela 11 – Quadro-síntese referente à 3ª Questão

IC	Conteúdo
J	Qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater coopera para a Dissuasão.
L	A reposição e o completamento dos QDM e QDMP aumentam o poder de combate da OM e, assim, coopera com a Dissuasão.
M	Dotar as OM de mobilidade para se fazer presente no local e momento desejado.
N	O Programa concorrerá para a execução da resposta imediata, reação ampliada e superioridade decisiva.
O	A dotação dos meios contribui para a capacitação dos efetivos.
P	A dotação dos meios contribui para a projeção internacional do Brasil.

Fonte: o autor.

Serão apresentados os discursos do sujeito coletivo das idéias centrais relativas à questão número 3.

Tabela 12 – DSC referente à 3ª Questão

IC “J”	Qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater coopera para a Dissuasão.
DSC	<p>Sim, pois qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater (e este Programa é um exemplo disso) coopera para a Dissuasão.</p> <p>O fato de existir um programa voltado para a mobilidade estratégica na Região Amazônica demonstra a importância que é dada ao tema Defesa da Área. Pelo simples fato de se levantar os óbices e buscar soluções para os diversos problemas encontrados contribui favoravelmente para o crescimento e desenvolvimento da Estratégia da Dissuasão na Amazônia.</p> <p>O programa aumenta a operacionalidade das tropas da região e, assim, a dissuasão.</p>
IC “L”	A reposição e o completamento dos QDM e QDMP aumentam o poder de combate da OM e, assim, coopera com a Dissuasão.
DSC	<p>Sim, a reposição e recompletamento do QDM e do QDMP contribuem para o aumento da operacionalidade de nossa tropa e para o aumento do poder de combate, influenciando de maneira positiva para a dissuasão. Essas modificações trarão mais modernidade e flexibilidade para o combate às ameaças externas à Amazônia.</p> <p>Contudo, este programa contribuirá para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia somente se o material previsto (QDM e QDMP) destinado às OM (principalmente as localizadas na faixa de fronteira) chegarem ao destino para o que o adestramento da tropa possa ser realizado já com esta disponibilidade.</p> <p>Dotar o Exército com equipamentos, armamentos, meios de transporte e suprimentos, em quantidade compatível com a demanda e com o nível de modernização que proporcionem à Força Terrestre um adequado poder de dissuasão.</p> <p>Além dos planejamentos constantes dos meios necessários ao completamento dos sistemas operacionais das Brigadas, o aumento da mobilidade tática e estratégica da Força Terrestre, sobretudo das forças de ação rápida e das forças estacionadas na região amazônica, os denominados “núcleos de modernidade”. A nova família de blindados, os mísseis, os radares antiaéreos, a produção de munição e o armamento, equipamento individual respaldam as Estratégias da Presença e da Dissuasão.</p> <p>Desta forma, o programa Mobilidade Estratégica que é decorrente da Estratégia Braço Forte, em que pese os custos e os projetos planejados pela força, sem dúvida contribui para a dissuasão na Amazônia.</p> <p>Cabe ressaltar, que os estudos de Estado-Maior concernentes à logística para a região em relação às classes de suprimento são fundamentais para o programa.</p> <p>Na medida que os sistemas operacionais são completados e os MEM são repostos, aumenta a capacidade dissuasória.</p>

IC "M"	Dotar as OM de mobilidade para se fazer presente no local e momento desejado.
DSC	Sim. As dimensões da região impedem sua ocupação como um todo. Assim, dotar as OM de mobilidade para se fazer presente no local e momento desejado, além de se constituir em uma forma mais eficaz de atuação, tendo em vista o fator surpresa, provavelmente, é mais econômica que a implantação de grande quantidade de novas OM.
IC "N"	O Programa concorrerá para a execução da resposta imediata, reação ampliada e superioridade decisiva.
DSC	Sim. Na medida que dará melhores condições de execução da concepção estratégica de emprego do Exército, por meio da caracterização dos conceitos da resposta imediata, reação ampliada e superioridade decisiva.
IC "Ó"	A dotação dos meios contribui para a capacitação dos efetivos.
DSC	Sim. Na medida que contribui para a formação e capacitação dos efetivos para que possam ser empregados na área.
IC "P"	A dotação dos meios contribui para a projeção internacional do Brasil.
DSC	Sim. Na medida em que são adquiridos novos materiais de emprego militar, aumenta-se a projeção do Brasil frente particularmente aos seus vizinhos. Por conseguinte, o poder dissuasório é potencializado. Destaca-se que por ser o CMA prioridade dentro do Exército, a alocação de meios para aquele Grande Comando deve levar possíveis forças adversas a repensarem suas ações em território brasileiro.

Fonte: o autor.

Na pesquisa, segundo as respostas apresentadas, chega-se a percepção de que o Programa Mobilidade Estratégica, que se destina a atender às necessidades correntes para reposição e completamento dos Quadros de Dotação de Material e dos Quadros de Dotação de Material Previsto, contribui favoravelmente para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia.

Esta reposição e completamento possibilitam o aumento da operacionalidade e do poder de combate da tropa. Dotar o Exército com equipamentos, armamentos, meios de transporte e suprimentos, em quantidade compatível com a demanda e com o nível de modernização, visto que a efetiva ocupação de todo o território nacional na Amazônia com OM torna-se bastante inviável em virtude das grandes dimensões, favorece a mobilidade da Força Terrestre para fazer frente a essas ameaças externas.

A aquisição de MEM potencializa o poder dissuasório e projeta o Brasil frente aos vizinhos, sobretudo no entorno Amazônico, onde as tensões crescem de importância.

Questão número 4 - O Programa Combatente Brasileiro, decorrente da Estratégia Braço Forte, compreende projetos dedicados à pesquisa e ao

desenvolvimento de material de emprego militar no âmbito do sistema de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro. O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

Tabela 13 – IAD 1 referente à 4ª Questão

EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS	ANCORAGENS
7ª SubChefia do EME - Sim. <u>Qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater (e este Programa é um exemplo disso),coopera para a Dissuasão.</u>	Qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater coopera para a Dissuasão. Q	A importância do Programa Combatente Brasileiro. R
23ª Bda Inf SI – Sim. <u>A tecnologia</u> tem contribuído de forma decisiva para melhorar <u>a ampliar a capacidade operacional da tropa.</u>	A tecnologia amplia a capacidade operacional da tropa e assim contribui para a Dissuasão. S	
CMO - Sim. Da mesma forma que o programa de mobilidade estratégica contribui positivamente, o fato de existir um programa com projetos dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento de material de emprego militar no âmbito do sistema de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro demonstra a importância da Região para a Nação contribuindo favoravelmente para o crescimento e desenvolvimento da Estratégia da Dissuasão na Amazônia.		A importância do Programa Combatente Brasileiro. R
9ª RM – Este programa poderá contribuir para a Estratégia da Dissuasão <u>na medida em que o material de emprego militar for sendo desenvolvido (inclusive testado) e colocado a disposição da tropa, para que esta se mantenha adestrada</u> com os diversos materiais e se mantenha em condições de se contrapor às ameaças existentes. É importante salientar que <u>a dissuasão será maximizada por meio da participação dos setores industrial e de pesquisa e desenvolvimento na disponibilização de novos MEM.</u> Tal participação implicará na independência do País no desenvolvimento de MEM, com a	Contribui na medida em que o material de emprego militar for sendo desenvolvido e colocado a disposição da tropa, para que esta se mantenha adestrada. S	A importância do Programa Combatente Brasileiro. R

conseqüente capacidade de prolongar um possível confronto, inclusive sem apoio externo.		
13ª Bda Inf Mtz - Sim, contribui. <u>Material de Emprego Militar moderno, com novas tecnologias incorporadas</u> , produzido por empresas brasileiras, de igual modo, <u>aumenta o poder relativo de combate</u> das tropas brasileiras.	Material de Emprego Militar moderno, com novas tecnologias incorporadas aumenta o poder relativo de combate. S	
CMS - Sim. Da mesma maneira que a dissuasão.		
3ª DE - Este é um dos projetos mais importantes para a contribuição na Estratégia da Dissuasão na Amazônia, pois a região carece de <u>material mais leve e moderno, dotando o soldado de um MEM prático e evoluindo tecnologicamente</u> .	O material mais leve e moderno, dotando o soldado de um MEM prático e evoluindo tecnologicamente. S	A importância do Programa Combatente Brasileiro. R
6ª Bda Inf Bld - Com certeza. O Programa Combatente Brasileiro contribuirá para <u>o aumento do poder de combate da tropa</u> . Entretanto, deve estar lado a lado com o programa de mobilidade, pois este é que permitirá a presença na área de interesse.	Material de Emprego Militar moderno e com novas tecnologias aumenta o poder de combate. S	A importância do Programa Combatente Brasileiro. R
2ª Bda C Mec - Sim. <u>O desenvolvimento, produção e aquisição de MEM</u> , como radares de vigilância aérea e terrestre, sistemas táticos de comando e controle e guerra eletrônica, equipamentos de visão noturna, sistemas de mísseis antiaéreos e VANT, contribuem com a Estratégia da Dissuasão na Amazônia. Os MEM, voltados para os Sistemas Operacionais Defesa Antiaérea e Comando e Controle, permitem complementar a estrutura operacional do CMA e aumentar a capacidade de monitoramento das fronteiras, ações principais do Programa Amazônia Protegida. Além disso, <u>a modernização dos equipamentos das Escolas Militares também contribui, diretamente, com a Estratégia da Dissuasão na Amazônia, pois prepara e capacita o material humano a ser empregado naquele</u>	Material de Emprego Militar moderno e com novas tecnologias aumenta o poder de combate. S A modernização dos MEM contribui para a capacitação dos efetivos militares e, desta forma, para a dissuasão. T	

ambiente operacional, ou seja, possui capacidade multiplicadora.		
5ª Bda C Bld – Sim. Conforme a própria concepção do Programa COBRA, um dos parâmetros a serem considerados é da capacidade de obter o efeito dissuasório pretendido. Isto nos leva a crer que, desde sua concepção <u>o estudo da modernização e do desenvolvimento de MEM deve considerar a Dissuasão.</u>	A modernização e desenvolvimento de MEM contribui para a dissuasão. S	A importância do Programa Combatente Brasileiro. R
CMSE - Sim. Contribuirá pois permitirá que o combatente na região amazônica tenha <u>equipamento, armamento e uniforme adequados à área de operação de selva.</u> Todavia, é importante que o resultado do programa seja divulgado em âmbito externo.	Equipamento, armamento e uniforme adequados à área de operação de selva. U	
2ª DE - Sim, pois <u>o desenvolvimento tecnológico</u> com a finalidade de se evitar o conflito armado enquadra-se no contexto da dissuasão.	O desenvolvimento tecnológico dos MEM contribui para a dissuasão. S	
2ª RM – Contribui, uma vez que <u>melhora o PRC</u> sem aumento do efetivo empregado.	Melhora o PRC e assim a dissuasão. S	
11ª Bda Inf L – Talvez seja o mais importante programa a ser implementado para consolidar uma estratégia de dissuasão na Amazônia, pois tem como cerne <u>a auto-suficiência do país nos principais itens necessários ao combatente.</u> Isto fortalece não apenas o Exército, mas o país, pois, dotado de uma indústria independente capaz de suprir suas forças armadas no momento de uma crise, pode implementar uma decisão sem haver necessidade de buscar o aval ou autorização de outras nações.	Contribui para a dissuasão, pois possibilitará ao País a auto-suficiência nos MEM. V	A importância do Programa Combatente Brasileiro. R
1ª Bda AAe - Sem dúvida, verifica-se que <u>qualquer ação na área da Ciência e Tecnologia contribui com a dissuasão em qualquer parte do País.</u> No ramo da Ciência e Tecnologia com a confecção do Plano Básico as ações implementadas ficaram bem melhores de serem planejadas e executadas, o que criou uma expectativa positiva de	Qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater coopera para a Dissuasão. Q	

desenvolvimento e impulsão da indústria bélica brasileira, destacando-se a nova família de blindados, sendo viabilizada na DTA caracterizada pela br 174 e seu entorno; o radar SABER; mísseis AC e AAe 1.2 e 3.1; fuzil nacional; VANT e outros, contribuindo decisivamente para a dissuasão.		
1ª RM – Se faz necessária a pesquisa e <u>o desenvolvimento de MEM exclusivamente para emprego na região Amazônica.</u> Uma vez que o País possui material e tecnologia próprias contribuirá para a dissuasão na região.	Desenvolvimento de equipamento, armamento e uniforme adequados à área de operação de selva. U	
4ª RM - Sem dúvida, tal programa também influencia a Estratégia da Dissuasão na região amazônica. <u>Ao atender as necessidades futuras – necessidades oriundas da visão de futuro do Exército, refletindo em novos QDM e tendo como base a evolução da Doutrina Militar Terrestre e da Ciência e Tecnologia,</u> o Programa Combatente Brasileiro fortalecerá o poder de dissuasão do EB na Amazônia. A respeito dos diferentes projetos que compõem tal programa, julgo que os mais representativos para a região amazônica são: radares de vigilância aérea e terrestre; sistemas táticos de comando e controle e guerra eletrônica; equipamentos de visão noturna e veículos aéreos não-tripulados.	Contribui para a dissuasão, pois visa atender às necessidades futuras do Exército, quanto a evolução da Doutrina Militar, da Ciência e Tecnologia. W	A importância do Programa Combatente Brasileiro. R
4ª Bda Inf Mtz – Também contribui. <u>A modernização do material, seja o de uso coletivo, seja o individual, terá reflexos positivos na melhoria do poder de combate</u> e, em consequência, favorece a Estratégia da Dissuasão	A modernização dos MEM aumenta o poder de combate e, assim, a dissuasão. S	
CMP – Sim, aumento da <u>diminuição da dependência externa de fabricação de material militar</u> e de desenvolvimento de tecnologia de emprego militar.	Contribui para a dissuasão, pois possibilitará ao País a auto-suficiência nos MEM. V	
11ª RM - Sim. À medida que se prioriza o combatente na Amazônia, forças adversas passam a visualizá-lo como um militar em melhores condições de		

fazer frente àqueles que queiram se colocar contra interesses nacionais.		
Bda Op Esp – O Programa Combatente Brasileiro possui <u>impacto pequeno na Estratégia da Dissuasão</u> na Amazônia, por dois motivos: sua <u>concepção é de abrangência técnica e tática</u> e orienta-se para dotar o soldado de moderna tecnologia, <u>sem rever os pressupostos básicos de seleção, formação e qualificação do combatente</u> . Ou seja, limita-se a fornecer equipamento com tecnologia de ponta ao famigerado “cidadão soldado”, o mero fazedor de coisas que não dispõe das ferramentas cognitivas e afetivas para atuar no ambiente complexo e difuso da era pós-industrial.	Pequeno impacto na Estratégia da Dissuasão devido à concepção no nível técnico e tático e sem rever pressupostos de seleção, formação e qualificação. X	A importância do Programa Combatente Brasileiro. R
CMNE – Sim. Os projetos nacionais de pesquisa e desenvolvimento voltados para os MEM certamente fortalecem a Estratégia da Dissuasão na Amazônia, pois <u>contemplam, dentre outras tecnologias de ponta</u> , os radares de busca e vigilância que muito contribuem para o efetivo controle do espaço aéreo da região.	O desenvolvimento de tecnologias de ponta pelo Brasil. Y	A importância do Programa Combatente Brasileiro. R
7ª Bda Inf Mtz - Sim. Desde que o MEM concebido para aquela área <u>leve em consideração as características do meio</u> em que será empregado (transporte, comunicações, logística, etc.).	Desenvolvimento de equipamento, armamento e uniforme adequados à área de operação de selva. U	

Fonte: o autor.

Segue o quadro-síntese das idéias centrais:

Tabela 14 – Quadro-síntese referente à 4ª Questão

IC	Conteúdo
Q	Qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater coopera para a Dissuasão.
R	A importância do programa Combatente Brasileiro.
S	A modernização e o desenvolvimento tecnológico dos MEM aumentam o poder de combate e, assim, a dissuasão.
T	A modernização dos MEM contribui para a capacitação dos efetivos militares e, desta forma, para a dissuasão.
U	Desenvolvimento de equipamentos, armamentos e uniformes adequados ao ambiente operacional da região Amazônica (operação em selva).
V	Auto-suficiência tecnológica do País na fabricação do MEM.

W	O atendimento às necessidades futuras do Exército, quanto a evolução da Doutrina Militar, da Ciência e Tecnologia
X	Pequeno impacto na Estratégia da Dissuasão devido à concepção no nível técnico e tático e sem rever pressupostos de seleção, formação e qualificação.
Y	O desenvolvimento de tecnologias de ponta pelo Brasil.

Fonte: o autor.

Serão apresentados os discursos do sujeito coletivo das idéias centrais relativas à questão número 4.

Tabela 15 – DSC referente à 4ª Questão

IC “Q”	Qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater coopera para a Dissuasão.
DSC	Sim. Qualquer iniciativa que melhore a capacidade da Força para combater (e este Programa é um exemplo disso) e qualquer ação na área da Ciência e Tecnologia cooperam para a Dissuasão.
IC “S”	A modernização e o desenvolvimento tecnológico dos MEM aumentam o poder de combate e, assim, a dissuasão.
DSC	<p>Sim. A tecnologia amplia a capacidade operacional e o poder de combate da tropa.</p> <p>Dotar a tropa de Material de Emprego Militar moderno, leve e prático, seja de uso individual ou coletivo, com novas tecnologias incorporadas, produzido por empresas brasileiras, de igual modo, aumenta o poder relativo de combate das tropas brasileiras.</p> <p>Na medida em que o MEM for sendo desenvolvido, inclusive testado, e colocado a disposição da tropa, para que esta se mantenha adestrada com os diversos materiais e se mantenha em condições de se contrapor às ameaças existentes. É importante salientar que a dissuasão será maximizada por meio da participação dos setores industrial e de pesquisa e desenvolvimento na disponibilização de novos MEM. Tal participação implicará na independência do País no desenvolvimento de MEM, com a conseqüente capacidade de prolongar um possível confronto, inclusive sem apoio externo.</p>
IC “T”	A modernização dos MEM contribui para a capacitação dos efetivos militares e, desta forma, para a dissuasão.
DSC	Sim. A modernização dos equipamentos das escolas militares também contribui, diretamente, com a Estratégia da Dissuasão na Amazônia, pois prepara e capacita o material humano a ser empregado naquele ambiente operacional, ou seja, possui capacidade multiplicadora.
IC “U”	Desenvolvimento de equipamentos, armamentos e uniformes adequados ao ambiente operacional da região Amazônica (operação em selva).
DSC	Sim. O combatente da região Amazônica deve ser dotado de equipamentos, armamentos e uniformes adequados à área de operação de selva, atendendo as características exclusivas deste ambiente de emprego.
IC “V”	Auto-suficiência tecnológica do País na fabricação do MEM.
DSC	A auto-suficiência do país nos principais itens necessários ao combatente fortalece, não apenas o Exército, mas o país, pois, dotado de uma indústria independente capaz de suprir suas forças armadas no

	<p>momento de uma crise, pode implementar uma decisão sem haver necessidade de buscar o aval ou autorização de outras nações.</p> <p>A diminuição da dependência externa da fabricação de material militar e do desenvolvimento de tecnologia de emprego militar.</p>
IC “W”	O atendimento às necessidades futuras do Exército, quanto à evolução da Doutrina Militar, da Ciência e Tecnologia
DSC	O programa também influencia a Estratégia da Dissuasão na região Amazônica ao atender as necessidades futuras – necessidades oriundas da visão de futuro do Exército, refletindo em novos QDM e tendo como base a evolução da Doutrina Militar Terrestre e da Ciência e Tecnologia.
IC “X”	Pequeno impacto na Estratégia da Dissuasão devido à concepção no nível técnico e tático e sem rever pressupostos de seleção, formação e qualificação.
DSC	O Programa Combatente Brasileiro possui impacto pequeno na Estratégia da Dissuasão na Amazônia, por dois motivos: sua concepção é de abrangência técnica e tática e orienta-se para dotar o soldado de moderna tecnologia, sem rever os pressupostos básicos de seleção, formação e qualificação do combatente. Ou seja, limita-se a fornecer equipamento com tecnologia de ponta ao soldado, sem, contudo, oferecer as ferramentas cognitivas e afetivas para atuar no ambiente complexo e difuso da era pós-industrial.
IC “Y”	O desenvolvimento de tecnologias de ponta pelo Brasil.
DSC	Os projetos nacionais de pesquisa e desenvolvimento voltados para os MEM certamente fortalecem a Estratégia da Dissuasão na Amazônia, pois contemplam os materiais com tecnologias de ponta.

Fonte: o autor.

Segundo as observações coletadas, o Programa Combatente Brasileiro, que compreende projetos dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento de MEM no âmbito do sistema de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro, contribui positivamente para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia.

O desenvolvimento de tecnologias para a criação de novos MEM, a partir de projetos e de pesquisas, amplia a capacidade operacional e o poder de combate da tropa. Este desenvolvimento e produção dos MEM por empresas brasileiras concorrem para a auto-suficiência da indústria militar de defesa ao mesmo tempo que reduz a dependência externa, tornando o País, de certa forma, mas autônomo na tomada de suas decisões.

Os MEM modernos, leves e práticos, de uso individual ou coletivo, devem ser colocados a disposição dos efetivos militares para que estes realizem os adestramentos necessários. A capacitação dos militares, a partir das escolas, terá caráter multiplicador do conhecimento.

Outro fator a se considerar é que os equipamentos, armamentos e uniformes devem ser adequados à área de operação de selva, um ambiente peculiar que é a Amazônia.

Cabe destacar, ainda, que para determinado sujeito coletivo, o programa possui pequeno impacto na Estratégia da Dissuasão, pois se deve, além de dotar as OM com o material moderno e tecnologicamente desenvolvido, fornecer uma seleção, formação e qualificação mais apurada dos militares para que estes estejam preparados na área afetiva e cognitiva a operar em ambiente operacional complexo e difuso da era pós-indústria.

11.3 ANÁLISE DA SEGUNDA PARTE DA PESQUISA DE CAMPO

Coerentemente com a metodologia exposta no capítulo 2, será apresentada e análise a segunda parte da pesquisa de campo, que foi uma pesquisa quantitativa.

Foram enviados 55 questionários para a população-alvo, dos quais 29 Organizações Militares responderam a pesquisa, sendo que desses últimos, 28 informantes responderam a 2ª parte.

Três OM – EME, 2ª Bda Inf SI e 23ª Bda Inf SI responderam todos os questionamentos (relacionados com o Programa Amazônia Protegida e Programa Sentinela da Pátria), por estarem envolvidos diretamente com a área de interesse deste estudo monográfico. Responderam as perguntas específicas e relacionadas com a sua área de responsabilidade (Programa Sentinela da Pátria) 04 OM do CMO – Cmdo CMO, Cmdo 9ª RM, 4ª Bda C Mec e 13ª Bda Inf Mtz, 07 do CMS – Cmdo CMS, Cmdo 3ª DE, 6ª Bda Inf Bld, 5ª Bda C Bld, 1ª, 2ª e 3ª Bda C Mec, 05 do CMSE – Cmdo CMSE, Cmdo 2ª RM, Cmdo 2ª DE, 11ª Bda Inf L e 1ª Bda AAAe, 04 do CML – Cmdo 1ª DE, Cmdo 1ª e 4ª RM e 4ª Bda Inf Mtz, 03 do CMP – Cmdo CMP, Cmdo 11ª RM e Bda Op Esp e 02 do CMNE – Cmdo CMNE e 7ª Bda Inf Mtz. Todas as OM responderam, ainda, a última pergunta, que relacionava a Estratégia da Dissuasão com a END.

As opções de respostas foram categorizadas em três subgrupos que englobam a finalidade dos projetos dos referidos programas, assim definidos: projetos relacionados com as atividades fins e operacionais do EB, projetos para o suporte de ações subsidiárias e atividades logísticas e projetos direcionados para o público interno do EB.

O primeiro subgrupo enquadra os projetos de adequação e modernização do Comando Militar de Área, das Grandes Unidades e Unidades, da Aviação do Exército e da ocupação de PEF na Amazônia. O segundo, os projetos de adequação e modernização das Regiões Militares, de implantação de Tiros de Guerra (TG) e de modernização e ampliação de Campos de Instrução (CI). No terceiro estão os relacionados com a construção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) e adequação da infraestrutura dos Hotéis de Trânsito (HT), Círculos Militares e Áreas de Lazer.

Serão apresentados os dados por meio de gráficos de barras.

Questão número 5 - O Programa Amazônia Protegida, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no Comando Militar da Amazônia. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à Amazônia.

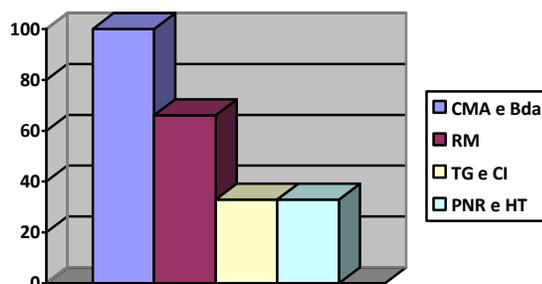


Gráfico 01 - Percentual de projetos do CMA que favorecem a dissuasão
Fonte: o autor

Da análise das respostas, os informantes consideraram que projetos do Programa Amazônia Protegida relacionados com o primeiro subgrupo contribuem com 100% para a dissuasão na Amazônia. Os projetos que dizem respeito a melhoria da infraestrutura para as atividades logísticas na região contribuem com cerca de 66% para a dissuasão e os tiros de guerra, campos de instrução, PNR, hotéis de trânsito e círculos militares concorrem para a dissuasão em última escala, com aproximadamente 33%.

Questão número 6 - O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no Comando Militar do Oeste. Marque com o (X) aqueles

itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à Amazônia.

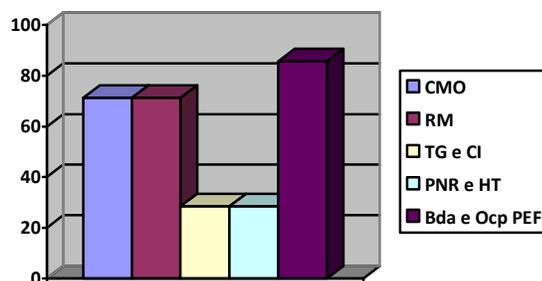


Gráfico 02 - Percentual de projetos do CMO que favorecem a dissuasão

Fonte: o autor

A ocupação de PEF na Amazônia pelo CMO e a reestruturação das Bda do CMO são os itens selecionados como os que mais favorecem a dissuasão, com cerca de 85%. Seguem, na seqüência e com mais de 70%, os projetos de adequação e modernização do CMO e da 9ª RM e, por fim, os projetos de TG, CI, PNR e HT com pouco menos de 30%.

Questão número 7 – O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no Comando Militar do Sul. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à Amazônia.

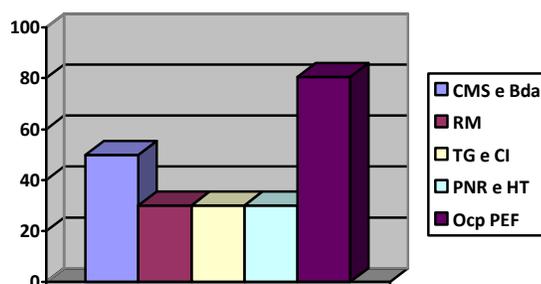


Gráfico 03- Percentual de projetos do CMS que favorecem a dissuasão

Fonte: o autor

Os projetos destinados ao subgrupo das atividades-fins do EB foram eleitos como os que mais concorrem positivamente para a dissuasão (ocupação de PEF – 80% e modernização do CMS/Bda – 50%). De forma similar, concorrem para a referida estratégia os demais projetos, tanto os destinados a melhoria da

infraestrutura logística (modernização RM, TG e CI – 30%) como os destinados ao público interno (construção de PNR e HT – 30%).

Questão número 8 - O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no Comando Militar do Sudeste. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à Amazônia.

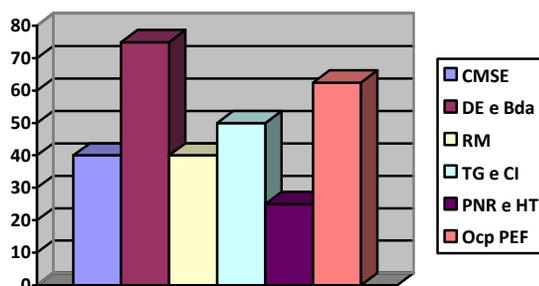


Gráfico 04 - Percentual de projetos do CMSE que favorecem a dissuasão
Fonte: o autor

Os projetos destinados a melhoria da DE e das Bda obtiveram um percentual de 75% de indicação, seguido pela ocupação de PEF nas fronteiras da Amazônia com 62,5%, pela implantação de TG e CI com 50%, pela melhoria do CMSE e RM com 40% e, por fim, pela construção de PNR e adequação de HT com 25%.

Questão número 9 - O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no Comando Militar do Leste. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à Amazônia.

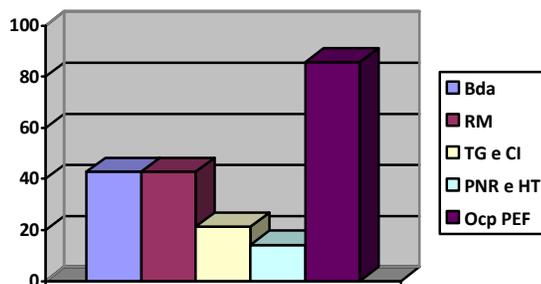


Gráfico 05 - Percentual de projetos do CML que favorecem a dissuasão
Fonte: o autor

Para a dissuasão, a ocupação de PEF por tropas do CML destaca-se das demais visto e apresenta um percentual de 85,7%. Segue a adequação e modernização da estrutura organizacional das RM (33,3%), depois a implantação de TG (33,3%), a ampliação do CI, a construção de PNR e a adequação da infraestrutura do HT do CML (16,6%).

Questão número 10 - O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no Comando Militar do Planalto. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à Amazônia.

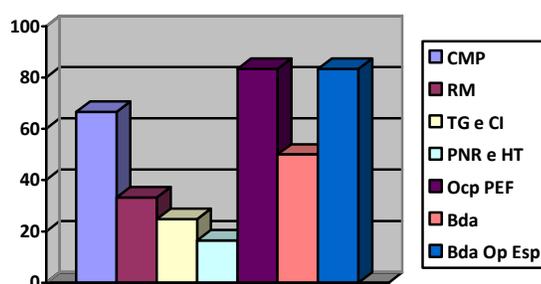


Gráfico 06 - Percentual de projetos do CMP que favorecem a dissuasão
Fonte: o autor

Os projetos do primeiro subgrupo são os que mais concorrem para a dissuasão, com 83,3% para a modernização da Bda Op Esp e para a ocupação dos PEF, 66% para a modernização do CMP e 50% para a modernização das Bda. Os do segundo subgrupo, adequação das RM e a implantação de TG, estão com 33% e, finalmente, os projetos do terceiro subgrupo, a modernização do CI de Formosa-GO e a adequação dos HT e área de lazer, com 14%.

Questão número 11 - O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no Comando Militar do Nordeste. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à Amazônia.

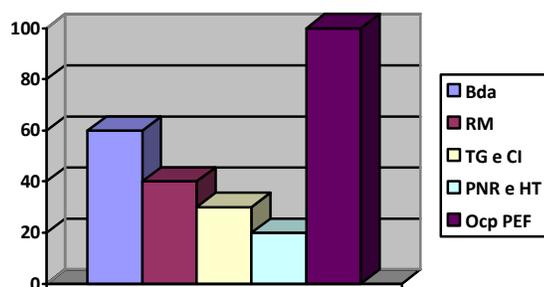


Gráfico 07 - Percentual de projetos do CMNE que favorecem a dissuasão

Fonte: o autor

Segundo os entrevistados do CMNE, o item que mais favorece a dissuasão na Amazônia é a ocupação de PEF por tropas do CMNE, com 100% de escolha desta opção. Seguem-se, posteriormente, em ordem de importância os projetos de modernização das Bda, das RM, dos TG e CI e dos PNR e HT, com, respectivamente, 60%, 40%, 30% e 20%.

Questão número 12 - A Estratégia da Dissuasão consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revide que apresente. Neste contexto, marque com um (X) as opções baseadas nas diretrizes da END, que o Sr considera que contribuam para a dissuasão na Amazônia:

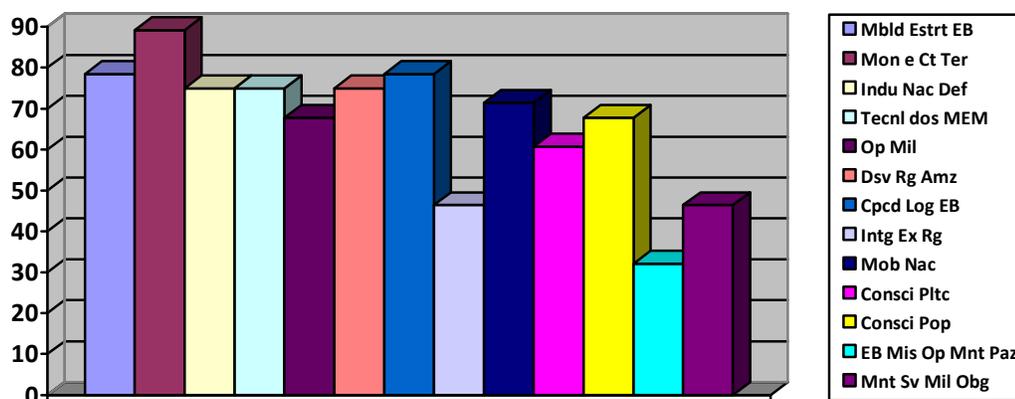


Gráfico 08 - Percentual de diretrizes da END que favorecem a dissuasão

Fonte: o autor

Segundo as respostas apresentadas por toda a amostragem que respondeu a pergunta, constata-se que a ordem de importância dos itens que mais contribuem para a dissuasão na Amazônia é a seguinte: desenvolvimento da capacidade de

monitoramento e controle do território, particularmente nas fronteiras (89,2%); a mobilidade estratégica do Exército Brasileiro e o aumento da capacidade logística do Exército Brasileiro na região (78,5%); o desenvolvimento da indústria nacional de material de defesa, o desenvolvimento de tecnologias de material de emprego militar e a necessidade de se promover o desenvolvimento da região Amazônica (75%); o desenvolvimento do potencial de mobilização nacional (71,4%); a realização de operações militares e a conscientização da população da importância do tema defesa nacional (67,8%); a conscientização dos dirigentes políticos da importância do tema defesa (60,7%); estimular a integração entre os Exércitos dos países que compõem a Amazônia e a manutenção do serviço militar obrigatório (46,4%) e, por último, o aumento da participação do Exército Brasileiro em Op Manutenção de Paz (32,1%).

Nesta pergunta, foram acrescentados como itens que cooperam com a dissuasão: a necessidade de se ampliar a presença das Forças Armadas na região Amazônica, o que já ocorre com os projetos de criação de novas OM, e a dotação para o EB de aeronaves de asa fixa para transporte de carga.

11.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Assim, verifica-se que tantos os problemas de natureza interna como os de ordem externa exercem influências nas Estratégias da Presença e da Dissuasão em relação à região Amazônica, evidenciando a necessidade de um maior aporte de recursos de defesa, em material e pessoal, para este ambiente operacional, como equipamentos, armamentos, suprimentos e recursos financeiros.

O emprego do EB em ações subsidiárias e a falta da presença do Estado em determinadas áreas pode desviar a atuação da F Ter na atividade-fim, o que acarretará conseqüências nas referidas estratégias.

Estas tensões podem, ainda, gerar uma instabilidade regional, que deve ser controlada e minimizada, desde os tempos atuais, por meio de organismos de cooperação e integração internacional.

Os Programas Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro contribuem para o aperfeiçoamento da Estratégia da Dissuasão, visto que, respectivamente, por meio do fornecimento dos MEM às OM e do desenvolvimento de tecnologias avançadas de defesa aumentar-se-á a operacionalidade e o poder de combate das Unidades do EB.

A produção nacional dos MEM, coerente com o ambiente operacional da Amazônia, reduzirá a dependência externa ao mesmo tempo que facilitará a formação e o treinamento dos efetivos militares.

Percebe-se, ainda, que os Programas Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria também contribuem para a Estratégia da Dissuasão em relação à Amazônia.

Os projetos alinhados com o primeiro subgrupo, que trata da modernização e adequação das Grandes Comandos, Grandes Unidades e Unidades relacionadas com a atividade-fim e operacionalidade da Força Terrestre são os que mais contribuem para esta dissuasão. Destaca-se a instalação e ocupação dos PEF nas fronteiras da região Amazônica por tropas de outros Comandos Militares de Área.

Em segundo plano, seguem os projetos relativos à adequação e modernização da infraestrutura dos Grandes Comandos envolvidos com atividades logísticas, como as RM. Enquadram-se, ainda, neste subgrupo, os projetos destinados a implantação de tiros de guerra e modernização dos campos de instrução.

Os projetos que menos concorrem para a dissuasão, embora ainda o façam, são os projetos destinados ao público interno, como a construção de PNR e melhoria dos hotéis de trânsito, círculos militares e áreas de lazer.

Assim, a dissuasão, na Amazônia, é em função da capacidade do Exército como um todo, e não somente da presença militar naquela área operacional. O aumento da capacidade militar no CMA e nos demais C Mil A contribui para a dissuasão na região, pois é o Poder Nacional de todo o País é que deve ser considerado.

12. CONCLUSÃO

O cenário mundial atual caracteriza-se por um ambiente indefinido e instável, com um declínio da hegemonia dos EUA, dos países da Europa Ocidental e do Japão, o que tem possibilitado a ascensão de outros países emergentes, como China, Índia e Brasil.

Nesta conjuntura internacional, destaca-se, dentre diversos aspectos, o aumento da preocupação global com o meio ambiente, cujas reservas de água doce e fontes de energia, de minérios e de biodiversidade tornam-se cada vez mais importantes e estratégicos, constituindo-se em objeto de interesse estrangeiro; a pressão internacional sobre a Amazônia disfarçada em questões ambientais e indígenas; o incremento da presença de potências estrangeiras na América do Sul; a ocorrência de conflitos étnicos e religiosos na África, Oriente Médio e Ásia Central; a possibilidade da ocorrência de ações terroristas em qualquer parte do mundo; ataques cibernéticos; ameaças aos sistemas financeiros dos países e a crescente valorização dos direitos humanos.

O Brasil busca sua inserção neste contexto internacional como condição fundamental para garantir o desenvolvimento e o progresso do País e, assim, atender aos interesses estratégicos nacionais.

Essa inserção internacional se processa em diversos campos: no político – ao participar de organizações internacionais, no econômico - ao inserir produtos brasileiros no comércio exterior e no militar - ao promover intercâmbios e acordos visando ao fortalecimento das medidas de segurança e de defesa.

O Brasil caminha, então, para a situação de ator global, líder regional e potência política, econômica e militar. Tal situação exigirá do País a existência de Forças Armadas que respaldem a tomada de suas decisões neste complexo sistema.

Portanto, o Poder Militar brasileiro deve ter a capacidade de garantir a defesa e segurança do País face às ameaças à soberania nacional e às pretensões estrangeiras em seu território e possuir condições de garantir os interesses do Brasil junto aos principais organismos internacionais, tanto na área econômica como na política.

Do exposto, a importância mundial e regional do Brasil bem como as suas dimensões continentais e marítimas, requer das Forças Armadas, principalmente do

Exército Brasileiro, uma capacidade de defesa compatível com a estatura política, econômica e estratégica do País.

A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa são os documentos gerados no mais alto nível de planejamento estratégico militar e devem favorecer o desenvolvimento da mentalidade de defesa por parte de toda a nação brasileira.

O Ministério da Defesa e o Exército Brasileiro, respectivamente órgãos setorial e subsetorial de planejamento estratégico militar, contemplam a Amazônia como área prioritária para a defesa nacional. Seus planejamentos estão sintetizados na Política Militar de Defesa, na Estratégia Militar de Defesa, na Doutrina Militar de Defesa e no Sistema de Planejamento do Exército. Todos eles diretamente relacionados com as Estratégias da Presença e da Dissuasão.

Estas estratégias devem ser postas em prática pelo Estado brasileiro, por intermédio, principalmente, das Forças Armadas e também por diversos outros órgãos de governo, como a Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Rodoviária, Polícia Civil, IBAMA, FUNAI e etc. O aperfeiçoamento destas estratégias está relacionado, ainda, com o desenvolvimento da capacidade de interoperabilidade entre as referidas instituições, de forma que elas entendam e respeitem suas potencialidades e limitações, suas formas de emprego, estruturas logísticas e hierárquicas e parâmetros orçamentários. Assim, a integração entre as diferentes agências e elementos irá potencializar o efeito dissuasório das operações.

A Amazônia possui elevada importância para o Brasil e para o mundo devido as suas inigualáveis características fisiográficas. Estas condicionam os aspectos políticos, econômicos e sociais da região, que encontram grandes espaços para os seus desenvolvimentos, em que pese os óbices naturais existentes, como a porosidade das fronteiras, as desigualdades e a baixa densidade populacional, a infra-estrutura deficiente e as dificuldades na área de segurança.

É crescente a necessidade de ocupação dos espaços vazios amazônicos, de maneira que o Estado esteja presente e em condições de atuar nos mais longínquos rincões, fazendo o seu papel, de sorte que outros agentes, grupos ou nações, na maioria das vezes com intenções obscuras, não o façam.

Os interesses em se aproveitar das riquezas existentes na Amazônia bem como uma reação natural ao protagonismo brasileiro no mundo levam ao incremento das pressões de grandes potências sobre a região. Na maioria das vezes, estes

interesses estão disfarçados em questões ambientais e encobertos por patrocinadores e colaboradores nacionais e internacionais, governamentais ou não, que tentam se aproveitar dessas situações de fragilidade do País.

Como foi visto os principais problemas internos na Amazônia, como a ausência do Estado em diversas áreas, o elevado número de garimpos e mineradoras ilegais, os desmatamentos, o narcotráfico, o contrabando, as questões em torno das terras indígenas e a excessiva quantidade de Organizações Não-governamentais gera insatisfações na população local o que prejudica o desenvolvimento e integração da região ao restante do País. Estes fatos podem justificar uma intervenção externa e, assim, influem diretamente na necessidade da presença militar na região e na capacidade dissuasória do Estado brasileiro.

Da mesma maneira, os principais focos de tensões externas, como as indefinições de fronteiras entre países, a existência de bases e contingentes militares americanos, ingleses e franceses, as ações radicais de cunho socialista e de esquerda em governos sul-americanos, o narcotráfico e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia promovem uma instabilidade regional no entorno amazônico e, por conseguinte, condicionam diretamente a existência de efetivos militares na região bem como a dissuasão brasileira para continuar imune aos agravamentos e evoluções destas situações.

Decorrente do estudo realizado verifica-se que tantos os problemas de natureza interna como os de ordem externa exercem influências nas Estratégias da Presença e da Dissuasão em relação à região Amazônica. Isto evidencia a necessidade de um maior aporte de recursos de defesa, em material e pessoal, para este ambiente operacional, como equipamentos, armamentos, suprimentos e recursos financeiros. Estas tensões devem ser controladas, por meio de organismos de cooperação e integração internacional, desde os tempos atuais.

A fim de manter sua missão defesa da Pátria e garantia dos poderes constitucionais, a lei e a ordem, o Exército está articulado pelo território nacional. Contudo, esta articulação necessita de melhoramentos para acompanhar a evolução global e, especificamente no caso da Amazônia, contrapor-se aos problemas internos e externos existentes na região. Esta articulação irá influenciar diretamente as Estratégias da Presença e da Dissuasão a serem realizadas pelo Brasil.

A Estratégia Nacional de Defesa foi elaborada com base no trinômio monitoramento e controle, mobilidade e presença. Para atender estes requisitos, ela

define diretrizes que condicionam a estruturação e o planejamento de cada uma das Forças Armadas. Assim, encerra conceitos que influem nas Estratégias da Presença e da Dissuasão a serem seguidos pelo EB.

Decorrente da END, o EB consolidou seu planejamento na Estratégia Braço Forte, que contempla projetos e ações estratégicas em todos os Comandos Militares de Área.

O Programa Amazônia Protegida prevê, em uma 1ª fase, a criação de vinte e oito Pelotões Especiais de Fronteira e, na 2ª fase, a criação de novas Organizações Militares e reestruturação das já existentes, o que caracteriza claramente a aplicação da Estratégia da Presença ao proporcionar o adensamento de unidades militares no Comando Militar da Amazônia. Com este maior número de unidades irá se incrementar a dissuasão e reduzir os vazios de poder existentes na região. Assim, o PAP atende perfeitamente à diretriz da presença prevista no trinômio da END e aos seus pressupostos de dissuasão.

O Programa Sentinela da Pátria propõe a criação e reestruturação de Organizações Militares em outros Comandos Militares – CMO, CMS, CMSE, CML, CMP e CMNE. Estas ações também colaboram com a Estratégia da Dissuasão uma vez que a FTer irá dispor de unidades aptas, de outras regiões do País, para emprego no CMA.

O desenvolvimento de tecnologias avançadas de defesa e o fornecimento e a modernização dos materiais e equipamentos militares previstos no Plano de Equipamento – Programa Mobilidade Estratégica e Programa Combatente Brasileiro aumentam o poder de combate das unidades do EB ao mesmo passo que conferem ao mesmo a capacidade de mobilidade e de monitoramento e controle, idealizados pelo trinômio da END.

A produção nacional dos MEM, coerente com o ambiente operacional da Amazônia, reduzirá a dependência externa ao mesmo tempo que facilitará a formação e o treinamento dos efetivos militares.

Desta forma, coerente com a problemática que este trabalho se propôs a elucidar, a Estratégia Braço Forte atende plenamente aos pressupostos da presença e da dissuasão estabelecidos pela END.

Contudo, cabe ressaltar, que para a potencialização das Estratégias Presença e da Dissuasão há a necessidade do governo brasileiro realizar outras ações

estratégicas que cooperem com o desenvolvimento nacional, principalmente nos campos econômico e social.

Outro fator ponderável para a execução das referidas estratégias e, assim, dos 824 projetos previstos é a disponibilização de recursos financeiros para as Forças Armadas e, assim, para o Exército Brasileiro. O repasse deste aporte de recursos exigirá da sociedade e do governo brasileiro uma desenvolvida mentalidade de defesa que, atualmente, ainda não está totalmente amadurecida. Sendo assim, a efetivação total da Estratégia Braço Forte fica bastante comprometida.

Neste cenário de restrições orçamentárias é que se insere a contribuição deste trabalho, visto que os estudos realizados e a consolidação da pesquisa de campo permitem definir os projetos prioritários a serem executados nos diferentes Comandos Militares de Área. Tal proposta contribuirá para a racionalização do emprego dos recursos disponibilizados para o Ministério da Defesa.

Desta forma, os projetos previstos na Estratégia Braço Forte e sua conseqüente priorização configuram-se na seguinte composição.

Os projetos prioritários a serem executados são os pertencentes ao primeiro subgrupo, que trata da modernização e adequação dos Grandes Comandos, Grandes Unidades e Unidades relacionadas com a atividade-fim e operacionalidade da Força Terrestre. Inicialmente os projetos do CMA e, posteriormente, de outros C Mil A.

No CMA os seguintes projetos:

- 1) Implantação de 28 novos PEF;
- 2) Modernização dos atuais 21 PEF existentes;
- 3) Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMA, com a implantação de OM (BIS, BPE, BFE, GAAAE, Bia AAe, GLMF, Bia BA, B Com, Núcleo do Centro Regional Intlg de Sinais, Btl de Embarcações de Combate, Cia Intlg Op, Cia GE, Cia Assuntos Cívicos e Cia Op Psicológicas);
- 4) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 1ª Bda Inf SI, com a implantação de novas OM (BIS, RC Mec, GAC, Cia Esp de Fronteira, Cia Com, Cia Eng Cmb, Cia AC) e transformação da Ba Log em B Log;
- 5) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 2ª Bda Inf SI, com a implantação de novas OM (BIS, Cia Esp de Fronteira, Cia Com, Cia Embarcações de Combate e B Log);

6) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 16ª Bda Inf SI, com a implantação de novas OM (Cia Esp de Fronteira, Cia Com, Cia Embarcações de Combate) e transformação da Ba Log em B Log;

7) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 17ª Bda Inf SI, com a implantação de novas OM (BIS, GAC, Cia Esp de Fronteira, Esqd C Mec, Cia Com) e transformação de Ba Log em B Log;

8) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 23ª Bda Inf SI, com a implantação de novas OM (GAC e Esqd C Mec);

9) Implantação de uma Bda Inf SI em Manaus-AM;

10) Implantação de uma Bda Inf SI em Belém-PA;

11) Implantação de uma Bda Inf SI em Rio Branco-AC;

12) Implantação de um Cmdo Aviação do Exército em Manaus (BAVEx em Belém-PA, BAVEx em Porto Velho-RO, Btl Mnt e Sup Av, Ba Av e Cia de Av de Asa-fixa em Manaus-AM);

13) Projetos no campo da mobilidade, como a aquisição de 08 (oito) Helicópteros de Emprego Geral, 07 (sete) Embarcações Táticas de Pelotão e 14 (quatorze) Embarcações Táticas de Grupo de Combate;

14) Projetos no campo da ciência e tecnologia, com o desenvolvimento de equipamentos de emprego militar de fabricação nacional voltados para o comando e controle, vigilância, monitoramento e guerra eletrônica.

No CMO os seguintes projetos:

1) Ocupar instalações de PEF em Rondônia (Rolim de Moura e Pimenteiras do Oeste);

2) Transformação da 13ª Bda Inf Mtz (Cuiabá-MT)(Cmdo e OM subordinadas) em 13ª Bda Inf Mec, com a implantação de novas OM (Btl Inf, Esqd C, GAC, Btl Log, Cia Com, Cia Eng);

3) Transformação da 18ª Bda Inf Mtz (Corumbá-MS)(Cmdo e OM subordinadas) em 18ª Bda Inf Leve, com a implantação de novas OM (Btl Inf, Esqd C, GAC, Btl Log, Cia Com, Cia Eng);

4) Implantação do 3º BAVEx em Campo Grande-MT (já em andamento);

5) Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMO, com a implantação de um Cmdo de DE, Cmdo de AD e respectivas OM subordinadas (BPE, GLMF, GAAAE, Bia AAe, Bia BA, Cia Intlg Op, Cia GE, Cia Assuntos Civis, Cia Op Psicológicas);

6) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 4ª Bda C Mec, com a adequação e reorganização da infraestrutura de OM já existentes.

No CMS os projetos:

1) Ocupar instalações de PEF em Roraima (Ericó, Serra do Sol, Jacamim e Uaiacás) e Amazonas (Jurupari, Bom Jesus, Demini, Marauíá);

2) Implantação de um BAvEx em Florianópolis-SC;

3) Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMS, com a implantação de um Cmdo de DE, Cmdo de AD e respectivas OM subordinadas (Gpt Eng, GLMF, Cia PE, Bia BA, Cia Intlg Op, Cia GE, Cia Assuntos Civis, Cia Op Psicológicas);

4) Transformação da 14ª Bda Inf Mtz (Florianópolis-SC)(Cmdo e OM subordinadas) em 14ª Bda Inf Leve, com a implantação de OM (Esqd C, Cia Eng, Cia AC, Bia AAAe e Pel Com);

5) Transformação da 15ª Bda Inf Mtz (Cascavel-PR)(Cmdo e OM subordinadas) em 15ª Bda Inf Mec, com implantação OM (Cia AC, Bia AAAe e Pel/Cia Com);

6) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 6ª Bda Inf Bld (Santa Maria-RS), com a reorganização das OM existentes;

7) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 5ª Bda C Bld (Ponta Grossa-PR), com a reorganização das OM existentes;

8) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 1ª Bda C Mec (Santiago-RS), com a reorganização das OM existentes;

9) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 2ª Bda C Mec (Uruguaiana-RS), com a reorganização das OM existentes;

10) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 3ª Bda C Mec (Bagé-RS), com a reorganização das OM existentes;

11) Transformação da 8ª Bda Inf Mtz (Pelotas-RS)(Cmdo e OM subordinadas) em 8ª Bda Inf Mec, com implantação de OM (Cia AC, Bia AAAe, Cia Eng e Pel Com).

No CMSE os projetos:

1) Ocupar instalações de PEF no Acre (Iacó e São Salvador);

2) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 2ª DE, com a implantação do Centro de Avaliação e Simulação de Combate e Gp Op Intlg;

3) Implantação do Centro de Instrução de Operações Aeromóveis em Caçapava-SP;

4) Adequação e modernização da estrutura de mobilização do CMSE (Industrial, Transportes, Telecomunicações, Serviços e Instalações, Material e Ciência e Tecnologia);

5) Adequação e modernização da estrutura de defesa antiaérea do CMSE;

6) Ampliação da estrutura de hangares do Comando de Aviação do Exército;

7) Transformação da 11ª Bda Inf Leve (Campinas-SP)(Cmdo e OM subordinadas) em 11ª Bda Inf Mec;

8) Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMSE, com a implantação de OM (BPE e B Com).

No CML os projetos:

1) Ocupar instalações de PEF no Pará (Cafuni, Trombetas e Curiaú);

2) Transformação da 4ª Bda Inf Mtz (Juiz de Fora-MG)(Cmdo e OM subordinadas) em 4ª Bda Inf Leve;

3) Implantação de uma Bda Inf Leve no Rio de Janeiro-RJ;

4) Transformação do Grupamento de Unidades Escola/9ª Bda Inf Mtz (Rio de Janeiro-RJ)(Cmdo e OM subordinadas) em 9ª Bda Inf Mec.

No CMP os projetos:

1) Ocupar instalações de PEF Rondônia (Surpresa);

2) Adequação e modernização da estrutura organizacional da Bda Op Esp;

3) Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMP, com a implantação de OM (GAAAE Me Altura, Btl DQBN,Cia Com);

4) Transformação 3ª Bda Inf Mtz (Cristalina-GO)(Cmdo e OM subordinadas) em 3ª Bda Inf Mec;

5) Transferência da Bda Inf Pqdt do Rio de Janeiro-RJ para Anápolis-GO.

No CMNE os projetos:

1) Ocupar instalações de PEF no Amapá (Vila Brasil, Jari e Queriniutu);

2) Transformação da 10ª Bda Inf Mtz (Recife-PE)(Cmdo e OM subordinadas) em 10ª Bda Inf Leve;

3) Transformação 7ª Bda Inf Mtz (Natal-RN)(Cmdo e OM subordinadas) em 7ª Bda Inf Leve, com a implantação de OM (Núcleo Log e Pel Com).

Em segundo plano, seguem os projetos relativos à adequação e modernização da infraestrutura dos Grandes Comandos envolvidos com atividades

logísticas e de apoio ao combate, como as RM e o Gpt E. Enquadram-se, ainda, neste subgrupo, os projetos destinados a implantação de tiros de guerra e modernização dos campos de instrução.

No CMA os projetos:

1) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 12ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (B Sup, Pq R Mnt, Hospitais, CECMA) e implantação de outras OM (B Sup, Pq R Mnt, Hosp e Cia Sup e Trnp);

2) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 8ª RM/ 8ª DE, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais) e implantação de outras OM (GAA Ae, Cia Embarcações de Combate);

3) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 2ª Gpt E, com a implantação de novas OM (BE Cmb) e reorganização de OM existentes (BEC);

4) Implantação de Tiros de Guerra;

5) Adequação de campo de instrução da Amazônia Ocidental e implantação de campo de instrução na Amazônia Oriental.

No CMO os seguintes projetos:

1) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 9ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);

2) Implantação de Tiros de Guerra;

3) Modernização e ampliação do Campo de Instrução de Betione;

No CMS os projetos:

1) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 3ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (B Sup, Pq R Mnt, Hospitais);

2) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 5ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (B Sup, Pq R Mnt, Hospitais);

3) Implantação de Tiros de Guerra;

4) Modernização e ampliação de Campos de Instrução.

No CMSE os projetos:

1) Adequação da infraestrutura de OM já existentes da 2ª RM (D Sup, Hospitais);

2) Implantação de Tiros de Guerra;

3) Modernização e ampliação de Campos de Instrução.

No CML os projetos:

1) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 1ª RM, com a adequação de OM existentes (Pq R Mnt e Hospitais);

2) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 4ª RM, com a adequação de OM existentes (D Sup e Hospitais);

3) Implantação de Tiros de Guerra;

4) Modernização e ampliação de Campos de Instrução.

No CMP os projetos:

1) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 11ª RM, com a adequação de OM (D Sup) e implantação de OM (Pq R Mnt e Hospitais);

2) Implantação de Tiros de Guerra;

3) Modernização e ampliação do Campo de Instrução de Formosa-GO.

No CMNE os projetos:

1) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 7ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);

2) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 6ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);

3) Adequação e modernização da estrutura organizacional da 10ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);

4) Implantação de Tiros de Guerra;

5) Modernização e ampliação de Campos de Instrução.

Os projetos que menos concorrem para a dissuasão, embora ainda o façam, são os projetos destinados ao público interno, como a construção de PNR e melhoria dos hotéis de trânsito, círculos militares e áreas de lazer.

No CMA os projetos:

1) Projetos na mídia, com a divulgação para a sociedade brasileira do PAP e sua importância para a consolidação da soberania na área estratégica da Amazônia;

2) Projetos no campo do bem-estar da família militar, com a adequação e atualização tecnológica de instalações hospitalares existentes no CMA;

3) Construção de PNR;

4) Adequação e implantação de Hóteis de Trânsito e Áreas de Lazer.

No CMO, CMS, CMSE, CML, CMP e CMNE os projetos de:

1) Construção de PNR;

2) Adequação da infraestrutura de Hóteis de Trânsito e Áreas de Lazer.

Cabe ressaltar, ainda, outra contribuição deste trabalho. A articulação da FTer no território nacional está baseada nas diretrizes da END e planejada, pelo Exército Brasileiro, por intermédio da Estratégia Braço Forte. Entretanto, destaca-se que essa articulação está em constante mudança e transformação de forma a atender sempre os interesses e os objetivos nacionais bem como para adaptar-se a evolução dos sistemas internacionais e dos conflitos mundiais. O estudo ora realizado, da articulação existente bem como de uma nova articulação quando da implantação completa da Estratégia Braço Forte, pode servir de subsídios para o estudo de novas adaptações e transformações.

Enfim, a aplicação das Estratégias da Presença e da Dissuasão, coerentemente com o que prescreve a Estratégia Nacional de Defesa, será em função da capacidade do Estado brasileiro como um todo, não apenas das Forças Armadas e do Exército Brasileiro, visto que o Poder Nacional a ser considerado é de todo o País, não apenas de determinados segmentos da sociedade ou de certas regiões nacionais.

Claudio Alexandre de Almeida Freitas – Maj
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil**. 3 ed. reform., São Paulo: Editora Moderna, 2002.

ADEODADO, Sérgio. Amazônia: muito além da floresta. **Revista Guia do Estudante, Atualidades Vestibular**, p 88-93, 1º semestre, 2009.

ALMANAQUE ABRIL. 35ª Ed. São Paulo: Abril. 2009.

BETTEGA BERGO, Marcio Tadeu. **O atual pensameto estratégico militar brasileiro**. Revista A Defesa Nacional, p 3-12, 2 quadrimestre de 2005.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1º de julho de 2005.

_____. **Decreto Nr 6703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 de dezembro de 2008.

_____. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico da Escola Superior de Guerra**. Vol I. Elementos Doutrinários. ESG. Rio de Janeiro, RJ, 2006b.

_____. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico da Escola Superior de Guerra**. Vol II. Assuntos Específicos. ESG. Rio de Janeiro, RJ, 2006c.

_____. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Manual de Trabalhos Acadêmicos na ECEME. ME 21-259**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Manual de Formação de Trabalhos Acadêmicos. ME 21-253**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Exército. Comandante do Exército. **Diretriz Geral do Comandante do Exército**. Brasília, DF, 2007.

_____. Exército. Estado-Maior. **Estratégia Braço Forte**. Brasília, DF, 2009.

_____. Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha C 21-30: abreviaturas, símbolos e convenções cartográficas**. 4. ed. Brasília, DF, 2002.

_____. Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha C 100-5 - Operações**. 3ª edição. 1997.

_____. Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha C 124-1: Estratégia**. 4. ed. Brasília, DF, 2004.

_____. Exército. Estado-Maior. **O Processo de Transformação do Exército**. Brasília, DF, 2010.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de Junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jun. 1999.

_____. **Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 Set 2004.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **MD33-M-02: Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. 3. ed. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Planejamento de Defesa Nacional: área estratégica Amazônia, Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Sustentado, Reflexos para a Segurança e Defesa Nacionais**. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

CAVALCANTI LUNDGREN, Ronaldo Pierre. **Uma estratégia de segurança para o Brasil**. Revista A Defesa Nacional nr 794, p 98-123, 3 quadrimestre de 2002.

CICLO DE ESTUDO POLÍTICO E ESTRATÉGICO, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2011.

CICLO DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2011.

COELHO, Marcos de Amorim, Terra, Lygia. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Moderna.

COVARRUBIAS, Jaime García. **Os três pilares de uma transformação militar**. Military Review, edição brasileira, p. 16-24, novembro-dezembro, 2007.

DE CASTRO, Tiago Castro. **Espaços Geográficos – Sistemática de Estudos** 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

DEFESA BR, A ESTRATEGIA NACIONAL DE DEFESA, disponível em http://www.defesabr.com/MD/md_estrategia.htm. Acesso em 23 de maio de 2011.

DEFESANET, A ESTRATEGIA NACIONAL DE DEFESA, disponível em: http://www.defesanet.com.br/md1/end_15.htm. Acesso em 20 de maio de 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário de língua portuguesa**. 7 ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FLORES, Mario César. **Defesa Nacional na ordem do século XXI**. Revista da Defesa Nacional nr 797, p 67-79, 3 quadrimestre, 2003.

GONZALES, Selma Lúcia de Moura. A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a Estratégia da Presença. Tese (Doutorado pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

GOOGLE MAPAS, disponível em <http://www.maps.google.com.br>. Acesso em junho de 2011.

HAMMES, T. X. **A Guerra de Quarta Geração evolui, a Quinte emerge**. Military Review, Fort Leavenworth, p. 16-27, set/out 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005. Acesso em: 20 dez. 2010.

KOSHIBA, Luiz, Araripe, Denise Manzi. **História do Brasil**. 8 ed, São Paulo: Editora Atual, 2003.

LEAL, Paulo Cesar. **Artigo do Gen Rocha Paiva Estratégia Nacional de Defesa acertos e equívocos**. Mensagem recebida por Paulo_59@hotmail.com.

LEFEVRE, Fernando, Lefevre, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2 ed. Caxias do Sul-RS: Educs - Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2005.

LIMA, Reinaldo Nonato de Oliveira. **Linhas mestras da Doutrina Brasileira de Defesa**. Revista A Defesa Nacional, p 3-13, 2 quadrimestre, 2007

LOUREIRO LIMA, João Alcides. **Estrutura Organizacional do Exército: Análise Crítica e Formulação de Proposta**. Rio de Janeiro, RJ, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

MARCONI, Marina de Andrade, Lakatos, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7 ed São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. Campinas, 2007. 233fl. Tese (Doutorado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

MEIRA MATTOS, Adherbal. **Em defesa da Amazônia Brasileira e outros estudos**. Belém: Editora CEJUP, 1995.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **A Estratégia: origem, fundamentos, desdobramentos no espaço e no tempo.** PADECEME – Revista de Ciências Militares, p 34-38, 2 quadrimestre, 2004.

MENDES, Piraju Borowiki, Melo, Sérgio Luiz Gomes de. **A Amazônia através da Mídia: a Formação da Opinião Pública Nacional.** PADECEME - Revista de Ciências Militares, p 40-51, 1 quadrimestre, 2010.

MINEIRO JUNIOR, Francisco José. **A Articulação Estratégica da Força Terrestre ante as alterações da Conjuntura mundial e nacional.** Rio de Janeiro, RJ, 1992. Monografia – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

MORAES, Marco César de. **A Estratégia Nacional de Defesa e o Orçamento da União.** PADECEME - Revista de Ciências Militares, p 62 - 71, 1 quadrimestre, 2010.

NASCIMENTO, Paulo Roberto Laraburu. **A Inserção Internacional do Brasil e os Novos Desafios Nacionais.** PADECEME - Revista de Ciências Militares, p 4-14, 1 quadrimestre, 2010.

NEVES, Eduardo Borba, Domingues, Clayton Cabral. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **A Estratégia Nacional de Defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas.** Revista Interesse Nacional, p 71-83, abril/junho, 2009.

OLIVEIRA LIMA, Reinaldo Nonato. **Linhas Mestras da Doutrina Brasileira de Defesa.** Revista A Defesa Nacional, p 3-13, 2 quadrimestre, 2007

ORTIZ, Román D. **Las FARC después de Marulanda: extinción estratégica o transformación organizativa.** PADECEME - Revista de Ciências Militares, p 92-98, 1 quadrimestre, 2010.

PEDROSA, Fernando Velôso Gomes. **Conflitos Assimétricos: ameaças à soberania brasileira na Amazônia.** PADECEME - Revista de Ciências Militares, p 74 - 81, 3 quadrimestre, 2005

PILETTI, Nelson, Arruda, José Jobson de A. **História Geral e História do Brasil.** São Paulo: Ática.

PINTO SILVA, Carlos Alberto. **A estatura político-estratégica do Brasil e o poderio bélico nacional: idéias para o planejamento estratégico.** Revista A Defesa Nacional, p 79-89, 1 quadrimestre, 2008.

PONTES BRAGA, Rui Cesar. **Iniciativas para aperfeiçoar a articulação entre as esferas militar e diplomática: uma proposta.** Rio de Janeiro, RJ, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. **Amazônia: Vulnerabilidade – Cobiça – Ameaça.** PADECEME - Revista de Ciências Militares, p 57 - 64, 2 quadrimestre, 2006.

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. **Dissuasão e Presença: reflexos para a Força Terrestre no próximo quarto de século.** Monografia – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2000.

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. **Estratégia Nacional de Defesa.** Resenha Diária do Portal SRDZ, 2009.

SANTOS, Cícero da Silva. **O redimensionamento das Forças Armadas Brasileiras para a século XXI na região Amazônica: um caminho para a integração, para o desenvolvimento e para a defesa nacionais.** Monografia – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2001.

SEMINÁRIO DE DEFESA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA. 2010. Secretaria de Assuntos Estratégicos e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2010.

TEIXEIRA, Carlos Alberto Maciel. **Os Efetivos necessários para a defesa da Amazônia, considerando a atual capacidade do Exército.** Monografia – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Centro de Pesquisas Estratégico Paulo Soares de Sousa, disponível em <http://www.ecsbdefesa.com.br>. Acesso em 04 abr. 2010.

WIKIPÉDIA, A ENCICLOPEDIA LIVRE, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Pagina_principal. Acesso em: 02 abr. 2010.

.

.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA A 7ª SUBCHEFIA DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO E ORGANIZAÇÕES MILITARES DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEP - DFA
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DEFESA NACIONAL
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

TEMA: “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”.

REFERÊNCIA

Prezado senhor colaborador, a presente pesquisa tem por objetivo subsidiar a dissertação de mestrado do Maj Inf **CLAUDIO ALEXANDRE DE ALMEIDA FREITAS**, aluno do 2º Ano do Curso de Comando e Estado Maior (CEM) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). A referida dissertação será apresentada na ECEME no ano de 2011.

INFORMAÇÕES

Senhor colaborador, com o intuito de facilitar o entendimento dos objetivos do presente trabalho de pesquisa, bem como de auxiliá-lo nas respostas dos itens, passarei em breves linhas algumas informações acerca do tema em questão.

A monografia tem como tema “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”. Ela tem como objetivo geral analisar a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Presidente da República, em 2008, e a Estratégia Braço Forte, aprovada pelo Cmt Exército Brasileiro, em 2009. Nesta análise, será investigado como esta última, por intermédio do Programa Amazônia Protegida, se relaciona com as estratégias da dissuasão e da presença para a região Amazônica.

Não há necessidade de identificação da pesquisa de campo.

Desde já, agradeço sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

1. Atualmente existem diversos problemas e focos de tensões internas na Amazônia, como a pequena presença do Estado nas áreas de fronteira, o elevado número de garimpos e mineradoras ilegais, o desmatamento ilegal, o narcotráfico, o contrabando, as questões indígenas, o elevado número de ONG e a atuação de movimentos sociais (MST, MAB, outros). Quais destes problemas afetam a sua área de responsabilidade? Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica, especificamente na sua área?

2. Atualmente existem diversos problemas e possíveis focos de tensões externas (em países vizinhos) na Amazônia, como a indefinições de fronteiras e instabilidade política em países sul-americanos, narcoguerrilha e outros. Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica, especificamente na sua área de responsabilidade?

3. O Programa Mobilidade Estratégica, decorrente da Estratégia Braço Forte, destina-se a atender às necessidades correntes para reposição e completamento dos Quadros de Dotação de Material (QDM) e dos Quadros de Dotação de Material Previsto (QDMP).

A sua OM está sendo contemplada com algum projeto? () Sim () Não.

O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia? Como ?

4. O Programa Combatente Brasileiro, decorrente da Estratégia Braço Forte, compreende projetos dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento de material de emprego militar.

A sua OM está sendo contemplada com algum projeto? () Sim () Não.

O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia? Como?

5. O Programa Amazônia Protegida, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar da Amazônia (CMA)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

() Implantação de 28 novos PEF;

() Modernização dos atuais 21 PEF existentes;

() Projetos no campo da ciência e tecnologia, com o desenvolvimento de equipamentos de emprego militar de fabricação nacional voltados para o comando e controle, vigilância, monitoramento e guerra eletrônica;

() Projetos no campo da mobilidade, coma a aquisição de 08 (oito) Helicópteros de Emprego Geral, 07 (sete) Embarcações Táticas de Pelotão e 14 (quatorze) Embarcações Táticas de Grupo de Combate;

() Projetos no campo do bem-estar da família militar, com a adequação e atualização tecnológica de instalações hospitalares existentes no CMA;

() Projetos na mídia, com a divulgação para a sociedade brasileira do PAP e sua importância para a consolidação da soberania na área estratégica da Amazônia;

() Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMA, com a implantação de OM (BIS, BPE, BFE, GAA Ae, Bia AA Ae, GLMF, Bia BA, B Com, Núcleo do Centro Regional Intlg de Sinais, Btl de Embarcações de Combate, Cia Intlg Op, Cia GE, Cia Assuntos Cívicos e Cia Op Psicológicas);

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da 12ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (B Sup, Pq R Mnt, Hospitais, CECMA) e implantação de outras OM (B Sup, Pq R Mnt, Hosp e Cia Sup e Trnp);

- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 8ª RM/ 8ª DE, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais) e implantação de outras OM (GAAAE, Cia Embarcações de Combate);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 1ª Bda Inf SI, com a implantação de novas OM (BIS, RC Mec, GAC, Cia Esp de Fronteira, Cia Com, Cia Eng Cmb, Cia AC) e transformação da Ba Log em B Log;
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 2ª Bda Inf SI, com a implantação de novas OM (BIS, Cia Esp de Fronteira, Cia Com, Cia Embarcações de Combate e B Log);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 16ª Bda Inf SI, com a implantação de novas OM (Cia Esp de Fronteira, Cia Com, Cia Embarcações de Combate) e transformação da Ba Log em B Log;
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 17ª Bda Inf SI, com a implantação de novas OM (BIS, GAC, Cia Esp de Fronteira, Esqd C Mec, Cia Com) e transformação de Ba Log em B Log;
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 23ª Bda Inf SI, com a implantação de novas OM (GAC e Esqd C Mec);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 2ª Gpt E, com a implantação de novas OM (BE Cmb) e reorganização de OM existentes (BEC);
- () Implantação de uma Bda Inf SI em Manaus-AM;
- () Implantação de uma Bda Inf SI em Belém-PA;
- () Implantação de uma Bda Inf SI em Rio Branco-AC;
- () Implantação de um Cmdo Aviação do Exército em Manaus (BAVEx em Belém-PA, BAVEx em Porto Velho-RO, Btl Mnt e Sup Av, Ba Av e Cia de Av de Asa-fixa em Manaus-AM);
- () Implantação de Tiros de Guerra;
- () Adequação de campo de instrução da Amazônia Ocidental e implantação de campo de instrução na Amazônia Oriental;
- () Construção de PNR;
- () Adequação e implantação de Hóteis de Trânsito e Áreas de Lazer;
- () Outros (Citar)_____.

6. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Nordeste (CMNE)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 6ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 7ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 10ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);
- () Transformação 7ª Bda Inf Mtz (Natal-RN)(Cmdo e OM subordinadas) em 7ª Bda Inf Leve, com a implantação de OM (Núcleo Log e Pel Com);
- () Transformação da 10ª Bda Inf Mtz (Recife-PE)(Cmdo e OM subordinadas) em 10ª Bda Inf Leve;
- () Implantação de Tiros de Guerra;
- () Modernização e implantação de Campos de Instrução;
- () Construção de PNR;
- () Adequação da infraestrutura de Hotéis de Trânsito e Áreas de Lazer;
- () Ocupar instalações de PEF no Amapá (Vila Brasil, Jari e Queriniutu);
- () Outros (Citar)_____.

7. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Oeste (CMO)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

- () Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMO, com a implantação de um Cmdo de DE, Cmdo de AD e respectivas OM subordinadas (BPE, GLMF, GAAAE, Bia AAAE, Bia BA, Cia Intlg Op, Cia GE, Cia Assuntos Civis, Cia Op Psicológicas);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 9ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 4ª Bda C Mec, com a adequação e reorganização da infraestrutura de OM já existentes.
- () Transformação da 13ª Bda Inf Mtz (Cuiabá-MT)(Cmdo e OM subordinadas) em 13ª Bda Inf Mec, com a implantação de novas OM (Btl Inf, Esqd C, GAC, Btl Log, Cia Com, Cia Eng);
- () Transformação da 18ª Bda Inf Mtz (Corumbá-MS)(Cmdo e OM subordinadas) em 18ª Bda Inf Leve, com a implantação de novas OM (Btl Inf, Esqd C, GAC, Btl Log, Cia Com, Cia Eng);
- () Implantação do 3º BAvEx em Campo Grande-MT;
- () Implantação de Tiros de Guerra;
- () Modernização e ampliação do Campo de Instrução de Betione;
- () Construção de PNR;
- () Adequação da infraestrutura dos Hóteis de Trânsito e Círculos Militares;
- () Ocupar instalações de PEF no Acre (Rolim de Moura e Pimenteiras do Oeste);
- () Outros (Citar)_____.

8. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Sul (CMS)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

- () Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMS, com a implantação de um Cmdo de DE, Cmdo de AD e respectivas OM subordinadas (Gpt Eng, GLMF, Cia PE, Bia BA, Cia Intlg Op, Cia GE, Cia Assuntos Civis, Cia Op Psicológicas);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 3ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (B Sup, Pq R Mnt, Hospitais);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 5ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (B Sup, Pq R Mnt, Hospitais);
- () Transformação da 8ª Bda Inf Mtz (Pelotas-RS)(Cmdo e OM subordinadas) em 8ª Bda Inf Mec, com implantação de OM (Cia AC, Bia AAAE, Cia Eng e Pel Com);
- () Transformação da 14ª Bda Inf Mtz (Florianópolis-SC)(Cmdo e OM subordinadas) em 14ª Bda Inf Leve, com a implantação de OM (Esqd C, Cia Eng, Cia AC, Bia AAAE e Pel Com);
- () Transformação da 15ª Bda Inf Mtz (Cascavel-PR)(Cmdo e OM subordinadas) em 15ª Bda Inf Mec, com implantação OM (Cia AC, Bia AAAE e Pel/Cia Com);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 6ª Bda Inf Bld (Santa Maria-RS), com a reorganização das OM existentes;
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 5ª Bda C Bld (Ponta Grossa-PR), com a reorganização das OM existentes;
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 1ª Bda C Mec (Santiago-RS), com a reorganização das OM existentes;
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 2ª Bda C Mec (Uruguaiana-RS), com a reorganização das OM existentes;

- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 3ª Bda C Mec (Bagé-RS), com a reorganização das OM existentes;
- () Implantação de um BAvEx em Florianópolis-SC;
- () Implantação de Tiros de Guerra;
- () Modernização e ampliação de Campos de Instrução;
- () Construção de PNR;
- () Adequação da infraestrutura dos Hóteis de Trânsito e Áreas de Lazer;
- () Ocupar instalações de PEF em Roraima (Ericó, Serra do Sol, Jacamim e Uaiacás) e Amazonas (Jurupari, Bom Jesus, Demini, Marauíá)
- () Outros (Citar)_____.

9. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Sudeste (CMSE)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

- () Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMSE, com a implantação de OM (BPE e B Com);
- () Adequação da infraestrutura de OM já existentes da 2ª RM (D Sup, Hospitais);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 2ª DE, com a implantação do Centro de Avaliação e Simulação de Combate e Gp Op Intlg;
- () Transformação da 11ª Bda Inf Leve (Campinas-SP)(Cmndo e OM subordinadas) em 11ª Bda Inf Mec;
- () Implantação do Centro de Instrução de Operações Aeromóveis em Caçapava-SP;
- () Adequação e modernização da estrutura de mobilização do CMSE (Industrial, Transportes, Telecomunicações, Serviços e Instalações, Material e Ciência e Tecnologia;
- () Ampliação da estrutura de hangares do Comando de Aviação do Exército;
- () Adequação e modernização da estrutura de defesa antiaérea do CMSE;
- () Implantação de Tiros de Guerra;
- () Implantação de Campos de Instrução;
- () Construção de PNR;
- () Adequação da infraestrutura dos Hóteis de Trânsito e Áreas de Lazer;
- () Ocupar instalações de PEF no Acre (Iacó e São Salvador);
- () Outros (Citar)_____.

10. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Leste (CML)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 1ª RM, com a adequação de OM existentes (Pq R Mnt e Hospitais);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 4ª RM, com a adequação de OM existentes (D Sup e Hospitais);
- () Implantação de uma Bda Inf Leve no Rio de Janeiro-RJ;
- () Transformação do Grupamento de Unidades Escola/9ª Bda Inf Mtz (Rio de Janeiro-RJ)(Cmndo e OM subordinadas) em 9ª Bda Inf Mec;
- () Transformação da 4ª Bda Inf Mtz (Juiz de Fora-MG)(Cmndo e OM subordinadas) em 4ª Bda Inf Leve;
- () Implantação de Tiros de Guerra;
- () Modernização e ampliação dos Campos de Instrução;
- () Construção de PNR;
- () Adequação da infraestrutura Hotel de Trânsito do CML;
- () Ocupar instalações de PEF no Pará (Cafuni, Trombetas e Curiaú);
- () Outros (Citar)_____.

11. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Planalto (CMP)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

- Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMP, com a implantação de OM (GAAAE Me Altura, Btl DQBN, Cia Com);
- Adequação e modernização da estrutura organizacional da 11ª RM, com a adequação de OM (D Sup) e implantação de OM (Pq R Mnt e Hospitais);
- Transformação 3ª Bda Inf Mtz (Cristalina-GO)(Cmdo e OM subordinadas) em 3ª Bda Inf Mec;
- Transferência da Bda Inf Pqdt do Rio de Janeiro-RJ para Anápolis-GO;
- Adequação e modernização da estrutura organizacional da Bda Op Esp;
- Implantação de Tiros de Guerra;
- Modernização do Campo de Instrução de Formosa-GO;
- Construção de PNR;
- Adequação da infraestrutura de Hotéis de Trânsito e Áreas de Lazer;
- Ocupar instalações de PEF Rondônia (Surpresa);
- Outros (Citar)_____.

12. A Estratégia da Dissuasão consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revide que apresente. Neste contexto, marque com um (X) as opções baseadas nas diretrizes da END, que o Sr considera que contribuam para a dissuasão na **Amazônia**:

- a mobilidade estratégica do Exército Brasileiro;
- desenvolvimento da capacidade de monitoramento e controle do território, particularmente nas fronteiras;
- desenvolvimento da indústria nacional de material de defesa;
- desenvolvimento de tecnologias de material de emprego militar;
- realização de operações militares;
- promover o desenvolvimento da região Amazônica;
- aumento da capacidade logística do Exército Brasileiro na região;
- estimular a integração entre os Exércitos dos países que compõem a Amazônia;
- desenvolvimento do potencial de mobilização nacional;
- conscientização dos dirigentes políticos da importância do tema defesa nacional;
- conscientização da população da importância do tema defesa nacional;
- aumento da participação do Exército Brasileiro em Op Manutenção de Paz;
- Manutenção do serviço militar obrigatório;
- Outros. (Citar)_____.

13. Espaço destinado a sugestões e outras informações julgadas úteis.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA AS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO
COMANDO MILITAR DO OESTE



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEP - DFA
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DEFESA NACIONAL

LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS ESTRATÉGICOS

TEMA: “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”.

REFERÊNCIA

Prezado senhor colaborador, a presente pesquisa tem por objetivo subsidiar a dissertação de mestrado do Maj Inf **CLAUDIO ALEXANDRE DE ALMEIDA FREITAS**, aluno do 2º Ano do Curso de Comando e Estado Maior (CEEM) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). A referida dissertação será apresentada na ECEME no ano de 2011.

INFORMAÇÕES

Senhor colaborador, com o intuito de facilitar o entendimento dos objetivos do presente trabalho de pesquisa, bem como de auxiliá-lo nas respostas dos itens, passarei em breves linhas algumas informações acerca do tema em questão.

A monografia tem como tema “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”. Ela tem como objetivo geral analisar a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Presidente da República, em 2008, e a Estratégia Braço Forte, aprovada pelo Cmt Exército Brasileiro, em 2009. Nesta análise, será investigado como esta última, por intermédio do Programa Amazônia Protegida, se relaciona com as Estratégias da Dissuasão e da Presença para a região Amazônica.

Não há necessidade de identificação da pesquisa de campo.

Desde já, agradeço sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

1. Atualmente existem diversos problemas e focos de tensões internas na Amazônia, como a pequena presença do Estado nas áreas de fronteira, o elevado número de garimpos e mineradoras ilegais, o desmatamento ilegal, o narcotráfico, o contrabando, as questões indígenas, o elevado número de ONG e a atuação de movimentos sociais (MST, MAB, outros). Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

2. Atualmente existem diversos problemas e possíveis focos de tensões externas (em países vizinhos), na Amazônia, como a indefinições de fronteiras e instabilidade política em países sul-americanos, narcoguerrilha e outros. Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

3. O Programa Mobilidade Estratégica, decorrente da Estratégia Braço Forte, destina-se a atender às necessidades correntes para reposição e completamento dos Quadros de Dotação de Material (QDM) e dos Quadros de Dotação de Material Previsto (QDMP). O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

4. O Programa Combatente Brasileiro, decorrente da Estratégia Braço Forte, compreende projetos dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento de material de emprego militar no âmbito do sistema de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro. O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

5. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Oeste (CMO)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

- () Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMO, com a implantação de um Cmdo de DE, Cmdo de AD e respectivas OM subordinadas (BPE, GLMF, GAA Ae, Bia AA Ae, Bia BA, Cia Intlg Op, Cia GE, Cia Assuntos Civis, Cia Op Psicológicas);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 9ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 4ª Bda C Mec (Dourados), com a reorganização da infraestrutura de OM já existentes.
- () Transformação da 13ª Bda Inf Mtz (Cuiabá-MT)(Cmdo e OM subordinadas) em 13ª Bda Inf Mec, com a implantação de novas OM (Btl Inf, Esqd C, GAC, Btl Log, Cia Com, Cia Eng);
- () Transformação da 18ª Bda Inf Mtz (Corumbá-MS)(Cmdo e OM subordinadas) em 18ª Bda Inf Leve, com a implantação de novas OM (Btl Inf, Esqd C, GAC, Btl Log, Cia Com, Cia Eng);
- () Implantação do 3º BAvEx em Campo Grande-MT;
- () Implantação de Tiros de Guerra;
- () Modernização e ampliação do Campo de Instrução de Betione;
- () Construção de PNR;
- () Adequação da infraestrutura dos Hóteis de Trânsito e Círculos Militares;
- () Ocupar instalações de PEF no Acre (Rolim de Moura e Pimenteiras do Oeste);
- () Outros (Citar) _____.

6. A Estratégia da Dissuasão consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revidar que apresente. Neste contexto, marque com um (X) as opções baseadas nas diretrizes da END, que o Sr considera que contribuam para a dissuasão na

Amazônia:

- a mobilidade estratégica do Exército Brasileiro;
- desenvolvimento da capacidade de monitoramento e controle do território, particularmente nas fronteiras;
- desenvolvimento da indústria nacional de material de defesa;
- desenvolvimento de tecnologias de material de emprego militar;
- realização de operações militares;
- promover o desenvolvimento da região Amazônica;
- aumento da capacidade logística do Exército Brasileiro na região;
- estimular a integração entre os Exércitos dos países que compõem a Amazônia;
- desenvolvimento do potencial de mobilização nacional;
- conscientização dos dirigentes políticos da importância do tema defesa nacional;
- conscientização da população da importância do tema defesa nacional;
- aumento da participação do Exército Brasileiro em Op Manutenção de Paz;
- Manutenção do serviço militar obrigatório;
- Outros. (Citar)_____.

7. Espaço destinado a sugestões e outras informações julgadas úteis.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA AS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO
COMANDO MILITAR DO SUL



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEP - DFA
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DEFESA NACIONAL

LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS ESTRATÉGICOS

TEMA: “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”.

REFERÊNCIA

Prezado senhor colaborador, a presente pesquisa tem por objetivo subsidiar a dissertação de mestrado do Maj Inf **CLAUDIO ALEXANDRE DE ALMEIDA FREITAS**, aluno do 2º Ano do Curso de Comando e Estado Maior (CEEM) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). A referida dissertação será apresentada na ECEME no ano de 2011.

INFORMAÇÕES

Senhor colaborador, com o intuito de facilitar o entendimento dos objetivos do presente trabalho de pesquisa, bem como de auxiliá-lo nas respostas dos itens, passarei em breves linhas algumas informações acerca do tema em questão.

A monografia tem como tema “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”. Ela tem como objetivo geral analisar a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Presidente da República, em 2008, e a Estratégia Braço Forte, aprovada pelo Cmt Exército Brasileiro, em 2009. Nesta análise, será investigado como esta última, por intermédio do Programa Amazônia Protegida, se relaciona com as Estratégias da Dissuasão e da Presença para a região Amazônica.

Não há necessidade de identificação da pesquisa de campo.

Desde já, agradeço sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

1. Atualmente existem diversos problemas e focos de tensões internas na Amazônia, como a pequena presença do Estado nas áreas de fronteira, o elevado número de garimpos e mineradoras ilegais, o desmatamento ilegal, o narcotráfico, o contrabando, as questões indígenas, o elevado número de ONG e a atuação de movimentos sociais (MST, MAB, outros). Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

2. Atualmente existem diversos problemas e possíveis focos de tensões externas (em países vizinhos), na Amazônia, como a indefinições de fronteiras e instabilidade política em países sul-americanos, narcoguerrilha e outros. Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

3. O Programa Mobilidade Estratégica, decorrente da Estratégia Braço Forte, destina-se a atender às necessidades correntes para reposição e completamento dos Quadros de Dotação de Material (QDM) e dos Quadros de Dotação de Material Previsto (QDMP). O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

4. O Programa Combatente Brasileiro, decorrente da Estratégia Braço Forte, compreende projetos dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento de material de emprego militar no âmbito do sistema de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro. O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

5. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Sul (CMS)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

() Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMS, com a implantação de um Cmdo de DE, Cmdo de AD e respectivas OM subordinadas (Gpt Eng, GLMF, Cia PE, Bia BA, Cia Intlg Op, Cia GE, Cia Assuntos Civis, Cia Op Psicológicas);

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da 3ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (B Sup, Pq R Mnt, Hospitais);

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da 5ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (B Sup, Pq R Mnt, Hospitais);

() Transformação da 8ª Bda Inf Mtz (Pelotas-RS)(Cmdo e OM subordinadas) em 8ª Bda Inf Mec, com implantação de OM (Cia AC, Bia AAAe, Cia Eng e Pel Com);

() Transformação da 14ª Bda Inf Mtz (Florianópolis-SC)(Cmdo e OM subordinadas) em 14ª Bda Inf Leve, com a implantação de OM (Esqd C, Cia Eng, Cia AC, Bia AAAe e Pel Com);

() Transformação da 15ª Bda Inf Mtz (Cascavel-PR)(Cmdo e OM subordinadas) em 15ª Bda Inf Mec, com implantação Om (Cia AC, Bia AAAe e Pel/Cia Com);

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da 6ª Bda Inf Bld (Santa Maria-RS), com a reorganização das OM existentes;

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da 5ª Bda C Bld (Ponta Grossa-PR), com a reorganização das OM existentes;

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da 1ª Bda C Mec (Santiago-RS), com a reorganização das OM existentes;

- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 2ª Bda C Mec (Uruguaiana-RS), com a reorganização das OM existentes;
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 3ª Bda C Mec (Bagé-RS), com a reorganização das OM existentes;
- () Implantação de um BAvEx em Florianópolis-SC;
- () Implantação de Tiros de Guerra;
- () Modernização e ampliação de Campos de Instrução;
- () Construção de PNR;
- () Adequação da infraestrutura dos Hóteis de Trânsito e Áreas de Lazer;
- () Ocupar instalações de PEF em Roraima (Ericó, Serra do Sol, Jacamim e Uaiacás) e Amazonas (Jurupari, Bom Jesus, Demini, Marauíá)
- () Outros (Citar)_____.

6. A Estratégia da Dissuasão consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revidar que apresente. Neste contexto, marque com um (X) as opções baseadas nas diretrizes da END, que o Sr considera que contribuam para a dissuasão na

Amazônia:

- () a mobilidade estratégica do Exército Brasileiro;
- () desenvolvimento da capacidade de monitoramento e controle do território, particularmente nas fronteiras;
- () desenvolvimento da indústria nacional de material de defesa;
- () desenvolvimento de tecnologias de material de emprego militar;
- () realização de operações militares;
- () promover o desenvolvimento da região Amazônica;
- () aumento da capacidade logística do Exército Brasileiro na região;
- () estimular a integração entre os Exércitos dos países que compõem a Amazônia;
- () desenvolvimento do potencial de mobilização nacional;
- () conscientização dos dirigentes políticos da importância do tema defesa nacional;
- () conscientização da população da importância do tema defesa nacional;
- () aumento da participação do Exército Brasileiro em Op Manutenção de Paz;
- () Manutenção do serviço militar obrigatório;
- () Outros. (Citar)_____.

7. Espaço destinado a sugestões e outras informações julgadas úteis.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA AS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO
COMANDO MILITAR DO SUDESTE



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEP - DFA
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DEFESA NACIONAL

LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS ESTRATÉGICOS

TEMA: “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”.

REFERÊNCIA

Prezado senhor colaborador, a presente pesquisa tem por objetivo subsidiar a dissertação de mestrado do Maj Inf **CLAUDIO ALEXANDRE DE ALMEIDA FREITAS**, aluno do 2º Ano do Curso de Comando e Estado Maior (CEEM) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). A referida dissertação será apresentada na ECEME no ano de 2011.

INFORMAÇÕES

Senhor colaborador, com o intuito de facilitar o entendimento dos objetivos do presente trabalho de pesquisa, bem como de auxiliá-lo nas respostas dos itens, passarei em breves linhas algumas informações acerca do tema em questão.

A monografia tem como tema “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”. Ela tem como objetivo geral analisar a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Presidente da República, em 2008, e a Estratégia Braço Forte, aprovada pelo Cmt Exército Brasileiro, em 2009. Nesta análise, será investigado como esta última, por intermédio do Programa Amazônia Protegida, se relaciona com as Estratégias da Dissuasão e da Presença para a região Amazônica.

Não há necessidade de identificação da pesquisa de campo.

Desde já, agradeço sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

1. Atualmente existem diversos problemas e focos de tensões internas na Amazônia, como a pequena presença do Estado nas áreas de fronteira, o elevado número de garimpos e mineradoras ilegais, o desmatamento ilegal, o narcotráfico, o contrabando, as questões indígenas, o elevado número de ONG e a atuação de movimentos sociais (MST, MAB, outros). Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

2. Atualmente existem diversos problemas e possíveis focos de tensões externas (em países vizinhos), na Amazônia, como a indefinições de fronteiras e instabilidade política em países sul-americanos, narcoguerrilha e outros. Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

3. O Programa Mobilidade Estratégica, decorrente da Estratégia Braço Forte, destina-se a atender às necessidades correntes para reposição e completamento dos Quadros de Dotação de Material (QDM) e dos Quadros de Dotação de Material Previsto (QDMP). O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

4. O Programa Combatente Brasileiro, decorrente da Estratégia Braço Forte, compreende projetos dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento de material de emprego militar no âmbito do sistema de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro. O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

5. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Sudeste (CMSE)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

() Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMSE, com a implantação de OM (BPE e B Com);

() Adequação da infraestrutura de OM já existentes da 2ª RM (D Sup, Hospitais);

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da 2ª DE, com a implantação do Centro de Avaliação e Simulação de Combate e Gp Op Intlg;

() Transformação da 11ª Bda Inf Leve (Campinas-SP)(Cmdo e OM subordinadas) em 11ª Bda Inf Mec;

() Implantação do Centro de Instrução de Operações Aeromóveis em Caçapava-SP;

() Adequação e modernização da estrutura de mobilização do CMSE (Industrial, Transportes, Telecomunicações, Serviços e Instalações, Material e Ciência e Tecnologia;

() Ampliação da estrutura de hangares do Comando de Aviação do Exército;

() Adequação e modernização da estrutura de defesa antiaérea do CMSE;

() Implantação de Tiros de Guerra;

() Implantação de Campos de Instrução;

() Construção de PNR;

() Adequação da infraestrutura dos Hóteis de Trânsito e Áreas de Lazer;

() Ocupar instalações de PEF no Acre (Iacó e São Salvador);

() Outros (Citar)_____.

6. A Estratégia da Dissuasão consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revidar que apresente. Neste contexto, marque com um (X) as opções baseadas nas diretrizes da END, que o Sr considera que contribuam para a dissuasão na

Amazônia:

- a mobilidade estratégica do Exército Brasileiro;
- desenvolvimento da capacidade de monitoramento e controle do território, particularmente nas fronteiras;
- desenvolvimento da indústria nacional de material de defesa;
- desenvolvimento de tecnologias de material de emprego militar;
- realização de operações militares;
- promover o desenvolvimento da região Amazônica;
- aumento da capacidade logística do Exército Brasileiro na região;
- estimular a integração entre os Exércitos dos países que compõem a Amazônia;
- desenvolvimento do potencial de mobilização nacional;
- conscientização dos dirigentes políticos da importância do tema defesa nacional;
- conscientização da população da importância do tema defesa nacional;
- aumento da participação do Exército Brasileiro em Op Manutenção de Paz;
- Manutenção do serviço militar obrigatório;
- Outros. (Citar)_____.

7. Espaço destinado a sugestões e outras informações julgadas úteis.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA AS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO
COMANDO MILITAR DO LESTE



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEP - DFA
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DEFESA NACIONAL

LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS ESTRATÉGICOS

TEMA: “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”.

REFERÊNCIA

Prezado senhor colaborador, a presente pesquisa tem por objetivo subsidiar a dissertação de mestrado do Maj Inf **CLAUDIO ALEXANDRE DE ALMEIDA FREITAS**, aluno do 2º Ano do Curso de Comando e Estado Maior (CEEM) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). A referida dissertação será apresentada na ECEME no ano de 2011.

INFORMAÇÕES

Senhor colaborador, com o intuito de facilitar o entendimento dos objetivos do presente trabalho de pesquisa, bem como de auxiliá-lo nas respostas dos itens, passarei em breves linhas algumas informações acerca do tema em questão.

A monografia tem como tema “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”. Ela tem como objetivo geral analisar a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Presidente da República, em 2008, e a Estratégia Braço Forte, aprovada pelo Cmt Exército Brasileiro, em 2009. Nesta análise, será investigado como esta última, por intermédio do Programa Amazônia Protegida, se relaciona com as Estratégias da Dissuasão e da Presença para a região Amazônica.

Não há necessidade de identificação da pesquisa de campo.

Desde já, agradeço sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

1. Atualmente existem diversos problemas e focos de tensões internas na Amazônia, como a pequena presença do Estado nas áreas de fronteira, o elevado número de garimpos e mineradoras ilegais, o desmatamento ilegal, o narcotráfico, o contrabando, as questões indígenas, o elevado número de ONG e a atuação de movimentos sociais (MST, MAB, outros). Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

2. Atualmente existem diversos problemas e possíveis focos de tensões externas (em países vizinhos), na Amazônia, como a indefinições de fronteiras e instabilidade política em países sul-americanos, narcoguerrilha e outros. Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

3. O Programa Mobilidade Estratégica, decorrente da Estratégia Braço Forte, destina-se a atender às necessidades correntes para reposição e completamento dos Quadros de Dotação de Material (QDM) e dos Quadros de Dotação de Material Previsto (QDMP). O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

4. O Programa Combatente Brasileiro, decorrente da Estratégia Braço Forte, compreende projetos dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento de material de emprego militar no âmbito do sistema de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro. O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

5. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Leste (CML)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 1ª RM, com a adequação de OM existentes (Pq R Mnt e hospitais);
- () Adequação e modernização da estrutura organizacional da 4ª RM, com a adequação de OM existentes (D Sup e hospitais);
- () Implantação de uma Bda Inf Leve no Rio de Janeiro-RJ;
- () Transformação do Grupamento de Unidades Escola/9ª Bda Inf Mtz (Rio de Janeiro-RJ)(Cmdo e OM subordinadas) em 9ª Bda Inf Mec;
- () Transformação da 4ª Bda Inf Mtz (Juiz de Fora-MG)(Cmdo e OM subordinadas) em 4ª Bda Inf Leve;
- () Transferência da Bda Inf Pqdt do Rio de Janeiro-RJ para Anápolis-GO;
- () Implantação de Tiros de Guerra;
- () Modernização e ampliação dos Campos de Instrução;
- () Construção de PNR;
- () Adequação da infraestrutura Hotel de Trânsito do CML;
- () Ocupar instalações de PEF no Pará (Cafuni, Trombetas e Curiaú);
- () Outros (Citar)_____.

6. A Estratégia da Dissuasão consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revidar que apresente. Neste contexto, marque com um (X) as opções baseadas nas diretrizes da END, que o Sr considera que contribuam para a dissuasão na

Amazônia:

- a mobilidade estratégica do Exército Brasileiro;
- desenvolvimento da capacidade de monitoramento e controle do território, particularmente nas fronteiras;
- desenvolvimento da indústria nacional de material de defesa;
- desenvolvimento de tecnologias de material de emprego militar;
- realização de operações militares;
- promover o desenvolvimento da região Amazônica;
- aumento da capacidade logística do Exército Brasileiro na região;
- estimular a integração entre os Exércitos dos países que compõem a Amazônia;
- desenvolvimento do potencial de mobilização nacional;
- conscientização dos dirigentes políticos da importância do tema defesa nacional;
- conscientização da população da importância do tema defesa nacional;
- aumento da participação do Exército Brasileiro em Op Manutenção de Paz;
- Manutenção do serviço militar obrigatório;
- Outros. (Citar)_____.

7. Espaço destinado a sugestões e outras informações julgadas úteis.

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO PARA AS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO
COMANDO MILITAR DO PLANALTO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEP - DFA
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DEFESA NACIONAL

LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS ESTRATÉGICOS

TEMA: “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”.

REFERÊNCIA

Prezado senhor colaborador, a presente pesquisa tem por objetivo subsidiar a dissertação de mestrado do Maj Inf **CLAUDIO ALEXANDRE DE ALMEIDA FREITAS**, aluno do 2º Ano do Curso de Comando e Estado Maior (CEEM) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). A referida dissertação será apresentada na ECEME no ano de 2011.

INFORMAÇÕES

Senhor colaborador, com o intuito de facilitar o entendimento dos objetivos do presente trabalho de pesquisa, bem como de auxiliá-lo nas respostas dos itens, passarei em breves linhas algumas informações acerca do tema em questão.

A monografia tem como tema “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”. Ela tem como objetivo geral analisar a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Presidente da República, em 2008, e a Estratégia Braço Forte, aprovada pelo Cmt Exército Brasileiro, em 2009. Nesta análise, será investigado como esta última, por intermédio do Programa Amazônia Protegida, se relaciona com as Estratégias da Dissuasão e da Presença para a região Amazônica.

Não há necessidade de identificação da pesquisa de campo.

Desde já, agradeço sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

1. Atualmente existem diversos problemas e focos de tensões internas na Amazônia, como a pequena presença do Estado nas áreas de fronteira, o elevado número de garimpos e mineradoras ilegais, o desmatamento ilegal, o narcotráfico, o contrabando, as questões indígenas, o elevado número de ONG e a atuação de movimentos sociais (MST, MAB, outros). Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

2. Atualmente existem diversos problemas e possíveis focos de tensões externas (em países vizinhos), na Amazônia, como a indefinições de fronteiras e instabilidade política em países sul-americanos, narcoguerrilha e outros. Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

3. O Programa Mobilidade Estratégica, decorrente da Estratégia Braço Forte, destina-se a atender às necessidades correntes para reposição e completamento dos Quadros de Dotação de Material (QDM) e dos Quadros de Dotação de Material Previsto (QDMP). O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

4. O Programa Combatente Brasileiro, decorrente da Estratégia Braço Forte, compreende projetos dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento de material de emprego militar no âmbito do sistema de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro. O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

5. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Planalto (CMP)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

() Adequação e modernização da estrutura organizacional do CMP, com a implantação de OM (GAAAE Me Altura, Btl DQBN, Cia Com);

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da 11ª RM, com a adequação de OM (D Sup) e implantação de OM (Pq R Mnt e hospitais);

() Transformação 3ª Bda Inf Mtz (Cristalina-GO)(Cmdo e OM subordinadas) em 3ª Bda Inf Mec;

() Transferência da Bda Inf Pqdt do Rio de Janeiro-RJ para Anápolis-GO;

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da Bda Op Esp;

() Implantação de Tiros de Guerra;

() Modernização do Campo de Instrução de Formosa-GO;

() Construção de PNR;

() Adequação da infraestrutura de Hotéis de Trânsito e Áreas de Lazer;

() Ocupar instalações de PEF Rondônia (Surpresa);

() Outros (Citar)_____.

6. A Estratégia da Dissuasão consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revidar que apresente. Neste contexto, marque com um (X) as opções baseadas nas diretrizes da END, que o Sr considera que contribuam para a dissuasão na

Amazônia:

- a mobilidade estratégica do Exército Brasileiro;
- desenvolvimento da capacidade de monitoramento e controle do território, particularmente nas fronteiras;
- desenvolvimento da indústria nacional de material de defesa;
- desenvolvimento de tecnologias de material de emprego militar;
- realização de operações militares;
- promover o desenvolvimento da região Amazônica;
- aumento da capacidade logística do Exército Brasileiro na região;
- estimular a integração entre os Exércitos dos países que compõem a Amazônia;
- desenvolvimento do potencial de mobilização nacional;
- conscientização dos dirigentes políticos da importância do tema defesa nacional;
- conscientização da população da importância do tema defesa nacional;
- aumento da participação do Exército Brasileiro em Op Manutenção de Paz;
- Manutenção do serviço militar obrigatório;
- Outros. (Citar)_____.

7. Espaço destinado a sugestões e outras informações julgadas úteis.

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO PARA AS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO
COMANDO MILITAR DO NORDESTE



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEP - DFA
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DEFESA NACIONAL

LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS ESTRATÉGICOS

TEMA: “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”.

REFERÊNCIA

Prezado senhor colaborador, a presente pesquisa tem por objetivo subsidiar a dissertação de mestrado do Maj Inf **CLAUDIO ALEXANDRE DE ALMEIDA FREITAS**, aluno do 2º Ano do Curso de Comando e Estado Maior (CEEM) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). A referida dissertação será apresentada na ECEME no ano de 2011.

INFORMAÇÕES

Senhor colaborador, com o intuito de facilitar o entendimento dos objetivos do presente trabalho de pesquisa, bem como de auxiliá-lo nas respostas dos itens, passarei em breves linhas algumas informações acerca do tema em questão.

A monografia tem como tema “A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira”. Ela tem como objetivo geral analisar a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Presidente da República, em 2008, e a Estratégia Braço Forte, aprovada pelo Cmt Exército Brasileiro, em 2009. Nesta análise, será investigado como esta última, por intermédio do Programa Amazônia Protegida, se relaciona com as Estratégias da Dissuasão e da Presença para a região Amazônica.

Não há necessidade de identificação da pesquisa de campo.

Desde já, agradeço sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

1. Atualmente existem diversos problemas e focos de tensões internas na Amazônia, como a pequena presença do Estado nas áreas de fronteira, o elevado número de garimpos e mineradoras ilegais, o desmatamento ilegal, o narcotráfico, o contrabando, as questões indígenas, o elevado número de ONG e a atuação de movimentos sociais (MST, MAB, outros). Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

2. Atualmente existem diversos problemas e possíveis focos de tensões externas (em países vizinhos), na Amazônia, como a indefinições de fronteiras e instabilidade política em países sul-americanos, narcoguerrilha e outros. Como o Sr acredita que estes problemas podem influir nas Estratégias da Presença e da Dissuasão na região Amazônica ?

3. O Programa Mobilidade Estratégica, decorrente da Estratégia Braço Forte, destina-se a atender às necessidades correntes para reposição e completamento dos Quadros de Dotação de Material (QDM) e dos Quadros de Dotação de Material Previsto (QDMP). O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

4. O Programa Combatente Brasileiro, decorrente da Estratégia Braço Forte, compreende projetos dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento de material de emprego militar no âmbito do sistema de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro. O Sr julga que este Programa contribui para a Estratégia da Dissuasão na Amazônia ? Como ?

5. O Programa Sentinela da Pátria, decorrente da Estratégia Braço Forte, contempla a implantação, transformação e modernização de Organizações Militares no **Comando Militar do Nordeste (CMNE)**. Marque com o (X) aqueles itens que o Sr julga que contribuem para a Estratégia da Dissuasão, em relação à **Amazônia**.

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da 6ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da 7ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);

() Adequação e modernização da estrutura organizacional da 10ª RM, com a adequação da infraestrutura de OM já existentes (D Sup, Pq R Mnt, Hospitais);

() Transformação 7ª Bda Inf Mtz (Natal-RN)(Cmdo e OM subordinadas) em 7ª Bda Inf Leve, com a implantação de OM (Núcleo Log e Pel Com);

() Transformação da 10ª Bda Inf Mtz (Recife-PE)(Cmdo e OM subordinadas) em 10ª Bda Inf Leve;

() Implantação de Tiros de Guerra;

() Modernização e implantação de Campos de Instrução;

() Construção de PNR;

() Adequação da infraestrutura de Hotéis de Trânsito e Áreas de Lazer;

() Ocupar instalações de PEF no Amapá (Vila Brasil, Jari e Queriniutu);

() Outros (Citar)_____.

6. A Estratégia da Dissuasão consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revidar que apresente. Neste contexto, marque com um (X) as opções baseadas nas diretrizes da END, que o Sr considera que contribuam para a dissuasão na

Amazônia:

- a mobilidade estratégica do Exército Brasileiro;
- desenvolvimento da capacidade de monitoramento e controle do território, particularmente nas fronteiras;
- desenvolvimento da indústria nacional de material de defesa;
- desenvolvimento de tecnologias de material de emprego militar;
- realização de operações militares;
- promover o desenvolvimento da região Amazônica;
- aumento da capacidade logística do Exército Brasileiro na região;
- estimular a integração entre os Exércitos dos países que compõem a Amazônia;
- desenvolvimento do potencial de mobilização nacional;
- conscientização dos dirigentes políticos da importância do tema defesa nacional;
- conscientização da população da importância do tema defesa nacional;
- aumento da participação do Exército Brasileiro em Op Manutenção de Paz;
- Manutenção do serviço militar obrigatório;
- Outros. (Citar)_____.

7. Espaço destinado a sugestões e outras informações julgadas úteis.